

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO

Faculdade de Ciências - Câmpus Bauru

**Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e
Aprendizagem**

JOYCE BORGES ROMEIRO

**OS VÍNCULOS AFETIVOS DE ADOLESCENTES ACOLHIDAS:
EXPLORANDO DIFERENTES CONTEXTOS**

**BAURU
2017**

JOYCE BORGES ROMEIRO

**OS VÍNCULOS AFETIVOS DE ADOLESCENTES ACOLHIDAS:
EXPLORANDO DIFERENTES CONTEXTOS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências de Bauru – UNESP, como requisito para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, área de concentração Comportamento e Saúde, sob a orientação da Prof^a Dr^a Lígia Ebner Melchiori.

**BAURU
2017**

Romeiro, Joyce Borges.
Os vínculos afetivos de adolescentes acolhidas:
explorando diferentes contextos / Joyce Borges
Romeiro, 2017
126 f.

Orientador: Ligia Ebner Melchiori

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2017

1. Adolescente. 2. Abrigo. 3. Vínculos afetivos.
I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de
Ciências. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de JOYCE BORGES ROMEIRO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 27 dias do mês de março do ano de 2017, às 14:00 horas, no(a) Sala 2 do prédio da pós-graduação da Faculdade de Ciências, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. LIGIA EBNER MELCHIORI - Orientador(a) do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências - UNESP/Bauru, Profa. Dra. GLAUSA DE OLIVEIRA MUNDURUCA do(a) Vara da Infância e Juventude / Tribunal de Justiça de São Paulo, Profa. Dra. OLGA MARIA PIAZENTIM ROLIM RODRIGUES do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências - UNESP/ Campus de Bauru, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE Mestrado de JOYCE BORGES ROMEIRO, intitulada **Os vínculos afetivos de adolescentes acolhidas: explorando diferentes contextos**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

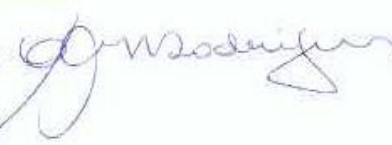
Profa. Dra. LIGIA EBNER MELCHIORI



Profa. Dra. GLAUSA DE OLIVEIRA MUNDURUCA



Profa. Dra. OLGA MARIA PIAZENTIM ROLIM RODRIGUES



Dedico este trabalho às adolescentes e suas famílias que compartilharam suas histórias, angústias e sofrimentos neste momento tão peculiar de suas vidas.

Ao Fábio, meu grande amor, amigo e companheiro que sempre me apoiou e incentivou, não deixando que eu desistisse nos momentos em que pedras apareceram no caminho, deu-me as mãos e caminhou ao meu lado por todos esses anos.

À minha filha Sophia, sabedoria, que veio no tempo certo para me tornar um ser humano melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a minha orientadora Prof. Dr^a Lígia Ebner Melchiori, pela disponibilidade, gentileza e ensinamentos, pelo exemplo de pessoa e de profissional.

Agradeço a minha sogra que cuidou do meu bem mais precioso enquanto eu estava imersa neste projeto, obrigada pelo apoio e pela torcida.

À minha irmã Ingrid que me ajudou nos momentos mais difíceis desta jornada, que sempre que pode compareceu para cuidar da minha pedrinha preciosa.

Aos meus pais que de forma indireta me mostraram o caminho que deveria seguir.

À minha vó Nadir que me ensinou que na vida nada é fácil, que é preciso esforço, dedicação e coragem para as conquistas na vida.

Agradeço ao Juiz da Vara da Infância e Juventude por ter autorizado a realização desta pesquisa. Obrigada pela confiança!

Agradeço enormemente aos profissionais do abrigo no qual esta pesquisa foi realizada, especialmente a Beth, a Lú e Anieli. Obrigada pela disponibilidade e pela confiança. Sem a ajuda de vocês este trabalho não seria possível.

Aos professores do mestrado que tanto contribuíram para a minha formação acadêmica. Especialmente à Dr.^a Olga Rodrigues que prontamente aceitou participar da minha banca e a Dr.^a Carmem Neme Bueno, a “Pilé”, obrigada pelas sugestões e pelos ensinamentos tão valiosos que com certeza deixaram este trabalho muito mais rico.

Aos colegas da turma que me ajudaram com dicas preciosas nesta pesquisa, foi um prazer aprender e conviver com todos. Obrigada!

Aos profissionais da secretaria da pós-graduação pela disponibilidade e ajuda constante.

As amigas de trabalho Cristina, Vânia e Vivian, pela torcida e pela ajuda incondicional. Exemplos de profissionais e de seres-humanos. Vocês me inspiram!

À amiga de profissão Glausa, professora, palestrante, profissional brilhante, sempre ao meu lado nos caminhos do conhecimento. Obrigada por ter aceitado participar da minha banca de defesa, você me proporcionou uma enorme satisfação.

Agradeço a professora Dr.^a Solange Serrano por ter prontamente aceitado o convite para participar como titular da banca de qualificação e como suplente na defesa, pela generosidade em me ajudar sempre que precisei. Pelo empréstimo de obras riquíssimas, pelo acolhimento e disponibilidade para comigo. Referencial de psicólogo judiciário. Minha gratidão e minha admiração são meus sinceros agradecimentos!

Enfim, agradeço a todos que passaram pelo meu caminho neste percurso e que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste sonho. Muito obrigada!

A construção e a manutenção dos vínculos está muito relacionada com a oportunidade de conviver e compartilhar histórias, vivências, cuidado, afeto, enfim, tudo aquilo que alimenta uma relação ao longo do tempo.

(Rosseti-Ferreira; Serrano; Almeida, 2011, p.370).

RESUMO

Considerando a importância do afeto e do vínculo para o desenvolvimento emocional e, entendendo que o afeto é a capacidade do indivíduo estabelecer relações nas quais se criam vínculos, resultante da interação com o meio em que está inserido, esta pesquisa teve como objetivo estudar os vínculos afetivos nos diferentes contextos por onde o adolescente acolhido permeia, ou seja, família, abrigo, escola e grupo de amigos, buscando a compreensão de como esses vínculos são mantidos e/ou expandidos. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados, questionários, roteiros de entrevista e a técnica do modelo esquemático do tapete. Participaram desta pesquisa três adolescentes que estavam acolhidas em um abrigo institucional, suas mães, uma avó e uma tia materna. No contexto do abrigo, participaram a coordenadora da instituição, a psicóloga e uma auxiliar de educadora. Do contexto escolar foram entrevistadas uma vice-diretora, uma coordenadora pedagógica e uma professora coordenadora. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a análise foi realizada através de estudo de caso. A adolescente Yanca manteve os vínculos afetivos com a mãe, os irmãos e os avós e com os amigos. Seus vínculos foram expandidos no contexto do abrigo e da escola. Evelyn também manteve seus vínculos com a mãe, irmão e tios. No contexto do abrigo pode expandir suas relações afetivas com funcionários e acolhidos. No contexto escolar seus vínculos foram mantidos com professores e colegas. A adolescente Elisa manteve seus vínculos no contexto familiar com a mãe e os irmãos. No contexto do abrigo teve a oportunidade de expandir seus vínculos e no contexto escolar e com o grupo de amigos, os vínculos afetivos foram mantidos. Ao final da pesquisa foi possível constatar que os vínculos afetivos familiares das adolescentes foram mantidos e novos vínculos puderam ser construídos. Por outro lado, no caso das três participantes da pesquisa, conclui-se através da análise dos dados que, em dois deles, não havia necessidade de a adolescente ser retirada da família natural e colocada no abrigo, uma vez que a família extensa poderia acolhê-las. Destaca-se a importância de treinamento dos Conselheiros Tutelares para respeitar o ECA e retirar a criança ou adolescente da família, natural ou extensa, somente em casos de extrema necessidade.

Palavras-chave: adolescente; abrigo; vínculos afetivos.

ABSTRACT

Considering the importance of affection and the bond for emotional development, and understanding that affection is the capacity of the individual to establish relationships in which bonds are created, resulting from interaction with the environment in which it is inserted, this research had the objective of studying the links Affective in the different contexts where the adolescent enters, that is, family, shelter, school and group of friends, seeking the understanding of how these bonds are maintained and / or expanded. They were used as instruments of data collection, questionnaires, interview scripts and the technique of the schematic model of the carpet. Three adolescents who were housed in an institutional shelter, their mothers, a grandmother and a maternal aunt participated in this research. In the context of the shelter, the coordinator of the institution, the psychologist and an assistant of educator participated. From the school context were interviewed a deputy director, a pedagogical coordinator and a coordinating teacher. Because it was a qualitative research, the analysis was carried out through a case study. The adolescent Yanca maintained the affective bonds with the mother, the brothers and the grandparents and with the friendly. Their ties were expanded in the context of shelter and school. Evelyn also maintained her ties to her mother, brother, and uncles. In the context of shelter you can expand your relationships with employees and caregivers. In the school context their links were maintained with teachers and colleagues. The adolescent Elisa maintained her ties in the family context with her mother and siblings. In the context of the shelter had the opportunity to expand their links and in the school context and with the group of friends, the affective bonds were maintained. At the end of the research it was possible to verify that the family affective bonds of adolescents were maintained and new links could be built. On the other hand, in the case of the three participants in the study, it was concluded from data analysis that in two of them there was no need for the adolescent to be removed from the natural family and placed in the shelter, since the extended family could host The It is important to emphasize the importance of training the Guardians Councilors to respect the ECA and to remove the child or adolescent from the family, natural or extensive, only in cases of extreme necessity.

Keywords: Adolescent; shelter; affective bonds.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Aspectos históricos da legislação para a infância no Brasil.....	26
Quadro 2- Diferenças na política para infância e juventude antes e após o ECA.....	26
Quadro 3 - Descrição das adolescentes participantes.....	52
Quadro 4 - Caracterização dos familiares que visitavam a adolescente acolhida.....	53
Quadro 5 - Contextualização do acolhimento.....	53
Quadro 6 - Caracterização dos funcionários do serviço de acolhimento participantes da pesquisa.....	55
Quadro 7 - Caracterização dos profissionais da escola que foram entrevistados.....	55
Quadro 8 - Categorias e subcategorias das entrevistas.....	61
Quadro 9- Composição familiar da adolescente antes e após o acolhimento (Yanca).....	64
Quadro 10- Pessoas significativas para a adolescente em cada contexto (Yanca).....	68
Quadro 11- Notas da adolescente no ano letivo de 2015 (Yanca).....	71
Quadro 12- Composição familiar da adolescente antes e após o acolhimento (Evelyn).....	76
Quadro 13- Pessoas significativas para a adolescente em cada contexto (Evelyn)..	79
Quadro 14- Notas da adolescente no ano letivo de 2015 (Evelyn).....	81
Quadro 15- Composição familiar da adolescente antes e após o acolhimento (Elisa).....	86
Quadro 16- Pessoas significativas para a adolescente em cada contexto (Elisa).....	88
Quadro 17- Notas da adolescente no ano letivo de 2015 (Elisa).....	90

LISTA DE ABREVIATURAS

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

SAI- Serviço de Acolhimento Institucional

SAM- Serviço de Assistência ao Menor

FUNABEM- Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

SEDH- Secretaria Especial dos Direitos Humanos

MDS- Ministério do Desenvolvimento

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CNJ- Conselho Nacional de Justiça

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

CT- Conselho Tutelar

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Acolhimento institucional no Brasil: breve histórico	16
1.2 Contribuições da teoria bioecológica de Bronfenbrenner.....	27
1.2.1 Contextos de desenvolvimento.....	31
1.2.2 Família.....	31
1.2.3 Escola.....	35
1.2.4 Amigos.....	36
1.2.5 Serviço de acolhimento institucional.....	37
1.3 O vínculo afetivo como um aspecto psicológico do acolhimento institucional	41
1.4 Fundamentos da teoria do apego.....	46
2 JUSTIFICATIVA	50
3 OBJETIVOS	51
3.1 Objetivo Geral	51
3.2 Objetivos Específicos	51
4 MÉTODO.....	52
4.1 Participantes.....	52
4.2 Local.....	55
4.2.1 Caracterização do serviço de acolhimento.....	55
4.3 Instrumentos.....	56
4.4 Estudo Piloto.....	58
4.5 Procedimento de Coleta de Dados.....	58
4.6 Procedimento de Análise de Dados	60
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	63
5.1 Adolescente Yanca	63
5.2 Adolescente Evelyn	75
5.3 Adolescente Elisa	85
5.4 Reflexões sobre a manutenção e expansão dos vínculos afetivos de adolescentes acolhidas	94
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS.....	103
APÊNDICES.....	116
ANEXOS.....	120

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é fruto do encontro de dois sonhos. O primeiro foi o ingresso no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, como Psicóloga Judiciária. O segundo foi o ingresso no mestrado em Psicologia, na UNESP. Trabalhando na Vara da Infância e Juventude me deparei com um tema intrigante e desafiador, o acolhimento institucional.

O campo de estudo estava semeado, quando fui aprovada na seleção para o mestrado já tinha em mente o que gostaria de pesquisar. Já sabia quem gostaria que me orientasse e como em um plano orquestrado tudo deu certo! Para minha felicidade a minha orientadora foi quem eu desejava e o tema da minha pesquisa foi o que eu queria. Quanta satisfação!

Porém, o destino me reservara mais uma grande alegria, no caminho dos sonhos, mais um se realizava, a maternidade. Surpresa, desespero, medo e alegria... Quanta alegria! Tantos sentimentos misturados que por um minuto não conseguia pensar, achava que não daria conta de tantas responsabilidades, trabalho, casa, mestrado, marido e filha... Ufa! Eu consegui chegar até aqui e agora reúno forças por que a minha jornada está apenas no começo, ainda tenho muitas noites mal dormidas pela frente, muito estudo e muito trabalho!

E foi justamente do meu trabalho que surgiu a ideia desta pesquisa, decidi unir a teoria e a prática para o meu aprimoramento profissional e, assim, consequentemente, contribuir para o campo científico da psicologia.

O acolhimento institucional pode ser estudado através de inúmeras óticas, a histórica, jurídica, social e a psicológica, entre outras. Escolhi a psicológica por ser a minha área de atuação. No trabalho com crianças e adolescentes acolhidos uma questão me instigou à reflexão: o vínculo afetivo.

A criança e o adolescente só são acolhidos quando se encontram em risco pessoal ou social, ou seja, quando não estão protegidos no âmbito familiar, paradoxalmente, ao serem acolhidos institucionalmente, a manutenção do vínculo familiar, para alguns, é benéfica e contribui para que o período de acolhimento seja menos doloroso. Assim como, a construção de novos vínculos no abrigo pode contribuir para a saúde emocional do acolhido, tornando este momento mais tranquilo, como uma oportunidade de adquirir novas experiências através de novas relações afetivas.

Pensando na importância do vínculo afetivo para a criança e o adolescente, principalmente aos que estão acolhidos, foi que surgiu o interesse em pesquisar como os adolescentes mantinham seus vínculos afetivos e como os expandiam no contexto do serviço de acolhimento institucional.

O pressuposto da presente pesquisa é de que a manutenção dos vínculos afetivos com os familiares e a construção de novos vínculos durante o acolhimento e na escola são fatores de proteção importantes que auxiliam o adolescente no período de acolhimento institucional, contribuindo assim, para o seu desenvolvimento emocional saudável. Consequentemente, é importante que os serviços de acolhimento institucional se conscientizem da importância dos vínculos afetivos para que possam promover e estimular a manutenção e a expansão dos vínculos dos acolhidos.

1 INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069 (Brasil, 1990), fundamenta-se nos princípios da proteção integral e prioridade absoluta da criança e do adolescente. Em seu artigo 101, inciso VII, trata do acolhimento institucional, que se caracteriza como uma medida de proteção, não implicando privação de liberdade. O acolhimento institucional é: “um espaço de proteção provisório e excepcional, destinado a crianças e adolescentes privados da convivência familiar e que se encontram em situação de risco pessoal ou social ou que tiveram seus direitos violados” (BRASIL, 2009a, p.9).

Existem quatro modalidades de serviço de acolhimento: em família acolhedora e os denominados serviços de acolhimento institucional (SAI) que são: os abrigos institucionais¹, as casas-lares e as repúblicas (BRASIL, 2009a). Todas têm a função de proteger temporariamente a criança ou o adolescente.

Nos casos em que crianças e adolescentes são acolhidos o objetivo imediato deve ser a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares, possibilitando assim, a reintegração familiar (BRASIL, 2006; BRASIL, 2009a). Deste modo, é fundamental que o serviço de acolhimento contribua para a manutenção dos vínculos com a família de origem (MOREIRA, 2014).

Alguns autores (LAUZ; BORGES, 2013; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006) destacam a importância de se analisar os impactos psicológicos do acolhimento, identificar os motivos para a medida e, principalmente, caracterizar o adolescente e sua família que são diretamente atingidos e têm suas vidas modificadas a partir do acolhimento. É essencial a compreensão de como as pessoas envolvidas nos diferentes ambientes, família, serviço de acolhimento e escola, estruturam-se ou se esforçam para proporcionar condições físicas e psicológicas para que os vínculos afetivos sejam mantidos ou expandidos após o acolhimento institucional.

Para tentar compreender melhor a questão do vínculo afetivo, essa introdução apresenta primeiramente uma breve descrição do Acolhimento institucional no Brasil, seguido da Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner, teoria utilizada para a análise dos dados da pesquisa. A terceira seção trata de questões ligadas ao campo

¹Esta pesquisa foi realizada em um serviço de acolhimento na modalidade de abrigo, portanto, usaremos o termo abrigo para denominar a instituição de acolhimento em que os dados deste estudo foram coletados.

psicológico, discutindo o vínculo afetivo e, a última, destaca a teoria do apego, com o intuito de ampliar a compreensão do tema abordado.

1.1 Acolhimento Institucional no Brasil: breve histórico

O conhecimento da genealogia de um assunto possibilita uma compreensão ampla e global do tema, portanto esta seção apresentará um breve resumo sobre o percurso histórico da assistência à criança e ao adolescente no Brasil. O objetivo é compreender como as diversas variações políticas, econômicas e sociais contribuíram para o formato do que hoje conhecemos como acolhimento institucional.

De acordo com Marcílio (2006), a assistência à criança e ao adolescente perpassa por três fases distintas: fase caritativa, fase filantrópica e fase do bem-estar do menor. A fase caritativa predominou do período colonial até meados do século XIX, quando o Brasil caracterizava-se por ser um país monárquico com base econômica na agricultura. A sociedade já estava alicerçada sob a desigualdade, por isso, esse tipo de assistencialismo tinha como base a caridade. Os ricos ajudavam os pobres e com isso esperavam a salvação de suas almas e, na terra, almejavam reconhecimento social por sua bondade e condolência. “Ideologicamente, procura-se manter a situação e preservar a ordem, propagando-se comportamentos conformistas” (MARCILIO, 2006, p.134). Nessa época surgiu a chamada Roda dos Expostos (cilindro giratório acoplado na parede ou janela que permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro da instituição, sem que se pudesse identificar qualquer pessoa). Elas eram administradas pelas Santas Casas de Misericórdia e recebiam, anonimamente, os filhos abandonados e ilegítimos que eram deixados aos cuidados da instituição e recebiam a denominação de enjeitados ou expostos (RIZZINI; PILLOTTI, 2011). As Rodas foram abolidas formalmente em 1927.

A fase filantrópica, segundo Marcílio (2006) foi identificada da metade do século XIX até meados do século XX, entre os fatos significantes dessa época têm-se o fim da escravidão e a queda da Monarquia. O país passava por importantes transformações sociais e econômicas, como o início da industrialização e a migração do campo para a cidade. Como resultado da migração, aumentou a pobreza e a necessidade de mão de obra nas indústrias, ocorrendo um movimento que influenciou o ingresso da mulher no mercado de trabalho. Portanto, em prol do

sustento, a mulher passou a exercer trabalho remunerado, diminuindo assim, seu tempo de cuidado e educação com os filhos surgindo à necessidade de uma política social específica que atendesse à criança e o adolescente dessa realidade, criando-se asilos de educandos para ensinar e profissionalizar essas crianças. Nessa época a medicina higienista estava em voga e preocupava-se com a questão da infância. A puericultura surgiu em meados do século XIX como uma especialidade médica, com o objetivo de “formalizar os cuidados adequados à infância” (RIZZINI; PILLOTTI, 2011, p.21). Paralelamente, os juristas iniciaram o trabalho na área da infância carente de cuidados e proteção e das crianças ditas delinquentes. Assim, medicina e direito se unem para reformular as questões voltadas à criança e ao adolescente em situação desprivilegiada.

Segundo Marcílio (2006, p.195):

Até mesmo a designação da infância mudou nessa fase de intervenção da Medicina e das Ciências Jurídicas. De um lado, o termo “criança” foi empregado para o filho das famílias bem postas. “Menor” tornou-se o discriminativo da infância desfavorecida, delinquente, carente, abandonada [...]. O termo *menor* aponta para a despersonalização e remete à esfera do jurídico [...]. A infância abandonada, que vivia entre a vadiagem e a gatunice, tornou-se, para os juristas, caso de polícia.

Portanto, houve uma mudança no tratamento assistencial à infância. Os métodos de caridade usados na fase caritativa não se enquadravam nesse período histórico, logo surgindo uma nova concepção de assistencialismo.

Um número crescente de médicos higienistas e de juristas foi posicionando-se no combate à instituição da Roda e na adoção de novas formas alternativas de assistência à infância abandonada. Pretendia-se associar as práticas de proteção ou de institucionalização modernas à Ciência e a Ordem (MARCÍLIO, 2006, p.196).

O Estado gradualmente foi assumindo a assistência à infância no lugar antes ocupado pela igreja e pelas instituições de caridade. Foi criado um aparato governamental para exercer a nova função de assistencialismo e, conseqüentemente, o controle sobre as crianças e os adolescentes.

Com o advento do 1º Código de Menores, em 1927, crianças e adolescentes considerados órfãos, abandonados ou delinquentes passaram a ser tutelados pelo Estado. Segundo Marcílio (2006, p.222):

[...] a aprovação do Código de Menores é [...] um marco na história da assistência à infância, na medida em que esta passa a ser um atributo do Estado, muito embora fosse ressaltada a inexistência de uma fronteira clara entre a assistência estatal, a filantrópica e a caritativa. [...] O discurso da assistência e da proteção [...] definiam um novo projeto jurídico e institucional, voltado para os menores - não punitivo, recuperador, disciplinar, tutelar e paternal - e articulado a uma tentativa de reorganização

da assistência prestada tornando-a mais ampla, sistemática e organizada de forma mais científica. Gradualmente o Estado ia assumindo a assistência à infância desvalida e criando um aparato governamental para atender a essa nova função e, também, controlá-la.

De acordo com Izar (2011), nesse período foram criados vários órgãos nacionais visando à assistência aos menores desvalidos:

Conselho Nacional de Serviço Social (Decreto-Lei N. 525 de 1938); Departamento Nacional da Criança-DNCr (1940); Serviço de Assistência ao Menor- SAM (Decreto-Lei N.3799 de 1941); Legião Brasileira de Assistência- LBA (Ato do Governo Federal N. 6013 de 1942) (p.38).

Ainda, segundo Izar (2011), o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), foi criado para centralizar o atendimento à criança e ao adolescente, melhorando assim o funcionamento das instituições para menores. Porém, com o passar do tempo, esta medida acabou transformando-se em algo inviável:

O que era considerado solução para o problema do menor transformou-se em um problema ainda maior... Escola do Crime, Fábrica de Criminosos, Sucursal do Inferno, Fábrica de Monstros Morais, SAM- Sem Amor ao Menor foram algumas das representações que o órgão recebeu ao longo de sua existência (IZAR, 2011, p.39).

Ante a tantos problemas o SAM foi extinto em 1964 e substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNBEM)². No mesmo ano é instaurada a ditadura militar no Brasil e é nesse contexto que emerge a fase do bem-estar do menor (MARCÍLIO, 2006). Nessa fase o Estado efetivamente passa a se responsabilizar pelas questões da infância, tanto no planejamento como na execução dos assuntos ligados à criança e ao adolescente. O Código de Menores de 79 e a criação da FUNABEM são exemplos da intervenção estatal.

De acordo com Rizzini e Pilloti (2011, p.26-27):

De 1964 em diante, a questão da assistência à infância passou, como tantas outras coisas, para a esfera de competência do governo militar. Este via na questão social e, no seio desta, na questão do menor, um problema de segurança nacional, julgando-o, portanto, objeto legítimo de sua intervenção e normalização. Com esse objetivo, criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), às quais coube comandar todas as ações neste terreno.[...]Invocando sempre o primado da prevenção e reintegração social, no ambiente familiar e/ou na comunidade, FUNABEM e PNBEM favoreceram, no entanto, a internação, em larga escala e no país inteiro (através das FEBENS e de entidades privadas de assistência), desses “irregulares” do desenvolvimento com segurança nacional.

Portanto, com a instauração da ditadura militar e a reformulação do Código de Menores (1979), a questão da criança e do adolescente abandonado se agravou,

² Na década de 70 a sigla passa a ser FUNABEM

pois no lugar da assistência e da proteção emergiu a institucionalização desenfreada, que culminou na repressão e na estigmatização da criança e do adolescente pobre.

Para Marcílio (2006, p.225):

[...] até a década de 60, o Estado brasileiro não foi um interventor, quer na assistência, quer na proteção da infância desvalida. Restringia-se às funções de estudo, de vigilância e de controle a assistência ao menor, bem como à repressão aos desviantes.

Pode-se perceber até agora, que desde o século XVIII até meados do fim da década de 70, no século XX, a questão da criança e do adolescente abandonado ou delinquente, era vista como um problema de ordem social. A preocupação precípua era manter a ordem e os bons costumes, por isso foram criadas as instituições totais³ para recolher estes menores e afastá-los do convívio social, evitando-se assim desordens sociais. Com o pretexto de preservar e proteger excluía-se e estigmatizava-se. Não é por acaso que até pouco tempo atrás era comum expressões como: “menor abandonado”, “menor infrator ou delinquente”, ou ainda “é de menor”. Para Rizzini e Pilloti (2011), se instituiu no Brasil uma cultura da institucionalização.

Dizem Rizzini e Rizzini (2004, p.14):

[...] sabemos que várias gerações de crianças passaram suas infâncias e adolescências internadas em grandes instituições fechadas. Estas eram, até o final da década de 1980, denominadas de “internatos de menores” ou “orfanatos” e funcionavam nos moldes de asilos, embora as crianças, em sua quase totalidade, tivessem famílias. Isto ocorreu a despeito do fato de que, desde os idos de 1900, a internação de crianças aparece principalmente na literatura jurídica como o “último recurso” a ser adotado.

Esse contexto começa a mudar em meados dos anos 80, com a redemocratização do Brasil após mais de 20 anos de ditadura militar, assim emergiram conclames sociais por mais direito e respeito às crianças e aos adolescentes.

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004, p.45-46):

A história da institucionalização de crianças e adolescentes toma outros rumos em meados da década de 1980. A cultura institucional vigente no país por tanto tempo começa a ser nitidamente questionada. Até esse momento, o termo “internato de menores” era utilizado para designar todas as instituições de acolhimento, provisório ou permanente, voltadas ao atendimento de órfãos, carentes e delinquentes, mantendo a concepção de

³ Termo usado por Goffman em *Manicômios, Prisões e Conventos*, 2005 que designa: “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (p.11).

confinamento [...] a política de segurança nacional empreendida no período de ditadura militar colocava a reclusão como medida repressiva a todo e qualquer sujeito que ameaçasse a ordem e as instituições oficiais. O silêncio e a censura eram poderosos aliados oficiais no sentido de manter a política de internação, nas piores condições que fossem, longe dos olhos e ouvidos da população. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, passam a ser perceptíveis as inquietações em relação à eficácia deste tipo de medida. É indicativo desse novo momento o grande número de seminários, publicações e discussões em torno de iniciativas que indicassem novos caminhos. A palavra de ordem na época era a busca de alternativas, subentendendo-se que se tratavam de alternativas à internação.

E, ainda, sobre meados dos anos 80:

Foi uma década de calorosos debates e articulações em todo o país, cujos frutos se materializariam em importantes avanços, tais como a discussão do tema na Constituinte e a inclusão do artigo 227, sobre os direitos da criança, na Constituição Federal de 1988. Mas o maior destaque da época foi, sem dúvida o amplo processo de discussão e de redação da lei que viria substituir o Código de Menores (1927,1979): o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.47).

A Constituição Federal de 1988 traz em seu bojo o embrião do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ao proclamar em seu artigo 227 que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Assim, esse artigo define a criança e o adolescente como sujeitos de direito, que contempla a proteção integral e prioritária com vistas ao seu desenvolvimento saudável, no âmbito físico, social e psicológico. Designando uma importante mudança no tratamento à infância e juventude.

Com o advento do ECA em 1990, alguns estigmas relacionados à criança e ao adolescente começaram a ser repensados e, paulatinamente, desmistificados, como o termo “menor”, quando relacionado ao abandono ou a delinquência, o da “situação irregular”, da criança ou o adolescente que viviam nas ruas (RIZZINI; RIZZINI, 2004). No lugar do termo menor emerge o termo criança e adolescente. Um processo novo de entendimento ganha forma, pois o olhar sai exclusivamente do indivíduo, como único culpado pela sua situação e passa a abranger questões sociais. De acordo com Rizzini e Rizzini (2004, p.47):

[...] E tomava corpo a compreensão de que o foco deveria recair sobre as causas estruturais ligadas às raízes históricas do processo de desenvolvimento político-econômico do país, tais como a má distribuição de renda e a desigualdade social.

Portanto, a institucionalização de crianças e adolescentes passa a ser revista, o ECA revoga o Código de Menores de 1979 e a lei de criação da FUNABEM, “trazendo detalhadamente os direitos da criança e do adolescente já em forma de diretrizes gerais para uma política nessa área” (FALEIROS, 2001, p.81). Deste modo, a nova legislação passa a normatizar as novas regras e modos de funcionamento das instituições de acolhimento. O desafio da sociedade foi colocar em prática o que regulamentava a lei.

Os anos 1990 foram marcados pelo esforço de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foram instituídas mudanças na lei em relação à questão da internação, dependendo da natureza da medida aplicada: o abrigo, como uma medida de caráter provisório e excepcional de proteção para crianças em situações consideradas de risco pessoal e social; e a internação de adolescentes em instituições, como uma medida sócio-educativa de privação de liberdade. Em ambos os casos, a lei buscará prever mecanismos de garantia dos direitos da criança e do adolescente (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.48).

Segundo o ECA (BRASIL, 1990) o abrigo é uma medida de proteção, provisória e excepcional, não se configurando como um depósito onde qualquer criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade ou risco social deva ir (SOUZA; CARVALHO, 2014). O ato de abrigar, segundo o dicionário Aurélio⁴, significa: “resguardar do rigor do tempo; de dano ou perigo, acolher; aceitar, proteger; amparar”. Em decorrência temos o abrigo, que tem como significado: “lugar que abriga, cobertura; teto, amparo; proteção; acolhida, e por fim, casa de assistência social onde se recolhem pessoas que não têm onde morar”.

Percebe-se que todas às referências ao abrigo e ao ato de abrigar, envolvem proteção, amparo e acolhida, termos que vão ao encontro do que propõe o ECA (BRASIL, 1990) em relação à criança e ao adolescente em risco pessoal ou social que necessita de proteção especial do Estado.

Devido a este trajeto histórico que envolveu mudanças políticas, econômicas e sociais é que atualmente refere-se a acolhimento institucional (termo instituído pela Lei. 12.010 de 2009, conhecida como Lei da Adoção), na modalidade de abrigo, quando se fala em crianças e adolescentes vulneráveis socialmente e não mais se denomina orfanatos ou instituições para menores. Portanto, trata-se de uma mudança de paradigma na denominação de crianças e adolescentes institucionalizados para crianças e adolescentes acolhidos em instituição de abrigo.

⁴ Mini Aurélio: o dicionário da Língua Portuguesa. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. 8.ed. Curitiba: Positivo, 2010.

Desde modo:

A história da assistência pública está intimamente inserida ao contexto político e econômico de cada época. [...] industrialização, povoamento, imigração, melhoria da raça, defesa nacional, segurança nacional são tópicos que tiveram influência direta sobre as políticas dirigidas ao menor. Não obstante a assistência estar ao sabor das políticas de cada época, a internação em estabelecimentos fechados permaneceu como linha mestra, o fio condutor do atendimento prestado, tanto pelo Estado quanto pela iniciativa particular (RIZZINI, 2011, p.281).

Consoante a esse pensamento têm-se que:

A própria definição do contexto institucional e as formas de se referirem a ele têm passado por várias mudanças: de orfanato a abrigo, de abrigo a acolhimento institucional. Apesar dessas mudanças, observa-se que o novo discurso das novas leis e normativas convive com velhas práticas, heranças históricas da filantropia e assistencialismo que tanto marcaram e ainda marcam este campo (ROSSETI-FERREIRA; SERRANO; ALMEIDA, 2011, p.30).

Essas ideias mostram a importância do ECA, que representa uma nova política e uma nova visão em relação à criança e ao adolescente, trazendo em seu bojo o conceito de proteção integral. Porém, na prática ainda são necessárias muitas mudanças para se chegar ao que idealmente propõe a legislação (LOPES; ARPINI, 2009).

Dentre alguns avanços do ECA destaca-se o Art. 2º, que considera criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa de até doze anos de idade incompletos, e, adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade. Esse artigo expõe objetivamente, nos aspectos legais, quem é considerado criança e adolescente, abandonando o termo “menor”.

A família aparece como primeira instituição nos cuidados à criança e ao adolescente, portanto, ela também necessita de proteção do Estado para poder arcar com suas funções de forma plena e responsável.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

O ECA aloca o acolhimento institucional no art. 90 inciso IV, que trata das entidades de atendimento. Rege a legislação:

Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:
 I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
 II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
 III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
 IV - desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;

- V - não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII - participação na vida da comunidade local;
- VIII - preparação gradativa para o desligamento;
- IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Rizzini e Rizzini (2004, p.50) enfatizam que esses dispositivos contrapõem às antigas práticas de institucionalização: “quando associa a noção de abrigo à tentativa de garantir a convivência familiar e comunitária e a preservação dos vínculos familiares”. E, ainda:

O atendimento institucional [...] com uma postura de acolhimento à criança, deve cumprir a função de ser um suporte de caráter excepcional e provisório, com o firme propósito de reinserção familiar. Ele constitui uma medida de proteção para os casos em que há violação dos direitos da criança e/ou do adolescente e se avalia a necessidade de afastamento da família (RIZZINI et al., 2006, p.89).

Com o advento do ECA emergiram políticas públicas (OLIVEIRA;SAPIRO, 2007), voltadas à infância e a adolescência. Os Serviços de Acolhimento Institucional (SAI), e familiar surgiram como medidas de proteção. Os SAI se dão na modalidade de abrigos institucionais, casas-lares e repúblicas. Há também o acolhimento em famílias acolhedoras. Como esta pesquisa foi realizada em um abrigo institucional, será dada ênfase nessa modalidade de SAI.

De acordo com as orientações técnicas para o acolhimento institucional, elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), (BRASIL, 2009a, p.63), o serviço de acolhimento se caracteriza por ser um:

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006), elaborado pelo CONANDA, Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à

Fome (MDS) endossa a figura da criança e do adolescente como sujeitos de direito ao preconizar a manutenção dos vínculos familiares e comunitários rompendo com a ideia institucionalizante vigente até meados dos anos 80:

As estratégias, objetivos e diretrizes deste Plano estão fundamentados primordialmente na prevenção ao rompimento dos vínculos familiares, na qualificação do atendimento dos serviços de acolhimento e no investimento para o retorno ao convívio com a família de origem (BRASIL, 2006).

Portanto, cabe aos serviços de acolhimento priorizar no atendimento à criança e ao adolescente a preservação dos vínculos familiares. Em consonância com essa normativa foi elaborada em conjunto com o Departamento de Proteção Social Especial (SNAS/MDS), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o CONANDA as Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento (BRASIL, 2009a), que tem como objetivo nortear o trabalho prestado pelas instituições que prestam serviços de acolhimento. Dentre as várias normativas destaca-se:

Todos os esforços devem ser empreendidos para preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários das crianças e dos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento. Esses vínculos são fundamentais, nessa etapa do desenvolvimento humano, para oferecer-lhes condições para um desenvolvimento saudável, que favoreça a formação de sua identidade e sua constituição como sujeito e cidadão. Nesse sentido, é importante que esse fortalecimento ocorra nas ações cotidianas dos serviços de acolhimento - visitas e encontros com as famílias e com as pessoas de referências da comunidade da criança e do adolescente, por exemplo (BRASIL, 2009a).

Novamente preconiza-se a preservação e o fortalecimento dos vínculos entre o acolhido e sua família estendendo-se essa preservação à comunidade onde a criança ou o adolescente está inserido.

No âmbito jurídico a Lei nº 12.010/2009, traz inovações práticas no campo do acolhimento institucional. É instituída a exigência do Plano Individual de Acolhimento (PIA), para as crianças e adolescentes acolhidos que terão sua situação reavaliada no máximo a cada seis meses, por uma equipe interprofissional composta pela equipe interprofissional do abrigo, junto com a equipe interprofissional da Vara da Infância e Juventude, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e do Conselho Tutelar. Essa medida visa a evitar o esquecimento da criança ou do adolescente no serviço de acolhimento, prolongando assim o acolhimento institucional. Segundo Rosseti-Ferreira et al. (2011, p.51):

É importante que para sua elaboração se realize a observação da criança e do adolescente; visitas domiciliares; entrevistas com a criança, adolescente e com a família; avaliação da situação da criança e do adolescente quanto a

sua saúde, escolarização e outros aspectos desenvolvimentais; visitas institucionais; levantamento dos serviços da rede; discussão do caso, dentre outros.

Ainda no plano jurídico outra importante normativa diz respeito às audiências concentradas, iniciadas em 2010 por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essas audiências ocorrem semestralmente e têm como objetivo a revisão da situação da criança e do adolescente acolhido. Assim, a criança e o adolescente devem inevitavelmente ter sua situação reavaliada a cada seis meses.

Para a melhor compreensão dos objetivos das audiências concentradas cita-se Rosseti-Ferreira et al. (2011, p.51-52), que destacam:

Foram designadas audiências concentradas para análise e aprovação do plano individual de atendimento, intimando-se o programa de acolhimento a apresentar o plano com antecedência acordada previamente com o juízo. Também foram intimados para a audiência a criança ou adolescente, familiares, o programa de acolhimento, a equipe interprofissional do fórum, Creas, Conselho Tutelar, representante do Ministério Público, Defensor da criança ou do adolescente, Defensor da família e outros programas interessados (habitação, saúde, educação, conforme o caso). A ideia da situação de audiência é verificar o respeito ao direito à informação e participação da criança, adolescente e família, corrigir eventuais falhas de atendimento, conferir ações, prazos, resultados esperados e formalizar os compromissos. Ainda não se tem a divulgação exata dos dados, mas muitas crianças e adolescentes foram reintegrados às suas famílias de origem e outros encaminhados para família substituta nesses contextos de audiência.

Essas mudanças jurídicas contribuíram para que os casos de acolhimento não ficassem esquecidos, para que o adolescente possa ter a oportunidade de voltar à convivência familiar de maneira célere e eficaz.

Figueiredo (2014) complementa que é imprescindível a participação da criança, do adolescente e dos familiares nas audiências concentradas, pois o objetivo é fazer a análise de cada caso com um possível prognóstico com vistas à reintegração familiar da criança e do adolescente acolhido. Nesse sentido, devem ser trabalhados os aspectos sociais, psicológicos e jurídicos do acolhimento, em relação aos acolhidos e suas famílias. Independentemente do motivo para o acolhimento institucional, sempre que possível a criança e o adolescente devem voltar ao seio familiar e, por essa razão, a família deve ser atendida e preparada para o retorno do acolhido. Assim, procura-se solucionar o problema que ocasionou o acolhimento para que a família se reestruture para poder receber o filho, evitando ocorrências que deem origem a novo acolhimento. No plano social, segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, BRASIL, 2004, p.31), a proteção social especial é destinada:

[...] às crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às pessoas em situação de rua que tiverem seus direitos violados e, ou, ameaçados e cuja convivência com a família de origem seja considerada prejudicial a sua proteção e ao seu desenvolvimento. No caso da proteção social especial a população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito. A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

As crianças e os adolescentes acolhidos recebem a proteção social especial caracterizada como de alta complexidade, pois foram afastados do convívio familiar. O CREAS é o serviço responsável em atender não só os acolhidos, mas também suas famílias. O atendimento visa a sanar os problemas que resultaram no acolhimento institucional, tanto no âmbito social como também no psicológico.

A título de ilustração o Quadro A traz um comparativo doutrinário entre a legislação antes e pós o ECA:

Quadro 1 - Aspectos históricos da legislação para a infância no Brasil.

Código de menores de 1927	Doutrina do direito do menor
Código de menores de 1979	Doutrina da situação irregular
Estatuto da criança e do adolescente- 1990	Doutrina da proteção integral

Em relação à política para a infância e juventude o Quadro B apresenta as diferenças sob a ótica de diferentes aspectos:

Quadro 2 - Diferenças na política para infância e juventude antes e após o ECA.

Aspectos	Anterior	Atual
Doutrinário	Situação Irregular	Proteção Integral
Caráter	Filantrópico	Política Pública
Fundamento	Assistencialista	Direito Subjetivo
Centralidade local	Judiciário	Município
Competência executória	União/Estados	Município
Decisório	Centralizador	Participativo
Institucional	Estatal	Cogestão sociedade civil
Organização	Piramidal hierárquico	Rede
Gestão	Monocrática	Democrática

Nesse percurso histórico, percebe-se que questões econômicas, políticas, sociais e jurídicas se entrelaçam e se complementam, mudam-se políticas públicas, denominações, leis e decretos, porém o grande avanço em relação à criança e ao adolescente foi seu reconhecimento como pessoa em desenvolvimento, sujeito de direitos e isso implica, direito à saúde, à educação, ao lazer, cultura e principalmente ao convívio familiar e comunitário.

É importante destacar a influência das legislações internacionais na política de assistência à infância e juventude. A Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 (UNICEF, 1959) preconiza o direito de proteção especial ao desenvolvimento físico, mental e social, além do direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade. Isto implica que a criança deve crescer e se desenvolver em um ambiente de afeto, cuidado e respeito. Outro importante movimento nesta questão foi a Convenção sobre os direitos da criança de 1989 (DECRETO Nº 99.710, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1990), que reitera a proteção integral e especial à criança. Interessante apontar que esta Convenção considerava criança todo indivíduo com menos de dezoito anos de idade.

Essa descrição acerca das questões históricas do acolhimento subsidia uma compreensão mais acurada do exossistema e do macrossistema da teoria bioecológica de Bronfenbrenner (2011), uma importante teoria que será utilizada com o objetivo de mostrar caminhos para uma análise mais ampla a respeito da temática do adolescente acolhido e da importância dos vínculos afetivos.

1.2 Contribuições da teoria bioecológica de Bronfenbrenner

É importante destacar que Bronfenbrenner (2011) define afeto como a capacidade do ser humano estabelecer relações, nas quais se criam vínculos. Para ele, o afeto é fundamental para o desenvolvimento humano e resulta da interação do indivíduo com o meio em que está inserido.

O comportamento de apego e o vínculo afetivo, segundo Bronfenbrenner (1996), se relacionam ao microsistema, ou seja, ambiente inicialmente familiar, que a criança está inserida, expandindo para outros microsistemas quando o indivíduo cresce e passa a frequentar outros ambientes. Para se compreender esses microsistemas e ter uma visão mais ampla dos fatores que influenciam a vida dos adolescentes acolhidos, apresenta-se, a seguir, um breve resumo da teoria

bioecológica desse autor, que trará subsídios para a interpretação dos dados resultantes dessa pesquisa.

Bronfenbrenner (1996) desenvolveu a teoria bioecológica do desenvolvimento humano, que concebe o desenvolvimento como a interação entre o indivíduo e seu meio ambiente, ocorrendo de forma contínua e recíproca. Para esta teoria, as interações se dão entre quatro importantes aspectos: a pessoa, o processo, o contexto e o tempo (PPCT), chamado de modelo bioecológico, considerado elemento basilar para o desenvolvimento.

O núcleo pessoa envolve as características individuais, físicas e psicológicas da pessoa, que interage no ambiente, influenciando ou sendo influenciado conforme seus aspectos pessoais. Desta forma, a pessoa atua no ambiente de acordo com suas características peculiares. O núcleo processo diz respeito às diferentes formas de interação entre a pessoa e seu ambiente físico, psicológico e social, sendo assim, um processo proximal (POLONIA; DESSEN; SILVA, 2005). Os processos proximais são as formas de interação complexas e recíprocas entre o indivíduo e seu ambiente imediato, possibilitando que os recursos da pessoa sejam desenvolvidos. O terceiro núcleo se refere aos contextos em que o desenvolvimento ocorre, ou seja, na interação de quatro sistemas ambientais: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. Esses níveis ambientais constituem o ambiente ecológico da pessoa em desenvolvimento (SIQUEIRA, 2009). O ambiente ecológico, segundo Bronfenbrenner (1996), é um sistema de estruturas encaixadas uma dentro da outra, como as bonecas russas, começando no nível de contato mais íntimo da criança, o microssistema, até os ambientes sociais mais amplos.

De acordo com Bronfenbrenner (1996), o primeiro nível do ambiente ecológico é o microssistema, que é cada um dos ambientes nos quais a pessoa está diretamente inserida; a família, por exemplo, e nos casos do adolescente acolhido a instituição de acolhimento. Para Yunes, Miranda e Cuello (2004), a família é o microssistema central, porém para as crianças e os adolescentes que estão nos abrigos, a própria instituição passa a ser um microssistema de seu ambiente ecológico. Nesse entendimento o abrigo pode ser um “ambiente com potencial para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto” (SIQUEIRA, 2006, p.18).

O mesossistema representa o conjunto de microssistemas e envolve “as inter-relações de vários ambientes nos quais a pessoa em desenvolvimento está inserida

em um determinado período de sua vida” (BRONFENBRENNER, 2011, p.23). De acordo com Siqueira (2009, p.101), para os adolescentes acolhidos o mesossistema constitui “as interações entre o próprio abrigo e a sua família de origem, entre a escola e o abrigo, como também entre a família de origem e o Juizado da Infância e Juventude [...]”. Ainda segundo Siqueira (2009, p.101):

Durante os processos de reinserção familiar de jovens abrigados, pode-se perceber uma intensificação dos processos e da interação em nível de *mesossistema*, visto se torna necessário que acordos e planejados sejam planejados e concordados. O *microsistema* e o *mesossistema* representam as estruturas cujos níveis de relação são proximais, suas influências são mais evidentes, sendo fundamentais para os processos desenvolvimentais.

O terceiro ambiente ecológico é chamado de exossistema, que contempla os ambientes em que a pessoa não está inserida diretamente, porém exercem influência em sua vida e no seu desenvolvimento e, por fim, há o macrosistema, que engloba todos os outros sistemas ecológicos do desenvolvimento humano e que envolve “a cultura, as macroinstituições, como o governo federal e as políticas públicas” (BRONFENBRENNER, 2011, p.23). Políticas universais de proteção à criança e ao adolescente fazem parte desse sistema.

Considerando-se que, para Bronfenbrenner (1996), o desenvolvimento ocorre nos contextos em que a pessoa está inserida, pode-se compreender que os diversos ambientes ecológicos podem tanto contribuir como dificultar o desenvolvimento de uma pessoa. O “desenvolvimento humano é estimulado ou inibido pelo grau de interação com as pessoas, que ocupam uma variedade de papéis, e pela participação e engajamento em diferentes ambientes” (POLONIA; DESSEN; SILVA, 2005, p.74).

O último núcleo do modelo bioecológico é o cronossistema, que se refere à influência de mudanças e continuidades que ocorrem ao longo da vida para o desenvolvimento humano com a passagem do tempo. O cronossistema:

Representa a passagem do tempo ao longo do curso de vida e pode ser pensado em dois sentidos distintos: (a) como um processo microgenético de interação que ocorre entre o desenvolvimento individual e o daqueles ao redor do indivíduo e a (b) passagem histórica do tempo, que tem ajudado a modelar a cultura (MELCHIORI, 1999, p.11).

Sendo assim, “a análise do tempo deve focalizar a pessoa em relação aos acontecimentos de sua vida, desde os mais próximos, até os mais distantes, como grandes acontecimentos históricos” (SIQUEIRA, 2009, p.102). No caso dos adolescentes acolhidos, “as alterações que ocorrem em um membro da família

acabam por alterar as relações familiares como um todo” (Melchiori, 1999, p.11) e, em termos históricos, uma análise temporal nos permite conhecer como as mudanças econômicas, políticas e sociais influenciaram o acolhimento institucional ao longo dos anos⁵.

Bronfenbrenner (1996) destaca três características essenciais para a interação entre as pessoas: a reciprocidade, o equilíbrio de poder e a relação afetiva estável. Segundo o autor essas características quando presentes na díade promoverão um desenvolvimento sadio. A reciprocidade está relacionada às relações entre duas ou mais pessoas e nas atividades realizadas por elas, pois mutuamente as ações conjuntas sofrem influência e são influenciadas, podendo impulsionar o desenvolvimento.

O equilíbrio de poder diz respeito à disparidade entre os participantes da interação, onde um pode ter mais influência na relação do que outro. Para Bronfenbrenner (1996, p.47) essa característica da interação pode favorecer o desenvolvimento à medida que:

No caso de uma criança pequena, a participação numa interação diádica oferece a oportunidade de aprender a conceitualizar e a lidar com relações de poder diferenciais. Esta aprendizagem contribui simultaneamente para o desenvolvimento cognitivo e social, uma vez que as relações de poder caracterizam os fenômenos físicos e sociais encontrados pela pessoa em crescimento numa variedade de ambientes ecológicos durante toda a sua vida.

Logo, para o adolescente acolhido, as normas e regras impostas pela instituição podem contribuir para o seu desenvolvimento, à medida que o jovem terá que lidar com hierarquias, ou seja, aprender a respeitar os funcionários e a cumprir as ordens estabelecidas no serviço de acolhimento. No entanto, o rigor de normas e regras também pode dificultar a adaptação dos adolescentes e até impedir a formação de novos vínculos afetivos.

A relação afetiva estável tende a se desenvolver na medida em que as pessoas convivem e interagem. Afetos surgem dessa relação, dos mais variados tipos, porém as relações positivas e recíprocas podem facilitar o desenvolvimento humano. As relações afetivas que emergiram no contexto de acolhimento, podem contribuir de forma benéfica para o desenvolvimento emocional do adolescente acolhido.

O desenvolvimento, na teoria ecológica, está associado “às estabilidades e

⁵ Ver seção 1.1

mudanças que ocorrem nas características biopsicológicas da pessoa durante o seu curso de vida e ao longo de gerações” (POLONIA; DESSEN; SILVA, 2005, p.73). Paralelamente, Bronfenbrenner (1996) define como transição ecológica as mudanças ocorridas no ambiente ecológico de uma pessoa, que podem impulsionar os processos desenvolvimentais. Assim, o adolescente que é institucionalizado, passa por várias transições ecológicas, o afastamento familiar, o acolhimento e o retorno ao convívio familiar. Essas mudanças ensejam diferentes adaptações e comportamentos do adolescente que influencia e é influenciado pelo micro e mesossistema. Por outro lado, o exossistema o influencia, através de decisões, como o do acolhimento, por exemplo, que ele apenas tem que acatar, sem poder alterar. Assim, não há uma atuação direta da pessoa no ambiente, porém ela sofre as influências desse ambiente.

Bronfenbrenner (1996) atribui ao desenvolvimento uma mudança nas características da pessoa, permanente e agregada ao ser individual. Portanto, é fundamental entender, do ponto de vista psicológico, como as transições ecológicas pelas quais o adolescente passou e/ou está passando influenciam em suas relações afetivas, tanto na manutenção como na expansão de novos vínculos afetivos.

Considerando esta premissa, faz-se necessário analisar os diferentes contextos ecológicos - família-abrigo-escola - em que o adolescente acolhido está inserido e transita, ressaltando a importância destes contextos para sua vida afetiva.

1.2.1 Contextos de desenvolvimento

Nesta subseção serão analisados diferentes contextos bioecológicos que fazem parte da vida do adolescente acolhido e, conseqüentemente influenciam na manutenção e na construção de novos vínculos afetivos.

1.2.2 Família

A família pode ser entendida através de vários olhares, da sociologia, da antropologia, da filosofia e da psicologia, entre outras ciências. Deste modo, o conceito família, neste trabalho, será analisado sob a ótica da psicologia. Para esta ciência a família se caracteriza como um espaço promotor de desenvolvimento social e moral do indivíduo. É um núcleo de pessoas que convivem juntas e podem

compartilhar de companheirismo, amor e afeto. Ou seja, a família pode ser compreendida como um lugar onde as pessoas se relacionam afetivamente (FERRARI; KALOUSTIAN, 2011).

Tradicionalmente família é aquela que decorre do casamento, formada pelo pai, mãe e filhos. Porém, com as transformações sociais do século XX, como a expansão do capitalismo, a revolução sexual e a conquista do estado democrático de direito, que possibilitaram a valorização dos direitos individuais e a ampliação da liberdade de escolha dos indivíduos, novos arranjos familiares surgiram (HOBSBAWM, 1995). Atualmente existem as famílias monoparental, reconstituída, natural, extensa ou ampliada, substituta, homoafetiva, etc.

Em geral, o adolescente acolhido retorna para a família biológica, formada pelos pais e irmãos, ou para a família extensa, àquela constituída pelos avós, tios e primos. Assim, a família perpassa as figuras do pai, da mãe e irmãos e contemplam os avós, tios e primos, pois não se podem desconsiderar as mais diferentes configurações familiares existentes na contemporaneidade (PETZOLD, 1996). O conjunto familiar é responsável pelo adolescente e idealmente deveria se unir e se ajudar evitando o acolhimento institucional. Mesmo nos casos de acolhimento a família continua sendo a primeira instituição responsável pela socialização e construção dos vínculos afetivos entre seus membros (DESSEN; BRAZ, 2005).

Com o advento do ECA (Brasil, 1990), a família deixou de ser coadjuvante no processo de acolhimento para se tornar protagonista, pois é ela quem deve proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento saudável e para o exercício pleno da cidadania da criança e do adolescente (MOREIRA, 2014). Porém, na maioria das vezes, a família também é abandonada pelo Estado, no que tange aos seus direitos sociais. Logo a institucionalização não responde às necessidades das famílias nem dos adolescentes, é apenas uma medida paliativa (WENDHAUSEN, PEREIRA, JOHNSON, 2011).

O ECA (BRASIL, 1990), define dois tipos de famílias: o primeiro é a família natural, composta pelos pais e filhos. E o segundo tipo é a família extensa ou ampliada, formada por parentes próximos (avós, tios, primos, etc), com quem a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. Desta forma, tanto a família natural quanto à extensa são fontes de afeto e podem contribuir para a manutenção dos vínculos afetivos.

Belfort et al. (2015) realizaram uma pesquisa com profissionais que trabalham

com crianças e adolescentes em acolhimento institucional para identificar as representações sociais de família. As autoras analisaram os discursos que diferenciavam a família ideal, que cuida, educa, orienta e disciplina, permeada por cuidados e afeto, das famílias reais dos acolhidos, caracterizadas como desestruturadas, conflituosas e com ausência de afeto. As autoras pontuam que a maneira como o profissional vê a família do acolhido pode facilitar ou dificultar a reintegração familiar. Nesse sentido, Moreira et al. (2013) e Nascimento (2012) apontam para a importância de que a rede de apoio dê suporte a família do acolhido, considerando suas dificuldades e seu modo de vida, sem pré-julgamentos.

É importante destacar que, paradoxalmente, a família que figurava como sendo prejudicial ao adolescente, no contexto de acolhimento torna-se uma figura relevante que pode auxiliar o jovem nesse período de sua vida. A proximidade dos familiares pode se caracterizar como um fator de proteção nesse momento tão peculiar na vida do adolescente (ALVES; DELL'AGLIO, 2015).

Ressalta-se que a família deve ser entendida como um suporte e um auxílio com o qual o serviço de acolhimento pode contar para trabalhar com o adolescente acolhido. No entanto, vários fatores podem dificultar essa participação. Azôr e Vectore (2008) apontam a falta de apoio financeiro e psicológico às famílias dos acolhidos durante e após o acolhimento institucional. Rosseti-Ferreira et al. (2012) destacam a culpabilização das famílias pelo acolhimento, desconsiderando-se as dificuldades econômicas e sociais dessas famílias.

De acordo com Rosseti-Ferreira et al. (2012, p.396):

Cabe, no entanto reconhecer a frequente fragilidade das famílias biológicas, submetidas a um processo transgeracional de privações e repetidas exclusões. Adultos hoje, que anteriormente foram crianças desprotegidas, podem enfrentar dificuldades em exercer a função de proteção, cuidado e educação de seus filhos, necessitando de um apoio especial nesse sentido. O processo de desenraizamento social, de afastamento de familiares, amigos e vizinhança que as famílias vão sofrendo, pode favorecer o desenvolvimento de problemas de saúde mental e drogadição. Uma resposta efetiva a esses problemas exige políticas públicas e práticas sociais efetivas, com a colaboração da comunidade, que sejam constantes e articuladas em rede.

Em função da reiterada fragilidade das famílias dos adolescentes acolhidos, há necessidade de se trabalhar com elas nos âmbitos social e psicológico. O apoio às famílias é um modo eficiente de ajudar o adolescente a retornar para a família em outras condições, possibilitando um modo de vida diferente e evitando-se assim, um novo acolhimento (VALENTIM; YAMAMOTO, 2014).

Porém, estudos mostram que nem sempre é realizado um trabalho com a família com vistas ao retorno do adolescente ao convívio familiar. Serrano (2008) realizou uma pesquisa que caracterizou a situação de acolhimento de crianças de zero a seis anos no município de Ribeirão Preto/SP. Dos quatro abrigos pesquisados apenas dois trabalhavam com a criança e a família a questão da reintegração familiar. No mesmo sentido, Souza e Brito (2015) realizaram uma pesquisa com abrigos para crianças e adolescentes, na faixa etária de 01 a 18 anos, em Aracaju e detectaram a ausência de um trabalho voltado à reintegração familiar e comunitária e a inexistência de um trabalho com as famílias.

Esses dados apontam a dificuldade das instituições de acolhimento em efetivar o que rege o ECA (BRASIL, 1990), ou seja, a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, com vistas ao retorno ao convívio familiar (NASCIMENTO; LACAZ; TRAVASSOS, 2010).

Levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), organizado por Silva (2004), em 589 abrigos no Brasil identificou que 86,7% das crianças e adolescentes abrigados possuíam família e 58,2% mantinham vínculo familiar. Os dados indicam que o trabalho com as famílias devem versar sobre os motivos para o acolhimento e, também, visar ao retorno do acolhido ao convívio familiar.

Esforços por parte do abrigo devem ser empreendidos para aproximar à família da instituição e, conseqüentemente, do adolescente (SOARES; SOUZA; CARDOSO, 2015). De acordo com Rocha, Arpini e Savegnago (2015a) é importante que o abrigo realize trabalhos voltados para o fortalecimento dos vínculos familiares e para o apoio às famílias. Questões como os motivos para o acolhimento devem ser discutidos no âmbito institucional.

Fávero, Vitale e Baptista (2008) realizaram uma pesquisa caracterizando as famílias dos acolhidos no município de São Paulo. As autoras identificaram questões pertinentes à reflexão. Primeiramente as famílias não são tratadas como protagonista no assunto acolhimento, portanto não há um trabalho do abrigo junto às famílias com vistas à reintegração familiar. Posteriormente, identificou-se uma submissão da entidade abrigo ao judiciário e da família ao abrigo, ou seja, são relações perpassadas por hierarquias onde não há relações conjuntas ou complementares. Por outro lado Siqueira e Dell'Aglio (2007) enfatizam a importância do trabalho com as famílias ressaltando os aspectos positivos, como a manutenção

dos vínculos afetivos, que podem servir como fatores de proteção para o adolescente, garantindo assim, que a reintegração possa ser mais rápida e eficaz.

Sbicigo e Dell'Aglio (2012), apontam que as boas relações familiares contribuem para o bom desenvolvimento psicológico do adolescente. Portanto, a manutenção do vínculo afetivo familiar pode implicar em melhoras nos aspectos emocionais e cognitivos durante o acolhimento.

Outro contexto ecológico de desenvolvimento significativo na vida do adolescente é o escolar, pois ele representa um possível lugar para a construção de novos vínculos afetivos e manutenção dos vínculos já existentes.

1.2.3 Escola

Estudos apontam para a importância da interação no ambiente escolar para o adolescente (AMPARO et al., 2008; SOUZA et al., 2011), pois ele contribui para a formação de social e emocional do indivíduo. De acordo com Barbosa et al. (2011), não é raro o adolescente reproduzir na escola um comportamento aprendido no ambiente familiar. Isto demonstra que os ambientes ecológicos estão interligados e contemplam a vida do adolescente como um todo.

As transições ecológicas possibilitam que o adolescente interaja no ambiente de forma bidirecional, ou seja, influenciando e sendo influenciado pelos contextos em que perpassa. Pesquisa realizada por Siqueira e Dell'Aglio (2010) apontou que o acolhimento inevitavelmente interfere no rendimento escolar, tanto para a melhora quanto para a piora.

Segundo Dessen e Polonia (2007) a escola se configura um espaço onde há interações contínuas, um ambiente multicultural que abarca a preparação do indivíduo para inserir na sociedade e também a construção de laços afetivos. Portanto, o ambiente escolar, além de promover a aprendizagem, também pode ser um lugar promotor do desenvolvimento social e emocional, contribuindo assim para a formação intelectual e psicológica do indivíduo (BENETTI; GRISARD; FIGUEIREDO, 2014).

Para Rosseti-Ferreira, Serrano e Almeida (2011) é comum que o acolhimento tumultue o percurso escolar da criança ou adolescente acolhido porque ao serem institucionalizadas elas geralmente mudam de bairro e, para facilitar o deslocamento, mudam também de escola, exigindo uma dupla adaptação, pois elas

se afastam dos amigos da escola, do bairro, de professores, além dos vizinhos. Porém, essa mudança também pode caracterizar uma oportunidade para construção de novos vínculos, com novos colegas, professores e outros funcionários da escola. Nesse sentido, a escola deve proporcionar segurança, agindo com compreensão com o adolescente acolhido, considerando esta fase peculiar em sua vida.

1.2.4 Amigos

A adolescência é uma fase de rupturas e aprendizados, o indivíduo precisa se firmar socialmente no grupo em que está inserido, é uma fase de autoafirmação, de busca da independência e da identidade sexual (PRATTA; SANTOS, 2007).

Comumente o adolescente prefere os amigos à família, na busca pela identidade e de apoio social há a identificação com o grupo de amigos, com os pares. Por isso as amizades são tão importantes nesta fase, pois elas podem influenciar o adolescente tanto para os comportamentos bons quanto para os maus (VÉRONNEAU; TREMPÉ; PAIVA, 2014). Estudos apontam que as primeiras relações familiares influenciam as relações com amigos (GARCIA; DETTOGNI, 2010). Quanto melhor for a relação familiar melhor será a relação entre o adolescente e seus amigos, relação esta baseada no diálogo, no respeito, na autoconfiança e no apoio social.

Segundo Amparo et al. (2008) o bom relacionamento com amigos pode ser um fator de proteção para o adolescente, principalmente quando ele é retirado do convívio familiar e tem que se adaptar a uma realidade desconhecida e imposta, como no caso dos adolescentes acolhidos.

Através dos amigos o adolescente amplia sua rede de interações sociais e afetivas, com isso, exercita sua capacidade de construir novos vínculos e manter os já existentes. Este movimento psicológico no âmbito afetivo é fundamental para sua formação enquanto indivíduo.

Portanto, o ciclo de amizades são contextos de desenvolvimento que contribuem para o crescimento psicológico do adolescente. O processo de identificação-separação que ocorre na adolescência possibilita o autoconhecimento que desemboca na formação da identidade (MOTA; ROCHA, 2012).

No caso dos adolescentes acolhidos, além da família, da escola e dos amigos, o serviço de acolhimento institucional torna-se um contexto de

desenvolvimento, pois envolve relações afetivas e sociais.

1.2.5 Serviço de acolhimento institucional (SAI)

O SAI é um serviço que visa à proteção da integridade física e psicológica da criança e do adolescente que por motivos diversos tiveram que ser afastados do convívio familiar.

Segundo as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento (BRASIL, 2009a, p. 66):

Quando, para a proteção de sua integridade física e psicológica, for detectada a necessidade do afastamento da criança e do adolescente da família de origem pela autoridade competente, os mesmos deverão ser atendidos em serviços que ofereçam cuidados e condições favoráveis ao seu desenvolvimento saudável, devendo-se trabalhar no sentido de viabilizar a reintegração à família de origem [...]. Tais serviços podem ser ofertados em diferentes serviços de acolhimento: abrigos institucionais; casas-lares; famílias acolhedoras e repúblicas.

Portanto, o abrigo constitui uma modalidade de serviço de acolhimento, ou seja, uma medida protetiva prevista pelo ECA. Entende-se por abrigo:

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, art.101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem [...] (BRASIL, 2009a, p.67).

O abrigo, enquanto medida protetiva, deve desempenhar um papel de suporte e preparar o adolescente, sempre que possível, para o retorno ao convívio familiar, mantendo e fortalecendo os vínculos afetivos familiares. Segundo o CONANDA (BRASIL, 2009a, p.35):

Para o trabalho com a reintegração familiar e decisão acerca da melhor medida para a criança ou adolescente, é importante considerar, ainda, dentre outros, os seguintes aspectos: as reações da criança, do adolescente e da família ao afastamento e ao acolhimento no serviço; a vinculação afetiva e a motivação mútua da família, da criança e do adolescente pela continuidade da relação afetiva e retomada do convívio; se os encaminhamentos realizados foram viabilizados e qual tem sido a resposta da família, da criança e do adolescente aos mesmos; se há, por parte da família, conscientização dos motivos que levaram ao afastamento da criança ou adolescente e motivação para superá-los; se há movimento de mudança nos padrões de relacionamento entre os membros da família e desta com a comunidade e instituições sociais; se existem membros da família (nuclear ou extensa) que possam se responsabilizar e compartilhar os cuidados com a criança e o adolescente; se a família possui redes sociais de apoio da família: vinculações significativas da família com pessoas da comunidade e serviços que possam apoiar os cuidados à criança e ao adolescente. Quando a reintegração familiar for considerada a

melhor medida, a preparação para o retorno deverá incluir uma crescente participação da família na vida da criança e do adolescente, inclusive no cumprimento das responsabilidades parentais. Nesse sentido, deve ser propiciada a inserção da família em atividades que envolvam a criança e o adolescente como, por exemplo, reuniões escolares, consultas de saúde, comemoração do aniversário, atividades na comunidade, escola, etc. Do mesmo modo, a criança e o adolescente devem ter a oportunidade de uma reinserção gradual no contexto de origem, passando finais de semana ou datas comemorativas na casa da família, por exemplo.

O abrigo passa a ter duas funções sociais, a primeira de cuidados e responsabilidade com o adolescente e a segunda a função de reaproximar a família e o adolescente e, ainda, trabalhar com eles questões referentes ao acolhimento institucional, desde os fatores sociais até os afetivos (LIMA; AFONSO, 2016). O abrigo deve ser um local de possibilidades e mudanças, pois para o adolescente acolhido, a instituição de acolhimento passa a ser a sua família, no que tange às regras e ao convívio. Para Machado (2011) o serviço de acolhimento deve ser um contexto de cuidado e proteção e, simultaneamente, um contexto educativo, um espaço que proporcione o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes acolhidos.

Como preconiza o ECA (BRASIL, 1990) o abrigo deve trabalhar no sentido de fortalecer e preservar os vínculos afetivos familiares, atuando com recursos e ações que possibilitem a aproximação do adolescente com sua família (FURLAN; SOUZA, 2013; LUVIZARO; GALHEIGO, 2011). Portanto, o abrigo, enquanto serviço de acolhimento, pode contribuir para o desenvolvimento social e emocional do adolescente, tornando-o protagonista da própria história para que possa atuar de forma autônoma no seu projeto de vida.

Segundo Rosseti-Ferreira, Serrano e Almeida (2011, p.31):

[...] apesar de ter sido criado para proteger as crianças e os adolescentes apenas provisoriamente, o abrigo deve fornecer a garantia de bem estar à criança e a possibilidade de construção de novos vínculos e de desenvolvimento de projetos de vida, independentemente do tempo de acolhimento.

Desta forma, o abrigo pode também ser um contexto para a construção de novos vínculos afetivos à medida que o adolescente se relaciona com outras pessoas, tanto da equipe técnica e funcionários como com outros acolhidos. Essa nova rede de vínculos pode ser um ponto de apoio para o adolescente nesse momento de rupturas e adaptações. De acordo com Jauczura (2008, p.104):

[...] as boas experiências de uma criança ou adolescente nas instituições vão depender dos vínculos afetivos e do apoio social e afetivo que a instituição vai desempenhar para eles, servindo de mais um elo para a

formação de suas identidades e para o seu desenvolvimento, protegendo-os e criando oportunidades para o enfrentamento da vida social e pessoal.

É consonante a percepção do papel do abrigo enquanto propiciador de novos vínculos e fortalecedor dos vínculos já existentes, portanto suas atribuições enquanto instituição acolhedora ultrapassa a do mero cuidado físico, abrangendo também aspectos sociais e emocionais. Guará (2006, p.61) destaca a importância do abrigo como ambiente propício para a vivência de vínculos de afetividade, não substitutos do amor filial ou da vida em família, mas um “acolhimento sem dependência, em que as crianças sejam tratadas com espírito aberto para a aceitação e com o desejo de acompanhar o seu desenvolvimento”

Ainda de acordo com Almeida, Maehara e Rosseti-Ferreira (2011, p.162):

[...] ao ser acolhida numa instituição de boa qualidade, a criança pode ter chance de construir novos relacionamentos com pessoas que também poderão integrar de forma significativa sua rede social, contribuindo para o seu desenvolvimento. Estamos, assim, sugerindo que os funcionários do abrigo podem e devem ser fonte de acolhimento e afeto às crianças, mas, além disso, estamos sugerindo a ampliação das possibilidades de construção de relacionamento.

Logo, o abrigo pode ser um local que possibilita novas experiências e novas relações afetivas, pois é um período da vida do adolescente que pode ser marcado tanto por momentos bons quanto por vivências ruins. Isso tudo dependerá das políticas de acolhimento e manutenção do abrigo e de seu manejo com os vínculos já estabelecidos do acolhido, do trato com a família do adolescente e, também, dependerá do próprio adolescente e de sua família e de como vivenciam esse momento.

Enquanto instituição provisória, o abrigo também deve trabalhar no sentido da reintegração familiar. Para Cavalcante, Silva e Magalhães (2010) os abrigos devem ter como objetivos: propiciar mais tempo a pai e filhos para conversas, brincadeiras e momentos de afeto; proporcionar aproximações sucessivas entre a criança e o adolescente e sua família, com vistas ao retorno familiar, adoção de estágios de convivência para possibilitar a adaptação à vida em família. A preocupação primordial deve ser o fortalecimento do vínculo afetivo entre o acolhido e seus familiares. Trabalhando nesse sentido, o abrigo minimiza o sofrimento causado pela distância familiar e opera como protetor do adolescente.

De acordo com Moreira e Miranda (2014, p.72) é preciso entender os motivos do acolhimento de maneira sistêmica, ou seja:

[...] olhar para o abrigamento sob o ângulo dos processos afetivos, do

desenvolvimento psicossocial intra e extrafamiliar, das possibilidades de prevenção e promoção da família, dos aspectos legais vigentes, dos recursos da rede de apoio e da conduta técnica dos profissionais e instituições envolvidas, lançando-lhes uma perspectiva que proponha a transdisciplinaridade, o trabalho não apenas com crianças e adolescentes, mas também, e principalmente, com foco na promoção da família e a integração e articulação dos aspectos sociopolíticos e legais que possam favorecer estas ações, tecendo assim uma rede onde ocorra uma responsabilidade compartilhada.

Percebe-se que o trabalho acerca do acolhimento deve ser global, abarcando o adolescente e sua família e, do ponto de vista profissional, contemplar a rede de apoio que possa contribuir com as questões pertinentes ao acolhimento institucional. Ressalta-se que o trabalho com o adolescente acolhido é peculiar e deve considerar suas características e seu estágio de desenvolvimento.

A adolescência pode ser caracterizada como uma etapa do ciclo vital que abrange a transição entre a infância e a vida adulta, compreendendo o período entre 10 e 19 anos de idade (WHO, 2002). Já o ECA (BRASIL, 1990) considera adolescente a pessoa de doze a dezoito anos de idade e, em consonância com essa legislação, esse estudo abrangeu a faixa etária determinada pelo referido estatuto.

Essa fase do desenvolvimento é marcada por mudanças, adaptações e novos desafios, caracterizada por rebeldia e questionamentos direcionados à família e a sociedade. Para Gonzalez, Abaid e Dell'Aglio (2011, p.21): “a realidade da institucionalização pode ser um destes grandes momentos, ainda que deva ser considerada uma exceção em suas vidas”.

O acolhimento institucional, comumente, é realizado contra a vontade do adolescente, mesmo estando em situação de risco. O rito jurídico para o acolhimento ocorre da seguinte maneira:

[...] Com o advento do ECA , a competência de abrigar passou a ser centralizada pelos Conselheiros Tutelares. [...] após a solicitação de acolhimento feita pelo Conselho Tutelar ao Ministério Público, é feita uma apreciação e encaminhamento ao Poder Judiciário, que pode decidir pelo acolhimento ou não. Quando é definido que o acolhimento deve ser realizado, a retirada da criança e do adolescente da sua casa é feita pelo conselheiro tutelar (ROSSETI-FERREIRA, et al., 2011, p.45).

Essa medida drástica pode causar sofrimento e um sentimento de revolta por parte do adolescente e, portanto, só deve ser realizada em caráter excepcional. Trabalhar com a família para evitar o acolhimento deve ser sempre o ponto de partida. Caso haja necessidade do acolhimento, a instituição precisa ter uma equipe interprofissional preparada para recepcionar e atender o adolescente em suas necessidades precípuas após o acolhimento (SIQUEIRA et al., 2010).

Segundo Freiria e Caldana (2011), as relações estabelecidas entre os educadores do abrigo e os adolescentes são essenciais para proporcionar um pleno desenvolvimento do adolescente, pois estes profissionais, além dos cuidados, também orientam e protegem os jovens acolhidos.

Portanto, é fundamental que os educadores não só no contexto da escola, mas também no contexto do acolhimento possam atuar como referência para os adolescentes, para que estes vislumbrem modos de vida alternativos, para que tenham condições de optar e não simplesmente repetirem histórias de insucesso conhecidas. Nesse sentido:

[...] há necessidade de qualificar professores, técnicos, educadores e demais profissionais dos abrigos e das escolas, na tentativa de desconstruir preconceitos existentes e de evitar atitudes de exclusão dentro dessas instituições com relação à criança abrigada, possibilitando a atribuição de novos significados para essas crianças (BUFFA; TEIXEIRA, 2011, p.198).

É fundamental para o adolescente um ambiente acolhedor e afetivo que possa contribuir para que o momento do acolhimento seja um período de aprendizagem e de construção de novos vínculos afetivos.

Percebe-se que o SAI, na modalidade de abrigo, deve ser um contexto de desenvolvimento importante para o adolescente que está acolhido, pois é um ambiente propiciador de novas experiências e novas relações afetivas, que podem ensejar adaptações, mudanças nas atitudes e comportamentos do adolescente, e conseqüentemente, podem alterar seu modo de agir diante da vida.

Destaca-se que, independente do contexto de desenvolvimento em que o adolescente esteja inserido, um aspecto psicológico permeia suas relações, o afeto. Para ampliar a compreensão do assunto, a próxima seção trata sobre os vínculos afetivos.

1.3 O vínculo afetivo como um aspecto psicológico do acolhimento institucional

O vínculo afetivo pode ser entendido, de acordo com Ainsworth (1989), como um laço durável que se estabelece entre uma ou mais pessoas que se tornam importantes a partir desta vinculação. É uma ligação afetiva que une as pessoas que criaram um vínculo entre si.

A incapacidade de estabelecer vínculos afetivos seria uma consequência de uma falha no desenvolvimento na infância (BOWLBY, 1997). Portanto, se a criança

teve oportunidade de estabelecer vínculos, seja com a mãe ou com uma figura de cuidado, essa tendência à vinculação continua na vida adulta. De acordo com Bowlby (1997), a capacidade de estabelecer ou manter vínculos afetivos é sinal de saúde mental e, logo, de um satisfatório desenvolvimento emocional.

O vínculo implica respeito, cuidado e, principalmente, amor. É através do vínculo afetivo que as pessoas se tornam especiais umas para as outras. Vários estudos (COSTA; ROSSETI-FERREIRA, 2009, GOLIN; BENETTI, 2013, VECTORE; CARVALHO, 2008) têm destacado a importância do vínculo afetivo no contexto de acolhimento, tanto entre os próprios acolhidos quanto entre os acolhidos e os funcionários.

Vários aspectos psicológicos permeiam o ambiente do acolhimento institucional, como questões comportamentais, cognitivas e emocionais que fazem parte do cotidiano do adolescente acolhido. Este trabalho elencou o vínculo afetivo como um aspecto a ser estudado nesse contexto, considerando sua relevância, em três dimensões: psicológica, jurídica e política. Na dimensão psicológica porque é fundamental para o desenvolvimento emocional (DINIZ; KOLLER, 2010), na dimensão jurídica, porque as leis e normativas referentes à criança e ao adolescente priorizam a preservação e o fortalecimento dos vínculos afetivos (BRASIL, 1990; BRASIL, 2006; BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b) e, na dimensão política, porque para o Estado, a manutenção e o desenvolvimento do vínculo precisa ser protegido (VICENTE, 2011).

A literatura internacional aponta (ALLEN; TAN, 2016; BOSMANS; KERNS, 2015; KERNS; BRUMARIU, 2016; MADIGAN et al., 2016) a importância do apego e do vínculo afetivo para o desenvolvimento emocional e social da criança e do adolescente, pois a capacidade para estabelecer novos vínculos tem como base o tipo de apego que o indivíduo estabeleceu na infância. Deste modo, se o adolescente que foi acolhido conseguiu estabelecer vínculos sólidos com seus familiares, mesmo no período de acolhimento as relações afetivas permanecerão e o adolescente terá a oportunidade de construir novos vínculos na instituição de acolhimento.

De acordo com estudos realizados por Iannelli, Assis e Pinto (2015) e Vettore e Carvalho (2008), os principais motivos para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes são: a miséria extrema, acarretando na carência de recursos materiais da família, o abandono, a negligência, a situação de risco e vulnerabilidade

social, a violência doméstica, a vivência de rua, a orfandade e o uso e abuso de álcool e outras drogas por parte dos responsáveis. O uso e o abuso de drogas é um fator comum citado pelos pesquisadores (FERREIRA, 2014, GABATZ et al., 2010, GONTIJO et al., 2012; IANELLI; ASSIS; PINTO, 2015, VECTORE; CARVALHO, 2008) e traz à tona um problema não só de ordem psíquica, mas também social. Rizzini et al. (2006) consideram que as principais causas que levam ao afastamento familiar são situações de violações de direitos da criança tais como a violência intrafamiliar, abuso físico, negligência, abuso sexual, exploração pelo trabalho infantil, entre outros. A negligência também é citada por Penso e Moraes (2016) como um dos motivos mais frequentes para o acolhimento institucional. A gravidade dessas questões, e sua interferência direta na vida das famílias, dificulta a reintegração familiar dos adolescentes acolhidos.

Ao ser retirado de sua família e inserido em um serviço de acolhimento, o adolescente passa por uma profunda mudança de vida, pois o afastamento da família quase sempre é contra a vontade dele. Inevitavelmente esta mudança acarretará efeitos psicológicos, para o adolescente e para sua família. Essa seção discutirá os aspectos positivos e negativos do acolhimento, afinal de uma forma ou de outra o acolhimento institucional interfere na vida do acolhido e de sua família (LAUZ; BORGES, 2013).

Quando se fala em aspectos bons ou positivos do acolhimento (FERNANDES; OLIVEIRA-MONTEIRO, 2016), pode-se inferir que se trata de fatores de proteção que o abrigo pode propiciar para o adolescente, ou mesmo considerar o próprio ambiente do abrigo como fator de proteção. Assim, o vínculo afetivo familiar, considerando-se o seu estabelecimento pré-acolhimento, atuaria como um fator para proteger a criança e o adolescente acolhido de eventuais sofrimentos causados pelo acolhimento, como a mudança de ambiente, a privação do convívio familiar, e o estabelecimento de nova rotina de vida (ÂZOR; VECTORE, 2008; ROSSETI-FERREIRA et al., 2012, SERRANO, 2011). Os vínculos construídos durante o acolhimento poderiam contribuir para adaptação e para a vida emocional do adolescente no período do acolhimento.

Nesse sentido Rosa et al. (2010) afirmam que o abrigo pode ser um ambiente propulsor de desenvolvimento se conseguir manter um convívio institucional saudável e, paralelamente, oferecer à criança e ao adolescente e às suas respectivas famílias a ampliação ou o fortalecimento da rede de apoio social.

Serrano (2011) também considera o abrigo como um possível contexto de desenvolvimento para a criança e o adolescente à medida que a instituição possibilite a construção de novos vínculos afetivos e de novas experiências para o adolescente acolhido.

Salina-Brandão e Williams (2009) também consideram que, se o abrigo contar com fatores de proteção, como por exemplo, a capacitação dos funcionários, uma boa estrutura interna e ações que promovam a preservação dos vínculos familiares, ele pode contribuir para o desenvolvimento emocional do adolescente.

No contexto de acolhimento a figura do educador, monitor ou cuidador que é o profissional que fica mais próximo do adolescente no cotidiano da instituição é uma pessoa importante que, em geral, consegue suscitar no acolhido sentimentos de proteção e cuidado, favorecendo assim, a construção de vínculos afetivos entre o adolescente e o profissional (SERRANO; ALMEIDA; ROSSETI-FERREIRA, 2013).

Considerando a importância do educador no abrigo para o adolescente, Barros e Naiff (2015) e Botelho, Moraes e Leite (2015) indicam a necessidade de capacitação para estes profissionais, com o objetivo de conseguirem aprimorar sua atuação e contribuir de maneira mais pontual nos aspectos cognitivos, sociais e emocionais do acolhido.

Estudo realizado por Dalbem e Dell'Aglio (2008) mostrou que a vinculação afetiva entre pares dentro do abrigo, favorece a adaptação e a capacidade de resiliência do adolescente. Dessa forma, a capacidade de vinculação afetiva do adolescente pode ser preservada (CASSOL; DE ANTONI, 2006; MORÉ; SPERANCETTA, 2010; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2010; VECTORE; CARVALHO, 2008).

Por outro lado alguns autores consideram que o afastamento familiar pode causar prejuízos no âmbito psicológico, considerando que o acolhimento pode acarretar tristeza, angústia e perda de vínculos afetivos (PEREIRA, 2006; VASCONCELOS; YUNES; GARCIA, 2009). Para Silva e Arpini (2013), o ingresso na instituição de acolhimento pode ser um momento de tensão, pois há rupturas de laços de parentesco e de afeto. Almeida (2014) ressalta que o acolhimento pode trazer sentimentos e reações diversos e contraditórios que fragilizam as relações familiares, porém cabe à equipe do serviço de acolhimento se atentar para cada demanda a fim de intervir no caso de maneira pontual e específica.

Arpini e Quintana (2009, p.13) ponderam que o rompimento dos vínculos

familiares sempre causa sofrimento e produz sentimentos como abandono, perda de referências, rejeição e culpa. Os autores acrescentam que “reconhecer tais aspectos e trabalhá-los implica investir nesse contexto familiar e em suas problemáticas”.

Uma pesquisa realizada por Rocha, Arpini e Savegnago (2015b), apontou que o acolhimento traz sofrimento e se caracteriza como um período angustiante tanto para a mãe quanto para o filho que vivencia a experiência do acolhimento institucional. Porém, outros estudos apontam que quando o adolescente é institucionalizado, mas preserva os vínculos com seus familiares, não há prejuízos emocionais tão graves quanto o afastamento da família ou o rompimento dos vínculos afetivos (GALLO et al., 2007, GOLIN; BENETTI, 2013, PEREIRA, 2006).

Ressalta-se que os vínculos estabelecidos entre pais e filhos constituem-se como uma mola propulsora para o desenvolvimento do adolescente, incluindo sua saúde mental e emocional (JORDÃO; RAMIRES, 2010). Destarte, o vínculo afetivo pode ser considerado um fator de proteção que deve ser mantido e expandido.

Percebe-se que não há unanimidade quanto aos benefícios ou aos prejuízos causados pelo acolhimento institucional, entretanto há consenso na literatura da importância da preservação dos vínculos afetivos familiares e da construção de novos vínculos afetivos dentro do abrigo.

Estudo realizado por Abaid e Dell’Aglío (2014) em instituições de acolhimento do sul do Brasil, constatou que a maioria dos adolescentes acolhidos mantinham contato familiar e recebiam visitas semanais, preservando assim os vínculos afetivos familiares.

É importante que o adolescente preserve, no período de acolhimento, os fatores de proteção que tinha antes do acolhimento. Tais pontos de apoio podem contribuir para a adaptação e à convivência na instituição de acolhimento. Segundo Alves e Dell’Aglío (2015) há três fontes de apoio que favorecem o desenvolvimento do adolescente: o apoio da família, da escola e dos amigos. Os vínculos mantidos e construídos nessas três esferas sociais colaboram para que o adolescente se sinta amado, respeitado e importante nesses círculos, assim sua autoestima e autoconfiança melhoram, proporcionando um desenvolvimento emocional saudável.

Considerando a importância do vínculo afetivo para a criança e o adolescente acolhido foi criado um programa chamado Apadrinhamento Afetivo. As varas da infância e juventude em conjunto com os serviços de acolhimento são responsáveis por este programa. O objetivo é promover vínculos afetivos seguros e estáveis entre

os acolhidos e pessoas da comunidade que se disponham em ser padrinho ou madrinha afetiva.

Esta iniciativa é importante porque visa oportunizar relações de afetos para àquelas crianças e adolescentes que não tiveram oportunidade de viver esses sentimentos na família. E, além disso, o programa possibilita que os vínculos sejam estendidos para pessoas da comunidade. Estas podem tornar-se referências não só no âmbito afetivo, mas também no social. Assim, crianças e adolescente acolhidos, com chances remotas de adoção ou reintegração familiar, têm oportunidade de vivenciar momentos de afeto, amor e cuidado, também com pessoas da comunidade.

Propiciar à criança e ao adolescente acolhido institucionalmente a possibilidade de manter e/ou construir novos vínculos afetivos é o grande desafio dos profissionais que trabalham na área e da comunidade em que o acolhido está inserido.

Para a melhor compreensão de como se dá a manutenção e o estabelecimento dos vínculos afetivos do adolescente acolhido, a seção seguinte tratará da teoria do apego de Bowlby.

1.4 Fundamentos da Teoria do Apego

Vínculo afetivo e apego não se confundem conceitualmente, porém estão intimamente ligados quanto ao desenvolvimento emocional de um indivíduo. O comportamento de apego é um tipo de vínculo, que pressupõe que haja uma figura que ofereça segurança e proteção ao outro. John Bowlby foi o fundador da teoria do apego. Essa teoria será estudada neste trabalho visando complementar o entendimento da questão afetiva referente aos vínculos dos adolescentes abrigados.

Para Bowlby (1997), a vinculação afetiva se dá quando dois indivíduos tendem a manterem-se próximos entre si adquirindo, assim, um comportamento de manutenção desta proximidade, ou seja, um comportamento de apego que seria essencial à sobrevivência humana. Já o comportamento de apego é um tipo específico de vínculo que se origina na mais tenra infância, sendo em geral a mãe a primeira figura de apego da criança. Ao longo da vida o comportamento de apego tende a se estender a outras pessoas (BOWLBY. 2002).

O apego está relacionado com a segurança emocional. A criança se sente

segura e tranquila se estiver em companhia de uma figura de apego. Em contrapartida, a perda desta figura de apego pode gerar ansiedade, insegurança e uma tristeza profunda, prejudicando o desenvolvimento emocional da criança (BOWLBY, 2002). Em outras etapas do desenvolvimento, como na adolescência, alvo desse estudo, a necessidade de vínculo de apego continua, embora com características diferentes, pois como visto anteriormente o adolescente está em uma fase de transições, porém há a busca de segurança e afeto, ou seja, a continuidade pela manutenção ou busca de figuras de apego (MOTA; MATOS, 2009).

De acordo com Bowlby (2002, p.461): “dizer que uma criança é apegada ou tem apego por alguém significa que ela está fortemente disposta a buscar proximidade e contato com uma figura específica”. Já o comportamento de apego se refere a “qualquer forma de comportamento que uma criança comumente adota para conseguir e/ou manter uma proximidade desejada” (BOWLBY, 2002, p.462). Deste modo, pode-se inferir que o apego relaciona-se a vínculos duradouros com alguém específico e o comportamento de apego é o que atrai os indivíduos na busca por novos vínculos que tragam segurança e conforto.

O bebê quando nasce se vincula ao seu principal cuidador. Esse vínculo é primeiramente fisiológico, pois o bebê é atendido por um adulto em suas necessidades fisiológicas primárias. O papel do cuidador, que não necessariamente precisa ser a mãe, mas uma pessoa que mantenha vínculos com a criança, é um ponto fundamental na teoria do apego (MELCHIORI; DESSEN, 2008).

Segundo Gomes e Melchiori (2012, p.12):

[...] a relação construída com esse primeiro cuidador, em virtude da importância que ela vai adquirindo ao longo do tempo, torna-se a matriz sobre a qual todos os vínculos posteriores se desenvolverão. Assim sendo, uma vez estabelecidos, a qualidade, a segurança e a estabilidade desses laços associam-se fortemente com o bem-estar e com a saúde emocional dos indivíduos ao longo da vida.

Bowlby teve uma colaboradora, Mary Ainsworth, que acrescentou conceitos e metodologia que fortaleceram sua teoria. Essa pesquisadora, junto com outros colaboradores (AINSWORTH et al., 1978) identificaram dois padrões de apego: o seguro e o inseguro. No apego seguro, o bebê caracteriza-se por ser ativo, explora o ambiente e busca contato quando é afastado da mãe ou do cuidador. Ele sabe que pode contar com sua figura de apego em caso de necessidade.

O apego inseguro se subdivide em dois, o ansioso ou ambivalente e o evitante. Bebês classificados como ansiosos ou ambivalentes exploram pouco o

ambiente, sua necessidade maior é a de obter a atenção da figura materna ou cuidador. O socializador tem um padrão instável no cuidado da criança, ora sendo afetivo, ora agressivo ou apático. A criança, então, despende muito esforço para obter a atenção da figura de apego. No padrão evitante, a criança geralmente fica sem olhar para a figura de apego ou sem procurar por ela por períodos prolongados e exploram o ambiente mais do que as crianças do apego inseguro ansioso, mas menos do que as crianças com apego seguro. Nesse grupo, o cuidador mantém um padrão de comportamento mais distante e a criança, para evitar uma possível rejeição, deixa de expressar suas necessidades emocionais.

É importante esclarecer que, apesar do apego seguro ser considerado o ideal, o apego inseguro, independente de ser do tipo ansioso ou evitante, também é importante, uma vez que cumpre o papel de vincular o cuidador e a criança, garantindo sua sobrevivência. A ausência de qualquer um desses tipos de vínculos é muito comprometedor (GOLDBERG, 1997; RUTTER, 1997). Esse aspecto da teoria do apego é necessário ser destacado porque, dependendo das relações socioculturais das famílias das crianças e adolescentes abrigados, há menor probabilidade de estabelecimento de vínculo de apego seguro. Isso, porém não impede que esse adolescente possa ter se vinculado seguramente com outras pessoas, como avó, professor e que, vínculos de apego seguro possam ser estabelecidos no abrigo, apesar de exigir mais dedicação e esforço dos envolvidos. Quanto mais vínculos de apego seguro a criança/adolescente conseguir estabelecer com diferentes pessoas, haverá maior probabilidade de promoção de segurança e independência, favorecendo a maturidade e relacionamento social (RUTTER, 1997).

Posteriormente, Main e Solomon (1986) acrescentaram o padrão de apego desorganizado, que se caracteriza como um vínculo desorientado e contraditório, geralmente acompanhado por estados de humor depressivos, comportamento confuso e muito medo do cuidador.

Segundo Pereira (2006, p.121), as relações de apego devem acompanhar o desenvolvimento do indivíduo de forma contínua, “apresentando-se como fator de estabilidade emocional, sendo vital a permanência de figuras significativas para o desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente”. Bowlby (2002) esclarece que o vínculo de apego construído nos anos iniciais tende a se manter ao longo de todo o ciclo de vida, acrescido de outros.

Pesquisa realizada por Ammaniti, Speranza e Fedele (2005) constatou que o

comportamento de apego adquirido na tenra infância tende a se preservar na adolescência e vida adulta. Portanto, a capacidade de aquisição de novas figuras de apego permanece por toda a vida, pois o apego se relaciona com interações com pessoas significativas ao longo do ciclo vital (RAMIRES; SCHNEIDER, 2010).

No âmbito das instituições de acolhimento o comportamento de apego caracteriza-se como um importante mecanismo de adaptação a essa nova realidade. Se o indivíduo adquiriu a capacidade de vinculação ele conseguirá estabelecer novos comportamentos de apego em qualquer ambiente que esteja. A interação no abrigo possibilitará que novas figuras de apego sejam construídas (SÁNCHEZ, 2012). Uma pesquisa realizada por Cavalcante e Magalhães (2012) com crianças que foram acolhidas e, posteriormente adotadas, mostrou que o papel do abrigo de possibilitar novas vinculações afetivas permeadas por cuidado e proteção é fundamental também nas relações de apego posteriores.

2 JUSTIFICATIVA

Considerando a importância do afeto para o desenvolvimento emocional (AINSWORTH, 1989; BENETTI, 2013; BOWLBY, 2002; GALLO, et al., 2007; GOLIN; PEREIRA, 2006) e a premissa de que é na família e no núcleo familiar que se desenvolvem as primeiras relações afetivas (BRONFENBRENNER, 2011), surge a seguinte questão: como é o desenvolvimento dos vínculos afetivos dos adolescentes que são acolhidos e, portanto, privados temporariamente do convívio familiar? Existe a possibilidade de construção de novos vínculos dentro do serviço de acolhimento institucional? E como o vínculo afetivo familiar se mantém?

Pensando nestes questionamentos a proposta deste trabalho foi estudar os vínculos afetivos nos diferentes contextos por onde o adolescente acolhido circula, ou seja, família, abrigo, escola e grupo de amigos.

Destarte, os aspectos psicológicos do acolhimento institucional foram pouco estudados nos últimos vinte anos (MALFITANO; SILVA, 2014) abrindo-se uma lacuna na produção científica acerca do tema, visto a importância das relações afetivas para a saúde mental dos indivíduos (BECKER, 2011).

Portanto, esta pesquisa pretende contribuir com o estudo dos vínculos afetivos dos adolescentes acolhidos, abarcando assim, uma das dimensões psicológicas do acolhimento institucional.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral: Investigar se os vínculos afetivos do adolescente acolhido são mantidos e/ou expandidos.

3.2 Objetivos Específicos:

a. Identificar e descrever os motivos para o acolhimento institucional e como os adolescentes e os familiares sentiram a separação;

b. Identificar as pessoas de diferentes ambientes que são importantes afetivamente para a o adolescente;

c. Identificar e descrever os fatores que favorecem a manutenção do vínculo afetivo entre o adolescente e sua família, nos diferentes subsistemas: micro, meso, exo e macrossistema.

4 MÉTODO

4.1 Participantes

Participaram dessa pesquisa três adolescentes. Do contexto familiar participaram: três genitoras, uma avó, uma tia. Do contexto do acolhimento participaram: três funcionárias do abrigo, sendo estas a coordenadora da instituição, a psicóloga e uma auxiliar de educadora. E do contexto escolar participaram: duas coordenadoras pedagógicas e uma vice-diretora escolar de três escolas distintas. Duas escolas onde duas adolescentes estudaram antes do acolhimento e uma escola onde uma adolescente começou a estudar após o acolhimento.

O critério de inclusão dos adolescentes acolhidos utilizado nessa pesquisa foi somente a participação dos que recebessem visita constante de algum familiar. Durante o período da coleta, que ocorreu de outubro de 2015 a janeiro de 2016, apenas três adolescentes encontravam-se acolhidas e as três recebiam visitas familiares. No Quadro 3 apresenta-se uma descrição das adolescentes participantes, ou seja, a idade, escolaridade e com quem viviam antes do acolhimento.

Quadro 3 -. Descrição das adolescentes participantes.

Adolescentes*	Idade	Escolaridade	Com quem viviam antes do acolhimento
Yanca	13	8ª ano E.F.	Mãe e irmãos
Evelyn	13	8º ano E.F.	Pai, mãe e irmão
Elisa	15	1º ano E.M.	Mãe, padrasto e irmãos

*Os nomes são fictícios e foram escolhidos pelas próprias adolescentes.

Percebe-se que as três adolescentes estão em faixa etária semelhante e todas conviviam com suas famílias naturais antes do acolhimento institucional.

No Quadro 4 têm-se a caracterização dos familiares que costumavam visitar as adolescentes. Pode-se observar que a maioria eram representantes do gênero feminino, com profissões que exigem pouca escolaridade e com renda de um salário mínimo mensal. Apenas dois visitantes eram do sexo masculino. O pai de Yanca chegou a visitá-la uma vez no abrigo, porém a pedido da filha ele encerrou as visitas. A adolescente justificou sua atitude dizendo que o pai era agressivo com ela e, por isso, tinha muita mágoa dele. Devido a este fato não foi possível coletar os

dados sobre o genitor da adolescente, pois ela não soube informar e não havia registros no prontuário do abrigo.

Quadro 4 - Caracterização dos familiares que visitavam as adolescentes acolhidas.

Adolescente	Familiar	Idade	Escolaridade	Est.Civil	Nº Filhos	Profissão	Renda- em salário mínimo (R\$880,00)
Yanca	Avó materna	60 a	E. F.I*	União estável	5	Aposentada	1
	Avô materno	62 a	E.F.I.	União estável	1	Aposentado	1
	Mãe	30 a	E. F.I	Solteira	4	Aux. de Limpeza	1
	Pai	-	-	-	-	-	-
Evelyn	Mãe	31 a	E.F.C*	Casada	2	Cozinheira	1
	Tia	29 a	E.F.C	Casada	1	Aj. Geral	1
Elisa	Mãe	34 a	E.M.C*	Casada	4	Gari	1

*Ensino Fundamental Incompleto/ *Ensino Fundamental Completo/*Ensino Médio Completo.

O Quadro 5 mostra características do acolhimento, como os diferentes motivos para a medida, tempo de acolhimento, periodicidade das visitas familiares às adolescentes, quantos fins de semana cada adolescente visitou sua família e o tempo de convivência entre a adolescente e sua família, ou seja, o período em que a adolescente volta a conviver com os familiares, porém judicialmente não houve o desacolhimento. No retorno à convivência familiar há o acompanhamento da rede de apoio socioassistencial, a fim de sanar eventuais dificuldades que possam aparecer neste período. O objetivo deste tempo de convivência é a readaptação do adolescente na família, visando sua reintegração familiar.

Quadro 5 - Contextualização do Acolhimento.

Adolescente	Motivo do Acolhimento	Tempo de Acolhimento	Quem fez a denúncia ao Conselho Tutelar	Familiares que visitavam no SAI e periodicidade da visita	Visitas da adolescente aos fins de semana na família	Tempo de convivência com a família
Yanca	Situação de Risco	05 meses	Escola	Avós maternos e mãe -semanal	08 semanas	30 dias
				Pai- uma visita.		
Evelyn	Suspeita de Abuso Sexual (pelo pai)	03 meses	Escola	Mãe e tia materna- semanal	06 semanas	Não teve
Elisa	Conflito familiar	10 meses	Mãe da adolescente	Mãe- semanal	07 semanas	120 dias

Em relação aos motivos têm-se: a situação de risco refere-se ao fato da adolescente estar morando com a genitora, porém estava sob a guarda da avó materna. Portanto, Yanca não estava morando com sua guardiã e havia denúncia anônima (segundo a família, da escola) de que a mãe seria usuária de drogas, por isso a adolescente estaria em situação de risco. A denúncia foi feita pela escola ao Conselho Tutelar, que encaminhou a adolescente ao abrigo.

No caso de Evelyn, o acolhimento se deu, pois a adolescente contou para um profissional da escola que havia sofrido abuso sexual pelo pai. A escola então comunicou o Conselho Tutelar que encaminhou a adolescente para o abrigo.

A situação de conflito familiar se caracterizou pelas inúmeras brigas entre Elisa e sua genitora. Esta procurou o Conselho Tutelar como uma medida extrema de ajuda, pois segundo ela, não sabia mais como proceder com os comportamentos desobedientes e desafiadores da filha.

Destaca-se que o Conselho Tutelar e a Escola tem papéis fundamentais no universo do acolhimento institucional, pois são fontes de denúncias e por isso, devem saber lidar com cada demanda de forma cuidadosa, considerando a particularidade de cada caso.

As visitas dos familiares, os finais de semana com a família e o tempo de convivência são etapas da reintegração familiar e dependem da autorização judicial para ocorrer.

Pode-se verificar que todas as adolescentes receberam visitas semanalmente, que elas passaram fins de semana com suas famílias, porém somente duas tiveram tempo de convivência familiar. Esta fase é importante para a adaptação da adolescente e da família e nesse período elas continuam sendo acompanhadas pelo abrigo. Evelyn foi a única adolescente que não passou por esta fase, pois após passar finais de semana com a família, o juiz determinou seu desacolhimento, visto que a família não morava na cidade onde fica o abrigo.

O Quadro 6 apresenta a descrição dos profissionais do abrigo que foram entrevistados. Todas são mulheres, com idade variando de 26 a 44 anos, de três a oito anos de trabalho na instituição, sendo duas profissionais com ensino superior e uma com o fundamental completo. A psicóloga foi indicada para responder a entrevista por uma adolescente. E a auxiliar de educadora foi selecionada pelas outras duas adolescentes.

Quadro 6 - Caracterização dos funcionários do abrigo participantes da pesquisa.

Função	Idade (em anos)	Tempo de Trabalho no abrigo (em anos)	Escolaridade
Coord. Técnica	38	3	Ens. Sup. Serv. Social
Psicóloga	26	3	Ens. Sup. Psicologia
Aux. Educadora	44	8	Ens. Fund. Completo

O Quadro 7 traz a caracterização dos profissionais da escola participantes da pesquisa. Todas são mulheres, com idade de 32 a 42 anos, com nível de escolaridade superior.

Quadro 7 - Caracterização dos profissionais da escola que foram entrevistados.

Função	Idade (em anos)	Tempo na função (em anos)	Escolaridade
Vice-diretora	33	1	Superior-Pedagogia
Professor coordenador	42	8	Superior-Matemática e Pedagogia
Coordenadora pedagógica	32	3	Superior-Matemática

4.2 Local

As informações obtidas com as adolescentes, com a avó da Yanca e com as profissionais do abrigo foram coletados na própria instituição, localizada em uma cidade de pequeno porte no interior do Estado de São Paulo. As informações conseguidas com as genitoras e a tia foram coletadas em suas residências, na mesma cidade, em dia e horário estipulado pelas mesmas.

As entrevistas com os profissionais da escola foram coletados no próprio local de trabalho delas, ou seja, em três instituições estaduais de ensino fundamental e médio.

4.2.1 Característica do serviço de acolhimento

O serviço de acolhimento institucional onde as adolescentes viviam é uma instituição na modalidade de abrigo, não governamental, que foi fundada em novembro de 2001. Atende crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos. O abrigo é considerado um serviço de alta complexidade que tem como rede de apoio o CREAS.

O quadro de funcionários da instituição conta com uma coordenadora administrativa, uma coordenadora técnica que acumula a função de assistente social, uma psicóloga, três educadoras/cuidadoras (profissionais que possuem o ensino médio completo), três auxiliares de educadora (com ensino fundamental completo) e uma folguista (com ensino médio completo), profissional que cobre as folgas das educadoras e auxiliares de educadora.

Sua estrutura física é composta por dois dormitórios, um berçário, sala, cozinha/refeitório, secretaria, sala para equipe técnica/atendimentos psicológicos, sala de estudo e sala de tv/conveniência, além de dispensa, quintal e área de lazer.

4.3 Instrumentos

Para a coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos:

1. Questionário de Caracterização do Sistema Familiar, adaptado de Dessen (2009), para caracterizar a família do adolescente. O instrumento é composto por três partes: a) questões de identificação da família em estudo; b) dados demográficos da família, incluindo informações sobre escolaridade, ocupação, renda familiar, religião, condições de moradia e constelação familiar; c) dados relativos à caracterização do sistema familiar, incluindo atividades de lazer, rotina diária e rede de apoio social. Ele foi aplicado a apenas um familiar das adolescentes acolhidas. Em todos os casos, o questionário foi lido pela pesquisadora que registrava as respostas obtidas de cada familiar.

2. Questionário de Investigação Geral para Crianças Abrigadas (Weber, 2009), este instrumento é dividido em duas partes: a primeira se refere à vida institucional da criança ou do adolescente como os motivos e tempo de acolhimento e os dados relativos ao contato entre o acolhido e seus familiares. Esta parte do questionário foi respondida e preenchida pela coordenadora do abrigo. A segunda parte do questionário é destinada a questões referentes à história pessoal da criança

ou adolescente, como histórias de vida, percepções acerca do acolhimento, percepções acerca do ambiente familiar e perspectivas para o futuro. Esta parte foi lida pela pesquisadora que registrava as respostas obtidas de cada adolescente.

3. Técnica do Modelo Esquemático do Tapete (Four Field Map), adaptado de Dunn e Deater-Deckard (2001). Consiste em um tapete com três círculos concêntricos divididos em quatro partes. O participante se coloca no círculo central e os demais círculos representam níveis de afeto: amo, gosto e não gosto, sendo que o nível mais próximo da adolescente representa maior nível de afeto que ela sente pela pessoa escolhida por ela, e assim sucessivamente. Na versão original havia os níveis de afeto amo muito e gosto muito, porém, nesta pesquisa, foram usados apenas os níveis amo, gosto e não gosto, para simplificar a tarefa, de acordo com a modificação realizada por Ribeiro (2012). As quatro partes foram divididas em quatro contextos: família, abrigo, escola e grupo de amigos. O objetivo da utilização desse instrumento foi o de verificar os vínculos afetivos das adolescentes nos diferentes contextos. O instrumento foi aplicado pela pesquisadora, que colocava o tapete confeccionado em feltro e os bonecos de papel colocados sobre o EVA com características de mulher e de homem sobre uma mesa. A adolescente escolhia a pessoa (representada pelo boneco) e colocava sobre o feltro, tanto em função do contexto quanto em função do nível de afeto. A pesquisadora registrava as respostas e comentários e, ao final, fotografava a construção do mapa.

Um modelo esquemático do tapete utilizado pode ser visualizado a seguir:



Figura 1: Modelo esquemático do tapete.

4. Roteiro de entrevistas para ser aplicado com os familiares, com questões

que versam sobre as percepções acerca do acolhimento, apoio social e perspectivas futuras em relação ao desacolhimento do filho (Apêndice A).

5. Roteiro de entrevista semiestruturada que foi aplicado individualmente com a psicóloga do abrigo e com um profissional do abrigo escolhido pelas acolhidas, que versou sobre a vida afetiva e a rotina das adolescentes no abrigo (Apêndice B).

6. Roteiro de entrevista semiestruturada que foi aplicado em profissionais da escola e versou sobre a vida escolar delas (Apêndice C).

Os roteiros de entrevistas foram elaborados pelas pesquisadoras especificamente para este estudo.

4.4 Estudo Piloto

Foi realizado um estudo piloto com uma adolescente, sua avó, a coordenadora da instituição, a psicóloga e uma auxiliar de educadora (profissional escolhida pela adolescente) para verificar se os instrumentos utilizados estavam adequados à população e se respondiam aos objetivos da pesquisa. O estudo piloto mostrou a eficácia do procedimento de coleta de informações, mas sua análise indicou a necessidade de também ser investigado como era a vida escolar da adolescente. Uma entrevista semiestruturada foi então elaborada e foi aplicada em um profissional da escola.

Em função de se considerar o procedimento viável e adequado, incluiu-se os dados da adolescente Yanca que participou do estudo piloto na amostra.

4.5 Procedimentos de Coleta de Dados

Primeiramente a pesquisa passou pelo aval do juiz corregedor da Vara da Infância e Juventude da comarca da qual foi realizado o estudo (Anexo A). Também foi pedida autorização ao responsável pelo abrigo para a coleta de dados no local (Anexo B).

Posteriormente, o projeto foi submetido à Plataforma Brasil e ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), segundo a resolução 466/2012, obtendo o parecer aprovado sob o número CAAE: 57733415.0.0000.5398.

A amostra incluiu as três adolescentes que estavam acolhidas no período da

coleta de dados. Após o estudo piloto com uma delas, as outras duas adolescentes e seus familiares foram convidados a participar. Todos os participantes adultos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice D). As adolescentes foram consultadas a respeito da participação na pesquisa e, como aceitaram, a coordenadora do abrigo assinou o termo autorizando a participação delas.

O Questionário de Caracterização do Sistema Familiar, adaptado de Dessen (2009), foi respondido por apenas um familiar da adolescente, sendo: avó (Yanca), tia (Evelyn) e genitora (Elisa). O preenchimento do questionário foi realizado pela pesquisadora, a pedido dos participantes. A aplicação do questionário levou aproximadamente 30 minutos.

O Questionário de Investigação Geral para Crianças Abrigadas (Weber, 2009) foi aplicado com a coordenadora do abrigo e com as adolescentes, seguindo instruções da autora. O tempo médio de aplicação do questionário foi de aproximadamente 30 minutos para ambas as partes. Já a Técnica do Modelo Esquemático do Tapete (Four Field Map) foi aplicada individualmente com cada adolescente e levou aproximadamente 60 minutos.

O roteiro de entrevistas foi aplicado ao mesmo familiar que respondeu ao questionário de caracterização familiar, incluindo as genitoras das adolescentes Yanca e Evelyn (que não responderam o questionário). A entrevista foi individual e durou aproximadamente 40 minutos.

O roteiro de entrevista realizado com a psicóloga do abrigo foi individual e ocorreu no espaço da instituição. A psicóloga respondeu às perguntas da entrevista três vezes, cada uma relacionada a uma adolescente específica. Essa entrevista durou em média 30 minutos cada.

O roteiro de entrevista semiestruturado que foi aplicado com um profissional do abrigo escolhido pela adolescente acolhida foi individual, no espaço do abrigo, em uma sala destinada aos atendimentos psicológicos. Participaram dessa entrevista a psicóloga e uma auxiliar de educação, esta foi escolhida por duas adolescentes. Cada entrevista durou em média 30 minutos.

O roteiro de entrevista semiestruturado foi aplicado com um profissional da escola. Duas escolas pesquisadas onde duas adolescentes estudaram antes do acolhimento e uma escola onde outra adolescente estudou no período de acolhimento, totalizando três instituições educacionais. Participaram dessa

entrevista duas coordenadoras pedagógicas e uma vice-diretora de escolas distintas. As entrevistas foram realizadas na própria escola em dia e horário estabelecidos pelas participantes. Cada entrevista durou em média 30 minutos.

Ressalta-se que todas as entrevistas foram gravadas e integralmente transcritas.

Com as adolescentes, aplicou-se primeiro o Questionário de Investigação Geral para Crianças Abridadas (Weber, 2009) e, posteriormente, a Técnica do Modelo Esquemático do Tapete.

Em relação aos familiares, aplicou-se primeiramente o Questionário de Caracterização do Sistema Familiar, adaptado de Dessen (2009) e, posteriormente o roteiro de entrevistas. Apenas um familiar respondeu ao questionário, já as entrevistas foram realizadas com todos os familiares que visitavam as adolescentes acolhidas.

Com os profissionais do abrigo foi aplicado primeiro o Questionário de Investigação Geral para Crianças Abridadas (Weber, 2009), com a coordenadora e com as demais somente o roteiro de entrevista. Com os profissionais da escola foi aplicado unicamente o roteiro de entrevista semiestruturado elaborado para o contexto escolar.

Um mês após a coleta de dados de cada adolescente, a pesquisadora entrou novamente em contato com o abrigo para verificar se alguma já havia sido desacolhida e, em caso afirmativo, foi solicitada a data do desacolhimento para constar neste trabalho.

4.6 Procedimento de Análise de Dados

Trata-se de um estudo qualitativo, uma vez que:

[...] se caracteriza por buscar uma apreensão de significados nas falas ou em outros comportamentos observados dos sujeitos, interligados ao contexto em que se inserem e delimitados pela abordagem conceitual do pesquisador, trazendo à tona, na redação, uma sistematização baseada na qualidade, sem a pretensão de atingir o limiar de representatividade (BIASOLI-ALVES, 1998, p.149).

A pesquisa qualitativa visa à compreensão global de um determinado assunto, considerando as peculiaridades de cada caso. Segundo Minayo (2009, p.21): “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...], ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças,

dos valores e das atitudes”.

É importante, neste tipo de pesquisa, apreender o que o indivíduo pensa, como percebe a realidade em que vive, ou seja, é fundamental que o participante da pesquisa possa se expressar sobre aquilo que vive e pensa.

Os dados serão apresentados como estudos de caso, pois assim é possível uma verticalização de cada caso, ampliando o foco de investigação. De acordo com Yin (2001, p.32): “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real”.

Os dados obtidos no Questionário de Caracterização do Sistema Familiar, adaptado de Dessen (2009), foram analisados seguindo instruções da autora: para as questões fechadas, os dados foram tabulados e as frequências absolutas calculadas. O Questionário de Investigação Geral para Crianças Abrigadas (Weber, 2009) foi analisado conforme orientações da autora: nas questões fechadas, os dados foram tabulados e as frequências absolutas calculadas, para as questões abertas foram criadas categorias de análise, as quais foram tabuladas e suas frequências absolutas calculadas.

A Técnica do Modelo Esquemático do Tapete (Four Field Map), adaptado de Dunn e Deater-Deckard (2001), foi analisada de forma quantitativa e qualitativa. Verificaram-se as pessoas citadas em cada contexto, se foram familiares ou extrafamiliares, o grau de parentesco, em quais contextos mais pessoas foram citadas e as ligações afetivas que o adolescente revelou com cada uma das pessoas mencionadas, objetivando identificar as relações que o participante estabelece com as pessoas a sua volta.

Para as entrevistas foram criadas categorias e subcategorias de análise que foram analisadas sob a ótica do adolescente, da família e do abrigo. O Quadro 8 apresenta um esquema das categorias e subcategorias utilizadas.

Quadro 8 - Categorias e subcategorias das entrevistas:

Categorias	Subcategorias
Processo de acolhimento	a) motivos para o acolhimento; b) reações e sentimentos suscitados pelo acolhimento.
Período de acolhimento	a) adaptação e visitas; b) mudanças ocorridas na família durante o acolhimento; c) preparação para o desacolhimento.
Contextualização dos vínculos afetivos	a) Vínculos mantidos/ com quem e em qual contexto; b) Vínculos construídos/ com quem e em qual contexto.

Após a análise das categorias e subcategorias das entrevistas fez-se uma contextualização dos dados, ou seja, o diálogo entre os dados obtidos e os achados da literatura sobre o assunto. Em seguida foi realizada a análise de conjuntura utilizando-se os núcleos da Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner: pessoa, processo, contexto e tempo. Ao final fez-se uma análise considerando os diferentes contextos de desenvolvimento no âmbito dos vínculos afetivos.

Algumas falas foram destacadas para ilustrar os resultados obtidos, quando os entrevistados se referiam a alguém que não fosse a adolescente foi usado apenas a inicial do nome, para resguardar a identidade dos envolvidos. A simbologia [...] foi usada para destacar momento de choro durante a entrevista.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção apresenta-se, na sequência, os estudos de caso de Yanca, Evelyn e Elisa. Foi realizada uma análise de cada caso à luz da Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner considerando os núcleos pessoa, processo, contexto e tempo. Nos núcleos contexto e pessoa foram destacados os aspectos possivelmente favoráveis e desfavoráveis para a manutenção e/ou construção de vínculos afetivos nos diferentes contextos de desenvolvimento. Utilizou-se também a Teoria do Apego para interpretar as dimensões afetivas investigadas.

5.1 ADOLESCENTE YANCA

Caracterização do caso: a adolescente foi criada pela mãe em companhia da avó materna, porém aos sete anos quis morar com o pai. Ficou sob sua guarda até os doze anos, porém diz que o pai era agressivo e, inclusive, a espancou. Devido a esta violência foi morar novamente com a avó, pois a mãe estava residindo em outra cidade. Depois de um ano sob a guarda da avó materna, a mãe regressou para a cidade grávida e foi morar com os outros três filhos em outra casa. Yanca, então, deixou a casa da avó e foi residir com a mãe e os irmãos. Contou que um dia o Conselho Tutelar foi à casa de sua mãe e a levou para o abrigo. Não explicaram o motivo, mas ela acha que é porque estava morando com a genitora, uma vez que legalmente deveria residir com os avós maternos. Depois do acolhimento souberam que tinha sido a escola quem fez a denúncia ao CT.

Yanca namora há onze meses um adolescente, a mãe concorda com o namoro, já os avós são contra. Yanca disse que no abrigo tinha notícias do namorado por intermédio da mãe, que era sua vizinha.

A adolescente recebeu uma visita do pai no abrigo, como tentativa de reaproximação, porém ela pediu para ele não ir mais e disse que não queria morar mais com ele, nem vê-lo. A mãe fez algumas visitas, mas há um mês não ia ver a filha. Segundo o abrigo, a genitora estava trabalhando em outra cidade e, por isso, não fazia as visitas regularmente. Os avós iam todas as semanas, mas, no dia em que foi realizada a entrevista para essa pesquisa o avô estava viajando, por isso apenas a avó foi entrevistada. A mãe foi entrevistada posteriormente.

No momento do acolhimento a adolescente estava morando com a genitora e com os irmãos, porém após o desacolhimento, ocorrido depois de 5 meses, Yanca voltou a residir com os avós maternos e com a mãe e irmãos, uma vez que estes foram morar com os avós também, para ficarem mais próximos da adolescente.

No Quadro 9 encontra-se uma descrição do sistema familiar da adolescente antes e após o acolhimento.

Quadro 9 - Composição familiar da adolescente antes e após o acolhimento.

Com quem morava antes do acolhimento			
Parentesco	Idade	Est. Civil	Profissão
Mãe	30 anos	Solteira	Aux. de limpeza
Irmão	11anos	-----	Estudante
Irmão	07 anos	-----	Estudante
Irmã	02 anos	-----	-----
Irmã	11 meses	-----	-----
Com quem foi morar após o desacolhimento			
Avó materna	60 anos	União estável	Aposentada
Avô materno	62 anos	União estável	Aposentado
Tia- (irmã do avô)	58 anos	Solteira	Aposentada
Mãe	30 anos	Solteira	Aux. de limpeza
Irmão	11anos	-----	Estudante
Irmão	07 anos	-----	Estudante
Irmã	02 anos	-----	Estudante

Em relação ao acolhimento institucional a família da adolescente não soube explicar o motivo para a medida, porém se mostraram discordantes quanto ao acolhimento. A avó materna relatou não saber e nem entender o motivo da neta ter ido para o abrigo.

“Pra falar a verdade eu não sei o motivo, a minha neta morava comigo, mas ia direto na mãe dela, que é perto de casa. A minha filha queria que ela ajudasse a cuidar dos irmãos mais novos. A minha filha é uma boa mãe, mas ela é meia folgada, ela quer que a Yanca fica cuidando dos irmãos pra ela” (avó).

Ao falar do assunto a genitora mostrou-se indignada quanto ao acolhimento. Emocionou-se várias vezes durante a entrevista e expressou o que imaginava ser o motivo para o acolhimento.

“Pelo fato da denúncia, falaram que eu tava usando droga aí eu fui e fiz o exame. Ela [Yanca] tava com a minha mãe, mas eu tava grávida aí ela desceu pra ficar comigo um tempo pra me ajudar e me falaram que ela não precisava me ajudar, que ela era uma criança, tudo bem ela é uma criança, mas na idade dela eu já costurava, lavava, passava, cozinhava, já fazia tudo, ajudava minha mãe, eu acho que uma criança tem que aprender né” (mãe).

A avó e a genitora fizeram referência ao fato de a adolescente estar sob a guarda da avó, porém residindo com a mãe. No âmbito jurídico essa é uma situação irregular, pois a criança e o adolescente devem residir com seus guardiões legais. Por outro lado, Yanca não podia residir com a mãe por ela ter sido anteriormente julgada que não seria uma influência segura como modelo materno, mas para seus irmãos não havia nenhum impedimento nesse sentido, o que dificulta ainda mais a compreensão e lógica adotada.

Esse fato parece permear o núcleo familiar e ser a verdadeira causa para o acolhimento. Segundo a própria adolescente, o acolhimento se deu porque:

“O conselho tutelar me buscou na escola, foi na casa da minha mãe, buscou as minhas coisas e me trouxe pra cá. Disseram que eu tinha que ficar com a minha avó e não com a minha mãe. Na verdade a minha vó tem a minha guarda, mas a minha mãe estava com bebê novo e eu fiquei na casa dela para ajudar com os meus irmãos” (adolescente).

É possível perceber pelos discursos que o motivo para o acolhimento institucional não ficou claro para a família, pois a mãe nega o uso de drogas e a avó não identifica razões para o acolhimento. Aparentemente o uso de drogas não seria o motivo, o que emergiu nas falas foi o fato de a adolescente estar sob a guarda da avó e ir morar com a mãe, sem prévia autorização judicial. No âmbito desta família este parece ser o motivo mais justificável para a medida do acolhimento.

Já para a coordenadora do abrigo o motivo para o acolhimento foi o fato de a adolescente estar em situação de risco, pois ela foi morar com a mãe, que segundo denúncias era usuária de drogas.

“Olha é uma situação complicada, essa mãe tem uma vida muito complicada, tem vários filhos, um de cada pai, não tem trabalho fixo e agora a escola disse que ela é usuária de drogas. Na verdade a Yanca tem que ficar com a avó que é quem tem a guarda dela, a mãe não tem a guarda, e acho que ela é melhor cuidada com a avó mesmo” (coordenadora do abrigo).

Portanto, no âmbito institucional, o motivo foi a situação de risco que a adolescente estaria exposta, pois estava morando com a mãe, que não tinha mais sua guarda e ainda tinha sido denunciada como sendo usuária de drogas.

Em relação aos sentimentos suscitados pelo acolhimento, a adolescente

relatou medo e surpresa, pois não esperava que um dia pudesse ser acolhida e ainda disse que não entendeu o motivo, acha que a mãe não fez nada grave para ela ter quer sair do convívio familiar:

“Fiquei desesperada, nossa. Tive vontade de fugir, mas pensava, vou ficar, vou ficar, de repente eu vou fugir e não sei o que pode acontecer, eu posso voltar aqui e ficar mais tempo, aí eu fiquei” (adolescente).

A adolescente relatou quais seriam seus maiores medos e suas expectativas para o futuro:

“Os meus maiores medos são de não sair do abrigo, de morar com o meu pai e de terminar o namoro. Eu não queria que essas coisas acontecessem. O que eu queria para o meu futuro é ter uma casa, fazer uma faculdade, ainda não sei do que, casar e ter dois filhos”.

Esta fala demonstra a apreensão em relação às questões que lhe trouxeram sofrimento, pois a forma como se deu o acolhimento, de forma repentina e abrupta e a convivência com o pai foram vivências que lhe fizeram mal do ponto de vista emocional. Quanto ao futuro, seu desejo é constituir uma família que não teve e ter independência financeira, ela vislumbra uma vida diferente da que sua mãe teve.

Ainda sobre o acolhimento a avó também relatou surpresa e tristeza com a medida:

“Fiquei assustada, em choque, pois não tinha motivo pra vir pra cá [abrigo], ela sempre foi bem cuidada, eles podiam ter me chamado, não precisava trazer aqui sem avisar antes, ela tem família, agora fica aqui sozinha, da dó né, ela é uma boa menina, é muito triste essa situação”(avó).

A mãe se emocionou ao falar de como reagiu ao saber do acolhimento.

“Deus me livre, fiquei três dias chorando muié. Passei mal demais. Como pode perder uma filha, o conselho tutelar vem e leva para a casa abrigo sendo que tem família [...]” (mãe).

Percebe-se que o acolhimento institucional trouxe sofrimento tanto para a adolescente quanto para sua família. Todos foram surpreendidos pela medida e o fato de não acharem motivo para tal, contribuiu para o sentimento de indignação e tristeza. Parece que nesse caso faltou diálogo do Conselho Tutelar com os envolvidos. A regra preconizada pelo ECA de que o acolhimento institucional é um espaço de proteção excepcional (BRASIL, 2009a; RIZZINI; RIZZINI, 2004; ROSSETI-FERREIRA; SERRANO; ALMEIDA, 2009) parece não ter sido seguida, uma vez que a adolescente foi retirada de sua família sem muita explicação aos envolvidos e, aparentemente, sem nenhuma tentativa prévia em evitar essa medida.

A psicóloga do abrigo relatou que a adolescente sentia muita falta da família principalmente da mãe e dos irmãos.

“Olha, quando ela chegou, ficava quieta, estava bem triste, aos poucos fomos conversando e hoje ela está mais comunicativa, parece que está melhor, mais animada, ela diz que não vê a hora de sair e que seu desejo é morar com a mãe, porém se tiver que viver com os avós não tem problema. Ela tem um bom vínculo com toda a família” (psicóloga do abrigo).

Embora o acolhimento se configure como uma medida de proteção pode-se inferir que, para Yanca e sua família, o acolhimento trouxe em seu bojo sofrimento e indagações que não foram sanadas, pois no entendimento dos familiares a adolescente tinha proteção, carinho e amor no âmbito familiar.

Já no período de acolhimento, os vínculos afetivos puderam ser estreitados e mantidos através de visitas semanais dos familiares. Essa medida também contribuiu para uma adaptação mais saudável e tranquila por parte da adolescente.

“No começo é difícil, aí você não pode fazer nada, não tinha ninguém para conversar, mas aos poucos fui conversando com a psicóloga, agora tá mais legal” (adolescente).

Sobre as visitas a psicóloga relatou:

“As visitas são com os avós e a mãe, apesar de que a mãe não vem mais, mas é por conta de uma questão financeira, então ela foi trabalhar em outra cidade e por isso ficou um período sem vir fazer a visita, acho que semana que vem ela começa a vir toda semana de novo. O pai, ele veio uma vez, logo no acolhimento, só que ela [Yanca] tinha um ressentimento muito grande dele, por que ela sofreu agressão por parte do pai, então ela tinha muito medo e pediu pro pai não vir” (psicóloga do abrigo).

Ainda de acordo com a psicóloga a adolescente ficava muito bem com as visitas dos familiares, principalmente com a da mãe. Mãe e filha se dão muito bem e tem um ótimo vínculo, porém com o pai não acontece o mesmo.

Em relação às mudanças na família durante o acolhimento, os relatos da avó e da mãe indicam que a grande mudança para a família foi a ausência da adolescente no convívio familiar, o que carretou sofrimento e tristeza a todos.

Na fala a seguir a mãe expressa sua tristeza com a situação: *“Me senti uma inútil, sou mãe né, é complicado [...]” (mãe).*

A preparação para o retorno da adolescente ao convívio familiar foi realizada em três etapas, primeiramente através das visitas dos familiares à adolescente no abrigo. Posteriormente, a adolescente foi autorizada judicialmente a passar os finais de semana em companhia da família. De acordo com a genitora ela fez algumas mudanças para que a filha voltasse ao convívio familiar. No dia da entrevista a genitora estava morando com a mãe, avó da adolescente. Portanto, a jovem passou a ter o convívio da avó e da genitora no mesmo ambiente. Quando perguntada sobre o que achava que precisava fazer para reaver o convívio com a filha a genitora

respondeu:

“Tô fazendo, arrumei trabalho, é só 4 horas e ganho pouco, mas é um começo, e estou morando aqui com meus pais, não tem por que ela não vir de vez. Espero que ela fique de vez, já faz um mês que ela está aqui”(mãe).

Finalmente, a adolescente passou ao tempo de convivência estipulado judicialmente em 30 dias. Esse tempo foi julgado necessário para a readaptação do convívio familiar. O juiz, então, autorizou que a adolescente deixasse o abrigo e voltasse a conviver com os familiares, retomando sua rotina familiar. Após esse período a adolescente foi desacolhida e passou a residir definitivamente com a família. O desacolhimento se deu em fevereiro de 2016.

Nesse caso o abrigo possibilitou a interação entre a adolescente e seus familiares, através das visitas, do acompanhamento da família e da saída da jovem do abrigo para passar os fins de semana com os familiares. Essas ações vão ao encontro com o que rege a legislação (Brasil, 1990) e ao que recomenda alguns autores (GOLIN; BENETTI, 2013; ROCHA; ARPINI; SAVEGNAGO, 2015a; SIQUEIRA et al., 2010).

Quanto aos vínculos afetivos mantidos e expandidos, a adolescente mostrou-se uma pessoa afetuosa, apegada à mãe e com facilidade em se vincular a outras pessoas.

No Quadro 10, ilustra-se como a adolescente montou seu tapete esquemático, mostrando quem são as pessoas importantes em cada contexto de sua vida.

Quadro 10 - Pessoas significativas para a adolescente em cada contexto.

Contexto Nível de Afeto	Família	Abrigo	Escola	Amigos
Amo	- Mãe - namorado (da adolescente)	-Psicóloga - Aux. Educadora A	- Inspetora X	- Amigo A - Amigo B (mantêm contato)
Gosto	- Irmãos - avós maternos	- Aux. Educadora B - Aux. Educadora C - adolescente Evelyn	- Diretora - Coordenadora pedagógica	- Amigo C - Amigo D - Amigo E (mantêm contato)
Não Gosto	- Pai	- Aux de Educadora D	- Inspetora Y	- Amiga F

A análise do quadro mostra que os vínculos mantidos se referem à família, já os vínculos afetivos construídos se referem ao abrigo, escola e aos amigos, que eram da escola em que estudou durante o acolhimento. Em relação à família a mãe

é a única familiar que aparece no nível (amo), confirmando as informações da avó materna e da psicóloga que reiteraram o forte vínculo existente entre mãe e filha. Nesse sentido, Brumariu e Kerns (2011) apontam a importância do apego seguro para o desenvolvimento emocional do adolescente, pois possibilita que ele se sinta amado e protegido pela figura de apego, facilitando assim a expansão dos vínculos afetivos para o círculo social mais amplo. Possivelmente a manutenção de um forte vínculo de apego da adolescente com sua mãe possibilitou a expansão de seus vínculos, tanto no abrigo quanto na escola.

A adolescente teve que mudar de escola após o acolhimento, porém como ficou acolhida por cinco meses teve tempo para construir novos vínculos, não só com colegas de classe como também com os funcionários da escola para onde se transferiu.

É importante frisar que o abrigo se caracterizou como um ambiente promotor para novos vínculos, pois no nível (amo) a adolescente indicou dois profissionais da instituição, e no nível (gosto) citou dois funcionários e uma adolescente que também estava acolhida, o que demonstra que sua capacidade de vinculação foi preservada.

Yanca indicou a psicóloga para responder o roteiro de entrevistas, questionada sobre a escolha ela disse: *“A tia A. sabe mais de mim, eu converso mais com ela, ela é muito legal, atenciosa, dá conselhos, eu adoro ela”*. Ressalta-se que a psicóloga foi alocada no nível de afeto (amo), o que demonstra que a profissional se tornou uma figura de apego para a adolescente abrigada.

Esses dados vão ao encontro com o que apontam Almeida, Maehara e Rosseti-Ferreira (2011) e Cavalcante e Costa (2011), embora as autoras enfoquem a criança acolhida, pode-se fazer uma reinterpretação para a adolescência quando consideram o acolhimento como uma oportunidade para a construção de novos relacionamentos sociais e afetivos que podem favorecer o desenvolvimento do acolhido.

Em relação ao contexto escolar pode-se perceber através dos relatos da adolescente e da coordenadora pedagógica que o motivo para o acolhimento institucional perpassou os muros escolares e interferiu na vida acadêmica da adolescente.

A coordenadora conta um fato ocorrido entre Yanca e seu pai que afetou muito o aspecto emocional da adolescente. A profissional disse que teve que intervir para amenizar a situação e o sofrimento da jovem.

“Olha, nós tivemos um problema no começo do ano passado que foi até inclusive por conta do pai, ela tem muito trauma deste pai e inclusive um dia ele estava aqui na escola, até então a gente não sabia o problema que tinha entre eles né, e quando ela viu esse pai aqui na escola e ela achou inclusive que já estava ocorrendo o problema com o conselho tutelar, que estava indo na casa dela fazer visitas e já estava arriscado ela ter que ir para a casa abrigo e ela morria de medo que acontecesse isso. Quando ela viu o pai ela achou que o pai tivesse vindo aqui para pegar ela. Ela entrou num choque, chorava desesperadamente e eu fiquei até sem saber o que fazer com ela. Aí nós fomos conversando, fui orientando e aí ela acalmou”(coordenadora pedagógica).

Devido à situação irregular da adolescente seu acolhimento era iminente, ocasionando muita angústia para Yanca, que além dos problemas de relacionamento com o pai teve que lidar com o afastamento da mãe e dos irmãos, com quem sempre foi muito apegada.

Ressalta-se que foi a escola em que a adolescente estudava que fez a denúncia da situação de Yanca para o Conselho Tutelar, porém segundo os familiares, a escola não os avisou e nem explicou para a adolescente por que iria tomar esta atitude. Esta falta de informação à família prejudicou seu entendimento em relação ao acolhimento. Nota-se a ausência de inter-relação entre família e escola, não houve o que Bronfenbrenner (1996) chamou de bidirecionalidade, principalmente por que a escola não atuou como um agente facilitador de mudança, ou seja, não ocorreram trocas que pudessem favorecer o desenvolvimento da adolescente. Vale considerar que a escola em que a adolescente estudou antes do acolhimento não foi objeto desse estudo, o que impede uma análise mais verticalizada deste fato.

No Quadro 11 apresentam-se as notas da adolescente referentes ao ano letivo de 2015. Essa pesquisa foi realizada na escola em que adolescente estudou após o acolhimento. Yanca foi transferida de escola ao ser acolhida, em setembro de 2015, ou seja, no 4º bimestre. Após o desacolhimento ela continuou matriculada na mesma escola. De acordo com a coordenadora pedagógica ninguém da família da adolescente comparecia às reuniões e a profissional classificou o desempenho escolar de Yanca como fraco: *“Ela é fraca, em parte de conteúdo ela é fraca. É uma menina bem esforçada, mas ela tem assim, dificuldades... Da família ninguém nunca veio em reunião”*.

As notas do 1º, 2º e 3º bimestre são referentes à escola em que Yanca estudava antes do acolhimento, como foi transferida as notas ficam registradas no boletim do ano letivo. Ressalta-se que a referida escola não foi alvo desta pesquisa,

o estudo concentrou-se apenas na instituição escolar que a adolescente foi matriculada após ser acolhida.

Quadro 11 - Notas da adolescente no ano letivo de 2015.

Disciplinas	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre*
	Notas	Notas	Notas	Notas
Arte	4	9	5	10
C. Fis. e Biol.	5	5	7	8
Ed. Física	5	7	7	8
Geografia	2	4	3	7
História	7	8	5	6
Inglês	5	7	4	7
Ling. Port	4	5	5	6
Matemática	7	7	8	7

*A adolescente foi acolhida no início do 4º bimestre.

Curiosamente o desempenho da adolescente teve melhora após o acolhimento, o que pode ser explicado porque ela passou a ter o acompanhamento da vida escolar na instituição, não podia faltar e tinha como obrigação a realização das tarefas escolares, já na família, segundo a coordenadora, Yanca não tinha esta supervisão. Outro aspecto a ser destacado é que as melhoras nas notas indicam que havia uma estrutura emocional por parte dela para aprender. Isso demonstra a necessidade de a escola ter um acompanhamento/reforço mais de perto com alunos que apresentam mais dificuldade, no sentido de saná-las. Não é necessário que ela seja retirada do convívio familiar para que seu desempenho escolar melhore.

Partindo para uma análise de conjuntura mais ampla e global será utilizado o modelo pessoa-processo-contexto e tempo da teoria Bioecológica de Bronfenbrenner, levando-se em consideração as características da adolescente, suas transições ecológicas e suas relações afetivas nos diferentes contextos ecológicos. Destaca-se no núcleo pessoa e contexto (família, escola, abrigo e grupo de amigos), os aspectos favoráveis e desfavoráveis para a manutenção e/ou construção de vínculos afetivos.

NÚCLEO PESSOA: a adolescente é uma jovem de 13 anos, que cursa o 8º ano do ensino fundamental. Seu acolhimento lhe trouxe sofrimento, principalmente

pela distância da mãe com quem é muito apegada. Porém, no abrigo teve a oportunidade de se vincular com outra adolescente acolhida, além de expandir seus vínculos também com funcionários da instituição. Mostra-se disponível afetivamente, possibilitando a construção de novos vínculos afetivos, sua figura principal de apego parece ser a mãe, com quem mantém forte vínculo. É a filha mais velha de seus pais e possui mais quatro irmãos por parte de mãe. Ao contrário do que ocorre em seu relacionamento com a genitora, sua relação com o pai é conflituosa devido às agressões que sofreu dele.

Aspectos favoráveis: a adolescente mantém um vínculo muito intenso com a mãe e tem uma ótima relação com os avós e irmãos. Tem amigos na escola e demonstra facilidade com novos relacionamentos. É extrovertida, comunicativa e simpática, o que possivelmente contribuiu para a manutenção dos vínculos familiares e a expansão de novos vínculos em outros contextos, como a escola e o abrigo, por exemplo.

Aspectos desfavoráveis: sofreu agressão por parte do pai com quem não tem um bom relacionamento, esta situação ocasionou a ruptura dos vínculos afetivos com o genitor.

NÚCLEO PROCESSO: a transição ecológica família-abrigo, causou bastante sofrimento para a adolescente e seus familiares. Entretanto, o acolhimento possibilitou para a adolescente, experiências novas, como a convivência em grupo com pessoas desconhecidas do seu círculo social e o apoio psicológico oferecido pelo abrigo. Demonstrou facilidade em construir novas relações afetivas, relatos dos funcionários do SAI demonstram que a adolescente era muito bem quista na instituição.

NÚCLEO CONTEXTO:

a) Microsistema:

- **FAMÍLIA:** a adolescente passou por uma transição da família para o abrigo, essa mudança foi repentina e trouxe grande sofrimento para toda a família. As visitas familiares semanais possivelmente contribuíram para a manutenção dos vínculos afetivos já existentes e, parece ter sido fundamental para sua adaptação no abrigo. Sua genitora, por exemplo, conseguiu um trabalho na cidade, para ficar mais perto da filha.

Aspectos favoráveis: as visitas semanais e o apoio familiar durante o acolhimento foram fundamentais para a manutenção dos vínculos afetivos.

Aspectos desfavoráveis: o processo de acolhimento não foi bem entendido pela família, que se mostrou alheia ao processo, sem um claro entendimento dos motivos para àquelas ações.

- **ESCOLA:** com o acolhimento a adolescente teve que se mudar de escola no meio do semestre letivo, porém como ficou um tempo considerável acolhida foi possível construir novas relações afetivas no novo contexto escolar. Do ponto de vista acadêmico, seu desempenho melhorou, provavelmente devido ao reforço escolar obtido no abrigo. Talvez fosse necessário estender esse reforço por mais um tempo, mesmo com a adolescente desacolhida, até ela conseguir bons desempenhos acadêmicos sem ajuda. Na entrevista relatou que gostou mais da atual escola do que da antiga e, mesmo sendo desacolhida, continuou estudando nesta escola. A adolescente construiu um vínculo afetivo com a coordenadora da escola, pois esta a ajudou no início do acolhimento, o apoio emocional que teve da profissional possivelmente contribuiu para a construção do vínculo entre elas.

Aspectos favoráveis: a escola mostrou-se um ambiente acolhedor quando apoiou a adolescente quando de sua transferência no quarto semestre letivo.

Aspectos desfavoráveis: não se ater para a ausência da família nas questões educacionais da adolescente (como falta em reuniões ou o não comparecimento quando convocados). Falta de comunicação entre escola e a família.

- **AMIGOS:** o grupo de amigos faz parte do contexto de desenvolvimento, pois influencia e é influenciado pelos seus integrantes. Yanca relatou ter um círculo de amizade bem amplo, seus amigos mais íntimos fazem parte do seu contexto escolar. Alguns eram da escola onde ela estudou antes do acolhimento e outros ela conheceu na escola em que se matriculou após o acolhimento. Embora não recebesse visitas dos amigos, ela tinha notícias de uns pela genitora, pois eles moravam próximos a mãe e outros ela encontrava na escola. Este movimento demonstra que a adolescente foi capaz de manter os vínculos com os amigos, demonstrando interesse mesmo a distância, e também formar novas amizades e, conseqüentemente novos vínculos com os amigos da escola em que começou a frequentar após o acolhimento.

Aspectos favoráveis: interação e identificação com os pares.

Aspectos desfavoráveis: restrição da convivência com amigos de antes do acolhimento.

- **ABRIGO:** no serviço de acolhimento a adolescente pode construir novos vínculos afetivos, tanto com os funcionários como com outros acolhidos. O abrigo também proporcionou, através das visitas familiares, a manutenção dos vínculos já existentes, principalmente com a genitora e a avó da adolescente. Cabe ressaltar que o abrigo acompanhou por algum tempo a reintegração familiar da adolescente com visitas semanais à família.

Aspectos favoráveis: proporcionar as visitas familiares semanalmente, a permanência da adolescente com a família nos finais de semana e o acompanhamento durante o estágio de convivência familiar. Estas medidas de incentivo a convivência com a família biológica e extensa, possivelmente contribuíram para a manutenção dos vínculos afetivos familiares. Já a convivência no abrigo de forma harmoniosa e os cuidados dispensados pelos funcionários à adolescente provavelmente facilitaram a construção de novos vínculos afetivos dentro da instituição.

Aspectos desfavoráveis: incompatibilidade entre o horário de visita do abrigo e o horário de aula dos irmãos, o que impossibilitou as visitas dos irmãos para a adolescente.

b) Mesossistema: Percebe-se que neste âmbito foi presente a bidirecionalidade entre família e abrigo, porém não houve o mesmo movimento entre a escola e a família.

c) Exossistema: redes de atendimento entre o Conselho Tutelar, o abrigo, e a equipe técnica do juiz foram construídas visando o acompanhamento e o retorno da adolescente ao convívio familiar. Assim, a adolescente e sua família foram acompanhadas pelo CREAS com vistas a uma reintegração familiar efetiva e segura. Entretanto, o acolhimento parece ter sido desnecessário. Faltou um trabalho de adequação familiar sem a retirada da adolescente, uma ajuda no sentido de empoderamento familiar.

d) Macrossistema: as crenças a respeito da condição da criança/adolescente em situação de vulnerabilidade vêm melhorando ao longo do tempo. A recepção que a Yanca teve no abrigo e mesmo na escola parecem indicar um olhar de proteção para com a adolescente, uma preocupação em tornar sua rotina menos difícil. Os preceitos do ECA, a respeito da preservação e fortalecimento dos vínculos afetivos

familiares foram respeitados.

NÚCLEO TEMPO: do ponto de vista da passagem do tempo histórico, e apesar da grande mudança em relação à situação da criança/adolescente em situação vulnerável, ainda hoje esse direito não é totalmente respeitado. A família parece ser pouco ouvida e a hierarquia impede a participação mais igualitária de todos os envolvidos. Ainda assim, a provisoriedade e excepcionalidade do acolhimento contribuiu para que a situação da adolescente fosse discutida frequentemente com a rede de apoio, possibilitando sua reintegração à família natural.

5.2 ADOLESCENTE EVELYN

Caracterização do caso: a adolescente morava com os pais e o irmão em um sítio no qual o pai era caseiro. A mãe trabalha como cozinheira em um restaurante na cidade de Bauru. Evelyn relata que quando tinha 11 anos o pai tentou abusar dela pela primeira vez, diz que o pai “passava a mão nela”. Contou para a mãe e esta não fez nada. Diz que no período da tarde ficava sozinha em casa com o pai, pois a mãe trabalhava e o irmão ia para a escola.

Na escola contou para a professora, que a apoiou e levou o caso a diretoria, a diretora então acionou o Conselho Tutelar. O CT foi com a polícia na casa dela e a levaram para a casa abrigo. Na segunda visita diz que a mãe pediu para ela mentir e dizer que nada aconteceu, por causa disso não quer morar com a mãe, porém a genitora a visitava toda semana.

Assustou-se com o acolhimento, por ter que conviver com pessoas que não conhecia, relatou que queria ir embora para a casa da tia. Tem medo que a mãe volte com o pai. Depois da denúncia nunca mais teve contato com ele. Relatou que sempre foi apegada a mãe e tinha um relacionamento difícil com o pai. Este falou para ela que gostava muito dela, “diferente”, que deixaria a mãe para ficar com ela. Não quer ter mais contato com o pai. Contou que sempre se deu bem com a tia, que é irmã de sua mãe e está feliz em morar com ela, enfatizou que está sentindo muito a falta do irmão.

No Quadro 12 apresenta-se uma descrição do sistema familiar da adolescente, antes e após o acolhimento, são destacadas a idade, estado civil dos

adultos e a profissão de cada um.

Percebe-se que a adolescente morava com a família natural antes do acolhimento e com o desacolhimento foi residir com sua família extensa.

Quadro 12 - Composição familiar da adolescente antes e após o acolhimento.

Com quem morava antes do acolhimento			
Parentesco	Idade	Est. Civil	Profissão
Mãe	30 anos	Casada	Cozinheira
Pai	32 anos	Casado	Caseiro
Irmão	11 anos	-----	Estudante
Com quem foi morar após o desacolhimento			
Tia materna	29 anos	Casada	Ajudante Geral
Tio paterno	30 anos	Casado	Porteiro
Primo	11 anos	-----	Estudante

A adolescente relatou que sempre foi apegada a esta tia e que ficou feliz quando ela mostrou interesse em obter sua guarda.

Quanto ao acolhimento a adolescente contou que foi para o abrigo depois de contar para uma professora da escola que o pai havia abusado sexualmente dela.

“Eu tinha onze anos quando teve o abuso. Na primeira vez eu tava saindo do banheiro e ele tentou puxar a toalha e depois disso tentou passar a mão em mim, me beijar...na escola a professora tava falando de criança que é abusada por desconhecido, estas coisas e eu comecei a chorar na aula, daí ela perguntou porque eu tava chorando eu não quis falar, mas aí ela insistiu e eu contei. Aí ela falou que ia ter que contar para a diretora e eu concordei. A professora me ajudou, daí a diretora também me ajudou, ela conversou comigo e disse que ia chamar o conselho tutelar. E aí passou um tempo e o conselho foi lá em casa e falou pra minha mãe que eu tava sofrendo abuso e ela não acreditou. Daí a mulher falou que ia me levar para a casa abrigo, que era para eu pegar uma roupa para dormir” (adolescente).

A mãe se emocionou muito durante a entrevista, nessa questão ela chorou bastante, foi sucinta e preferiu não falar muito do abuso. A genitora também demonstra clareza do motivo para a medida protetiva.

“Foi o abuso sexual, o conselho foi em casa e contou do abuso, na hora não acreditei [...], achei que fosse rebeldia da Evelyn, porque eu e o meu marido proibiu ela de voltar a namorar o K” (mãe).

A tia materna, que obteve a guarda de Evelyn após o desacolhimento se mostrou surpresa e indignada com o abuso e com o acolhimento da sobrinha.

“Foi por causa do abuso né, ninguém nunca imaginou que isso pudesse acontecer, mas eu acredito que aconteceu mesmo, por que a Evelyn não é de mentir. O pior é ela pagar por isso duas vezes, além do abuso ainda teve que ir para o abrigo e ficar longe da família, não me conformo com isso, é

muita tristeza né” (tia).

De acordo com o abrigo, a denúncia de abuso sexual que a adolescente fez contra o genitor foi o motivo para o acolhimento. Em relação às reações e o sentimentos suscitados pela medida, a adolescente relatou surpresa e dificuldades no início do acolhimento.

“Quando eu cheguei aqui eu me assustei, assim, tem muita regra e ordem eu não tô acostumada. E não é bom ficar aqui, com pessoas que você não conhece, que não tem nada a ver com você. É bem difícil” (adolescente).

A mãe da adolescente novamente se emocionou muito ao falar sobre seus sentimentos a respeito do acolhimento. Visivelmente abalada, ela se deparou com duas novas situações inusitadas: a descoberta que o marido abusava da filha e o acolhimento desta.

“Fiquei desnorteada com essa situação nunca imaginei que isso pudesse acontecer [...]. Sofri muito com a situação, principalmente pela distância da Evelyn foi terrível, não desejo pra ninguém essa dor”[...] (mãe).

A tia também se mostrou surpresa, não só pelo acolhimento, mas principalmente pelo motivo da medida protetiva.

“Nossa, fiquei em choque quando soube, pois ninguém da família esperava que isto pudesse acontecer, o meu cunhado nunca demonstrou qualquer comportamento estranho e a Evelyn nunca falou nada sobre o assunto. Foi um choque o que aconteceu, ninguém imaginava uma coisa desta. E também muita tristeza né por tudo isso, esse sofrimento da Evelyn” (tia).

Segundo a psicóloga do abrigo em um primeiro momento a adolescente gostou de estar ali, pois se sentiu segura, porém depois se sentiu culpada pelo que aconteceu com a família:

“De início ela falou que era bom estar aqui por conta que ela não queria mais passar pela situação de abuso, só que aí ela começou a ver de uma outra forma, que ela fez a denúncia e com o pai dela está tudo bem e ela está aqui sem ver a família. Ela também fica muito preocupada com a mãe, até tentei desconstruir tudo isso com ela e acho que está melhor, mas ela já chegou a falar que por culpa dela a mãe teve que sair de casa, mudar toda a rotina, mas hoje isso não é tão presente” (psicóloga do abrigo)

Para uma auxiliar de educadora do abrigo a adolescente expressava o desejo em voltar a conviver com a família.

“Olha, aqui ela gosta de ficar, só que ela quer ir embora, ela fala muito da mãe, do irmão, da tia também, diz que não vê a hora de ir embora”. (auxiliar de educadora A).

Claramente percebe-se o sofrimento da adolescente e de seus familiares. O abuso por si só é um trauma e quando o afastamento familiar ocorre, como nesse caso, o sofrimento se intensifica. A adolescente é vítima e o acolhimento, ainda que

como medida de proteção, se caracteriza como um castigo, pois ela relata sofrimento ao ter que se separar da mãe e do irmão.

A adolescente relatou dificuldade de adaptação ao acolhimento, porém segundo a psicóloga do abrigo, as visitas da mãe e da tia materna faziam bem a adolescente, que logo se acostumou com a nova rotina.

“Eu não gosto daqui, quero ir embora logo. Eu sou mais de ficar no meu canto, aqui eu assisto mais televisão, assim o tempo passa mais rápido” (adolescente).

Quanto aos medos e expectativas futuras, a adolescente relatou:

“Eu não gostaria de ver meu irmão com o meu pai, que a minha mãe voltasse com ele e de ver ele novamente”. Para o meu futuro eu quero casar, ter filhos e trabalhar”.

Percebe-se que os medos se referem ao pai. A adolescente expressou que não gostaria que as pessoas que ela diz mais amar, que são a mãe e o irmão, se aproximassem da pessoa que fez mal a ela.

Evelyn recebia visitas semanais da mãe e da tia, o que possibilitou a manutenção dos vínculos afetivos com os familiares mais próximos:

“Da família, mantém contato com a mãe e a tia materna. Antes vinha só a mãe visitá-la só que aí a tia está querendo assumir a guarda, então a tia passou a visitar também. Com o irmão ela também tem um ótimo vínculo, só que o irmão não vinha visitar aqui no abrigo, por que a mãe achou melhor não contar toda a situação” (psicóloga do abrigo).

A genitora relatou que sua vida mudou após o acolhimento da filha e que aos poucos está tentando retomar sua rotina de vida. Espera obter a guarda da adolescente logo que oficializar seu divórcio.

“Tudo, mudei de casa, separei e fiquei longe da minha filha. Sofri muito com toda esta situação. Acredito na minha filha e vou ficar do lado dela sempre, nem imagino o sofrimento que ela passou. Vou fazer de tudo para ela esquecer isso” (mãe).

A tia materna contou que não houve mudanças significativas em sua vida, embora sua rotina tenha sido alterada, pois em seus dias de folga visitava a sobrinha no abrigo.

“Fiquei muito triste, por que ela estava longe e sozinha né, por isso sempre ia fazer as visitas e procurei ficar perto o máximo possível”. (tia)

Quando os familiares da adolescente foram entrevistados Evelyn já tinha sido desacolhida.

“A Evelyn já está morando com a gente, nós sempre fomos unidas por isso eu ia visitar e quis ficar com a guarda, por que a gente se dá muito bem. Toda a família ficou do lado da E. e acreditou no que ela contou”(tia).

A mãe da adolescente expressou indignação pelo fato da filha não poder morar com ela nesse momento:

“Não sei por que a minha filha não pode morar comigo, acho que é por causa do processo, tenho que esperar o processo acabar. Deixei o meu marido, depois de mais ou menos um mês que a Evelyn tava no abrigo. Vim morar com a minha mãe, meu filho veio junto. Eu vivia há 14 anos com o V, jamais imaginei que fosse passar por isso na minha vida, eu estou sem chão”. (mãe)

Depois de um mês acolhida a adolescente começou a passar os finais de semana na casa da tia. A adolescente não teve o tempo de convivência pelo fato da tia morar em outra cidade. Portanto, o processo de reintegração familiar de Evelyn foi mais curto do que os das outras adolescentes. Contou apenas com as visitas familiares ao abrigo e a passagem de fins de semana da adolescente na casa da tia. O desacolhimento de Evelyn foi em fevereiro de 2016.

A casa da tia era próxima a casa onde a mãe e o irmão estavam morando, portanto, a adolescente convivia diariamente com eles, embora estivesse morando com a tia.

A contextualização dos vínculos afetivos da adolescente será ilustrada no Quadro 13:

Quadro 13 - Pessoas significativas para a adolescente em cada contexto.

Contexto Nível de Afeto	Família	SAI- Abrigo	Escola*	Amigos**
Amo	Mãe Irmão Tia materna Tio materno	Psicóloga Criança J (acolhida)	Vice-diretora	Amiga A Amiga B Mantém contato por telefone
Gosto	Primo materno	Aux. de Educadora A Coordenadora Administrativa Assistente Social	Professora a quem contou sobre o abuso	Amiga C Amiga D Não tem mais contato
Não Gosto	Prima I Tio materno M	Aux. de Educadora B Adolescente Elisa	Professor de História	Amiga E Amigo F

*Pessoas referentes à escola em que a adolescente estudava antes do acolhimento.

** Pessoas do lugar onde Evelyn morava antes do acolhimento.

A adolescente não citou o pai em nenhum nível de afeto, indagada sobre o motivo disse que, naquele momento, não sentia nada pelo pai. Estava muito magoada e confusa com toda a situação. Em uma pesquisa realizada por Coutinho e Sani (2010, p.639) com crianças acolhidas, as autoras identificaram um movimento

de afastamento do genitor, após o acolhimento. Segundo as pesquisadoras o genitor “é representado como uma figura ameaçadora e problemática, longe das funções de estabilidade e segurança habitualmente atribuídas às principais figuras cuidadoras”. No caso de Evelyn o genitor foi a causa para o acolhimento e, conseqüentemente, houve a distância física e emocional.

No contexto familiar o irmão também aparece como uma figura de apego importante, embora não visitasse a irmã no abrigo ele se fazia presente através do discurso da mãe e das lembranças da adolescente. De acordo com Almeida (2009) a relação afetiva entre irmãos é fundamental, pois atua como apoio emocional e estreita os vínculos afetivos. O irmão de Evelyn parece ter atuado como um suporte emocional, pois ela sempre falava dele com carinho e cuidado:

“O meu maior desejo é ter mais contato com o meu irmão, estou com muitas saudades dele e estou com medo, eu não quero que ele volte a morar com o meu pai” (adolescente).

Percebe-se que o apoio familiar que a adolescente recebeu foi essencial para a preservação da sua saúde emocional. Hildebrand et al. (2015) identificaram, através de uma pesquisa com crianças e adolescentes vítimas de violência, que o apoio familiar se caracteriza como um fator de proteção nos casos de violência sexual. Ter recebido o conforto da família, principalmente da mãe e da tia, pode ter sido decisivo para o bem-estar emocional da adolescente durante o acolhimento.

No âmbito do abrigo, a adolescente pode expandir seus vínculos afetivos tanto com outros acolhidos quanto com os funcionários. Segundo a psicóloga da instituição a adolescente é bem comunicativa e tem facilidade de estabelecer novos vínculos afetivos, porém a jovem se vinculou mais a uma funcionária e uma adolescente acolhida.

“Olha, eu acho que ela tem mais vínculo com a A., ela é mais próxima, conversam bastante. Com a Yanca também, as duas estão sempre juntas, conversando, se ajudando” (psicóloga do abrigo).

A adolescente indicou a auxiliar de educadora A. para ser entrevistada:

“A tia A. é mais compreensiva e sabe mais da vida, ela me ouve, me dá conselhos e me entende, eu gosto muito dela” (adolescente).

Essa extensão das relações afetivas foi saudável e contribuiu positivamente para o período de acolhimento, corroborando com o que traz a literatura (FERREIRA, 2014; GONTIJO et al., 2012; PARRIGON et al., 2015).

As pessoas citadas no contexto escola se referem à instituição educacional que a adolescente estudava antes do acolhimento. Em relação aos vínculos da

adolescente na escola, a vice-diretora da escola em que a adolescente estudava antes do acolhimento contou:

“Ela tinha bastante amigos. Às vezes ela respondia para os professores, mas depois ela pedia desculpa, ela era super amorosa, vivia abraçando a gente, beijando, ela era uma menina amorosa” (vice-diretora).

A vice-diretora da escola é citada pela adolescente no nível amo e em seus relatos a jovem expressa sentimentos de carinho e gratidão pela profissional. Mesmo não havendo mais contato, aparentemente o vínculo afetivo construído foi mantido e é explicitado através das recordações carinhosas, tanto da adolescente quanto da vice-diretora escolar.

No Quadro 14 encontram-se as notas e frequência da adolescente para ilustrar seu rendimento escolar antes do acolhimento. Evelyn foi transferida de escola no 4º bimestre, quando foi para a instituição de acolhimento.

Quadro 14 - Notas da adolescente no ano letivo de 2015.

Disciplinas	1º	2º	3º	4º
	Bimestre	Bimestre	Bimestre*	Bimestre**
	Notas	Notas	Notas	Notas
Arte	8	8	9	5
C. Fis. e Biol.	5	7	5	8
Ed. Física	10	8	10	8
Geografia	7	8	5	5
História	6	6	5	8
Inglês	8	8	5	5
Ling. Port	7	6	5	5
Matemática	6	8	8	7

*Período em que houve a revelação do abuso

** As notas são referentes à escola em que a adolescente se mudou após o acolhimento

A vice-diretora conta que Evelyn sempre foi boa aluna, porém no terceiro bimestre ela percebeu mudanças no comportamento da adolescente, inclusive piora em seu rendimento escolar. A vice-diretora também disse que quem comparecia às reuniões escolares era o pai da adolescente. A profissional acredita que a situação do abuso influenciou negativamente na vida acadêmica da adolescente:

“No finalzinho do 3º bimestre ela estava bem dispersa, o comportamento dela piorou um pouco. Teve um episódio negativo que ela trouxe bebida pra escola né. Eu já sabia tudo que estava acontecendo com ela e ela começou a ter um comportamento mais explosivo. Eu achava alguns comportamentos

estranhos, o caso da bebida, querer chamar a atenção, ela ficou uma menina explosiva, mais nervosa, ela chorava muito em sala de aula, chorava bastante e faltava, começou a faltar. Ela nunca foi de faltar, de repente teve uma fase que ela faltava bastante, inclusive eu liguei para saber e falaram que ela estava na casa da tia” (vice-diretora).

Na análise global do acolhimento da adolescente, dentro da perspectiva Bioecológica, têm-se:

NÚCLEO PESSOA: a adolescente tem 13 anos e cursa o 8º ano do ensino fundamental. É comunicativa e apesar do ocorrido não demonstra tristeza ou apatia. Expressou o desejo pelo desacolhimento, mas ponderou a necessidade de esperar o momento certo. Tem grande vínculo afetivo com a mãe, o irmão e a tia materna, que foram mantidos através das visitas, embora o irmão não a visitasse. É a filha mais velha.

Aspectos favoráveis: comunicativa, simpática e atenciosa. Essas qualidades possivelmente favorecem a expansão dos vínculos nos diferentes contextos de desenvolvimento.

Aspectos desfavoráveis: a adolescente se descreveu como uma pessoa ansiosa e impulsiva. Características que podem atrapalhar seu relacionamento com outras pessoas.

NÚCLEO PROCESSO: as transições ecológicas da adolescente, família (pais)- abrigo- família (tios), não afetaram seus vínculos afetivos familiares, apenas com o pai o vínculo foi rompido devido ao abuso. No abrigo a adolescente pode ampliar suas relações afetivas e sociais.

NÚCLEO CONTEXTO:

a) Microsistema:

- **FAMÍLIA:** a adolescente demonstrou ter um vínculo afetivo muito sólido com a mãe e o irmão. A ausência deles gerou sofrimento para Evelyn no período de acolhimento. A genitora depois de uma semana do acolhimento fez a primeira visita à filha e continuou visitando-a semanalmente. A tia materna da adolescente também realizou as visitas semanais e optou por tê-la sob sua guarda após o desacolhimento. Este apoio familiar foi fundamental para a adolescente. Ficou evidente a manutenção dos vínculos afetivos familiares.

Aspectos positivos: o apoio e a segurança emocional oferecido. As visitas

semanais da família biológica e extensa favoreceram a manutenção dos vínculos afetivos.

Aspectos negativos: não pode ficar com a mãe, pois a genitora ainda não tinha se separado judicialmente do marido (pai da adolescente).

- **ESCOLA:** a adolescente teve que ser transferida de escola após o acolhimento. Os vínculos afetivos deste contexto se referem à escola em que estudava antes de ser acolhida. A vice-diretora da instituição foi a pessoa com quem a adolescente conseguiu construir um vínculo mais estável. Esta profissional a ajudou e apoiou quando soube da ocorrência do abuso. Possivelmente, esta postura acolhedora favoreceu a construção do vínculo afetivo. Para a adolescente a escola significou um lugar de apoio e proteção, por isso ela relatou sentir muita falta deste contexto quando foi acolhida.

Aspectos positivos: profissional (vice-diretora) atenciosa da escola que Evelyn frequentava antes de ser acolhida, que atendeu a adolescente em sua demanda, explicou a ela os procedimentos que seriam tomados e apoio emocional. Esta postura indica respeito e carinho pela adolescente.

Aspectos negativos: transferência de escola por causa do acolhimento.

- **AMIGOS:** o grupo de amigos descritos por Evelyn se referem à escola que frequentava e ao lugar que morava antes do acolhimento. Como não recebia visitas, nem cartas dos amigos, houve o distanciamento. A adolescente relatou que tinha muitos amigos e facilidade em construir novas amizades, por isso não demonstrou preocupação com a mudança de escola e de cidade (sua tia, que obteve sua guarda, morava em cidade diferente de onde a adolescente morava e de onde ficava o abrigo). Situação que ensejou nova adaptação e construção de novas amizades.

Aspectos positivos: boas recordações das amizades de infância, o que demonstra que os vínculos construídos se solidificaram e permanecem.

Aspectos negativos: mudança de cidade, restringindo o contato com os amigos mais antigos.

- **ABRIGO:** a transição da família para o abrigo caracterizou para a adolescente um momento de alívio e de sofrimento, porém na instituição teve a oportunidade de falar sobre esses conflitos com a profissional da psicologia. Assim, a adolescente pode se abrir para novas relações afetivas dentro do abrigo. Seus novos vínculos foram expandidos para as crianças e adolescente que também estavam acolhidos e com alguns profissionais, descritos por ela, como atenciosos.

Possivelmente, a atenção e o cuidado que recebeu no abrigo possibilitou que a adolescente estreitasse seus laços afetivos com as pessoas com quem ela mais se identificou e por isso, acabaram tornando-se mais próximas afetivamente.

Aspectos positivos: incentivo a convivência familiar e atendimento profissional atencioso e específico devido ao motivo do acolhimento. Estas ações possivelmente facilitaram a manutenção dos vínculos familiares e a expansão deles para as pessoas com quem a adolescente conviveu no período do acolhimento.

Aspectos negativos: o abrigo fica em cidade diferente de onde a adolescente morava e para onde foi morar depois do desacolhimento. O que dificulta o acompanhamento pós-acolhimento.

b) Mesosistema: a interação entre família-abrigo foi bidirecional, com trocas de informações e apoio, movimentos que contribuíram para que o desacolhimento fosse rápido e seguro.

c) Exossistema: a adolescente contou com o apoio das profissionais da escola e, posteriormente, com o Conselho Tutelar, para revelar sobre o abuso. No abrigo teve o apoio psicológico necessário para dar início a superação do trauma pelo qual passou e reorganizar sua vida.

d) Macrossistema: O abrigamento de Evelyn teve como objetivo sua proteção, porém ela poderia ter sido encaminhada diretamente para a casa da tia materna. Entretanto, os profissionais do abrigo possibilitaram o rearranjo familiar com as visitas da mãe e da tia à adolescente. Evelyn ficou pouco tempo acolhida e voltou ao convívio da família extensa, porém manteve contato diário com a mãe e o irmão. A medida de proteção seguiu os preceitos do ECA, no que diz respeito à provisoriedade e ao retorno ao convívio familiar. Porém, ressalta-se que o acolhimento poderia ter sido evitado se a adolescente fosse encaminhada diretamente para a casa da tia materna, até a mãe se reorganizar saindo da antiga casa e arrumando outra. Mãe, irmão e tia são as principais figuras de apoio para a adolescente, com a qual ela mantinha laços de afinidade e afetividade.

NÚCLEO TEMPO: as mudanças trazidas pelo ECA (BRASIL, 1990), PNAS (BRASIL, 2004) e CONANDA (BRASIL, 2009a), que priorizam a convivência familiar, a preservação e o fortalecimento dos vínculos afetivos familiares, contribuíram para que a adolescente ficasse um curto período no SAI, o que foi muito positivo, além do carinho e atenção com que a adolescente foi recebida no abrigo pelos profissionais

que lá trabalham. No entanto, mais uma vez, o abrigo não foi utilizado como uma medida de proteção excepcional como preconiza o ECA (BRASIL, 1990), podendo ter sido evitado esse período de distanciamento cotidiano dos familiares que causou sofrimento a todos os envolvidos.

5.3 ADOLESCENTE ELISA

Caracterização do caso: a adolescente morava com a mãe, os irmãos e o padrasto na periferia da cidade. A mãe se relacionou com o pai de Elisa por alguns anos e teve quatro filhos com ele. A adolescente é a segunda filha. A mãe contou que a filha nunca deu trabalho, porém há alguns meses começou a se envolver com umas colegas da escola e começou a fugir de casa, saía sem avisar e, também, pegava dinheiro escondido. Diz que a filha passava o fim de semana fora e ela ficava desesperada e, quando descobria onde a filha estava, ia buscá-la. A adolescente se relacionou com um rapaz que estava envolvido com drogas, segundo informações maternas (este relacionamento ocorreu antes do acolhimento).

A genitora contou que chegou uma hora que cansou e foi no conselho, disse que não queria mais a filha em casa, que podiam levá-la para o abrigo. A mãe relatou emocionada que pensou que era o melhor para a adolescente, que ela estaria protegida, mas ela deu trabalho lá também, fugiu e mexeu nas coisas de outra adolescente. A genitora disse que quis proteger a filha, não queria que ela tivesse o mesmo futuro que o dela, pois relatou que nunca teve oportunidade e nem apoio de ninguém, e acabou se envolvendo com o pai de Elisa que, segundo ela, “não prestava”. Contou que o pai da adolescente foi preso e atualmente está foragido, acrescentou que ele nunca ligou para os filhos.

Disse que sente falta da filha, mas tem medo que ela volte para casa e volte a fugir. Contou que em uma das visitas do fim de semana, a filha saiu na sexta-feira, sem avisar, e só voltou no sábado. A mãe a levou novamente para o abrigo. *“Nós brigamos muito por que nós duas somos nervosas e ela não aceita ouvir, espero que um dia ela entenda que tudo isso é para o bem dela”.*

A genitora ponderou que ela e Elisa têm o mesmo “gênio” e por isso brigavam tanto, porém ela pontuou que não sabe agir de outra forma e reconheceu que sente dificuldades em lidar com os comportamentos “rebeldes” da filha. Por isso recorreu ao Conselho Tutelar para ajudá-la nesta questão. Relatou que começaria o

acompanhamento psicoterápico para trabalhar suas dificuldades em relação à filha.

No Quadro 15 se faz uma descrição do sistema familiar da adolescente. Nota-se que, com exceção do padrasto, todos os componentes de antes do acolhimento permanecem no sistema familiar após o desacolhimento. Portanto, a adolescente continuou inserida em sua família natural.

Quadro 15 - Composição familiar da adolescente.

Com quem morava antes do acolhimento			
Parentesco	Idade	Estado Civil	Profissão
Mãe	34 anos	Casada	Gari
Padrasto	32 anos	Casado	Aj. Geral
Irmão	17 anos	Solteiro	Estudante
Irmã	13 anos	Solteira	Estudante
Irmão	12 anos	Solteira	Estudante
Com quem foi morar após o desacolhimento			
Mãe	34 anos	Casada	Gari
Irmão	17 anos	Solteiro	Estudante
Irmã	13 anos	Solteira	Estudante
Irmão	12 anos	Solteiro	Estudante

A genitora de Elisa relatou que se relacionou com o pai da adolescente por muitos anos e com ele teve seus quatro filhos. Está casada novamente há três anos, porém após o acolhimento da filha o casal se separou.

Ao discorrer sobre o motivo para o acolhimento, tanto a adolescente quanto sua genitora demonstraram clareza e consciência acerca da medida de proteção. Segundo a adolescente o motivo que a levou para o abrigo foi:

“Vim pro abrigo por causa de briga entre eu e minha mãe, aí toda hora ela colocava o conselho no meio, eu saí de casa algumas vezes, ela não gostou, colocava o conselho no meio e eu vim parar aqui por que ela falou que não queria mais eu, daí eu vim pra cá” (adolescente).

Para a mãe da adolescente o acolhimento foi um pedido de socorro, a última opção para ajudá-la com a filha.

“A Elisa fugiu várias vezes de casa, começou de uns tempos pra cá, saía e não avisa e passa fim de semana fora e eu tinha que sair igual louca atrás dela. Pra piorar fiquei sabendo que estava de rolo com um rapaz que tem envolvimento com drogas, aí fiquei apavorada. Um dia eu cansei e fui no conselho tutelar e falei que não queria mais ela por que não sabia mais o que fazer, a polícia já me conhecia e sabia do problema. Aí levaram ela pro abrigo. Fiz isso no desespero, achei que o abrigo fosse bom pra ela pra pensar um pouco e aprender alguma coisa, eu já não sabia mais o que fazer com ela” (mãe).

Segundo a psicóloga do abrigo o motivo do acolhimento foi a dificuldade de relacionamento entre a mãe e a adolescente.

“Ela e a mãe tem uma relação muito conflituosa. Por que assim a mãe não tem muita paciência e a Elisa, quando algo não vai bem, ela tenta fugir daquele contexto, então fugia de casa, já foi pra casa de uma amiga, daí aquele contexto também não estava bom e ela foi pra casa do namorado, que ela estava se envolvendo com um moço que é usuário de droga, tem passagem pela polícia e é de uma família bem complicada e a mãe não concorda” (psicóloga do abrigo).

Acerca das reações e sentimentos suscitados pelo acolhimento a adolescente contou como vivenciou os primeiros dias no abrigo:

“No começo eu achei que, pelo que os outros falava, que era mil maravilha, que podia fazer o que quer, mas aí tem as regras, mas por um lado eu prefiro ficar aqui do que lá em casa, por que pelo menos não tem briga, aquele ambiente pesado, é muito ruim lá” (adolescente).

Em relação aos seus medos e expectativas para o futuro, Elisa relatou que não gostaria de ficar muito tempo no abrigo e de brigar com a mãe. Seu desejo é que a relação das duas melhorasse para que ela voltasse para casa logo.

“Tenho medo de ficar muito tempo no abrigo, de não conseguir um trabalho e de voltar para casa e as brigas continuarem por que era um inferno. Pro futuro eu quero fazer uma faculdade, acho que de Direito, casar e ter um filho, um só por que filho dá muito trabalho” (adolescente).

A mãe expressou sentimentos opostos acerca do acolhimento da filha, pois para ela o abrigo seria uma medida para proteger a adolescente.

“Numa parte foi bom ela ter ido pro abrigo, por que eu queria proteger ela e eu acho que lá ela tá protegida. Eu não quero que ela repita a minha história e ela tava indo pro mesmo caminho. Por outro lado sinto falta, é um pedaço meu que está longe” (mãe).

Na instituição a adolescente não falava muito sobre seus sentimentos acerca do acolhimento. Segundo a psicóloga:

“Olha, ela não fala muito, por que assim, a Elisa vinha apresentando muitos comportamentos atípicos, já houve furto, envolvimento com drogas lá fora, quando saía, quando alguém tenta orientá-la, chamar a atenção, ela percebe assim que ela precisa mudar algumas coisas, ela é muito impulsiva, também acaba fazendo algumas coisas sem pensar” (psicóloga do abrigo).

Em relação à adaptação no abrigo Elisa expressou:

“Acho que é melhor ficar aqui do que em casa, mas eu queria muito ir embora, mas só que ir embora pra ficar só com brigas, não sei onde é pior, se é aqui ou lá, o menos ruim não dá pra decidir” (adolescente).

Percebe-se uma ambivalência nos sentimentos não só da mãe como da adolescente, pois uma hora o abrigo é bom e em outra não. A dificuldade no relacionamento de mãe e filha parece contribuir com a visão de suporte que o abrigo

teria.

Mesmo sendo a causadora do acolhimento da filha, a genitora sempre realizou as visitas regularmente. A adolescente recebia as visitas semanais da mãe:

“Eu fazia as visitas toda semana, desde a primeira semana que ela foi pra lá, ficava uma hora lá, agora desde dezembro ela vem pra casa na sexta e fica até domingo” (mãe).

Quanto às mudanças ocorridas na família, a genitora contou que o abrigo trouxe algumas mudanças, mas ela espera que toda essa situação tenha valido a pena, principalmente se a adolescente mudar suas atitudes.

“Mudou um pouco, eu e meu marido estamos separados, por causa do comportamento dela, e ela longe sinto falta e os irmãos também sentem. Eu espero que ela mude por que lá no abrigo vão dar conselho, ajudar ela, eu espero que ela volte melhor” (mãe).

A reintegração familiar de Elisa se deu em três etapas, primeiramente ocorreram as visitas da mãe para a adolescente no abrigo, posteriormente a adolescente começou a passar os finais de semana na casa materna e, após dois meses foi concedida autorização judicial para que a adolescente passasse a conviver com a família. Esse tempo com a família é chamado de tempo de convivência, é acompanhado pelo abrigo e pelo CREAS que verificam a adaptação à reintegração familiar e colaboram na solução de eventuais problemas. O objetivo é que tanto a adolescente quanto a família estejam bem e preparadas para o desacolhimento institucional e o retorno ao convívio familiar definitivo. O desacolhimento de Elisa ocorreu em julho de 2016.

Nos aspectos afetivos a adolescente também demonstrou sua ambivalência, ora dizia que gostava, ora que não. O Quadro 16 ilustra como a adolescente montou seu tapete:

Quadro 16 - Pessoas significativas para a adolescente em cada contexto

Contexto Nível de Afeto	Família	SAI- Abrigo	Escola*	Amigos
Amo	Mãe Pai Irmãos	Criança T (acolhida)	Ninguém	Amigo A Amigo B Amigo C (não tem mais contato)
Gosto	Padrasto Pais do padrasto	Aux. de Educadora A Adolescente Yanca Adolescente Evelyn	Profº. de História Profº. de Filosofia Prof.º de Química Inspetora A	Amigo D Amigo E Amigo F (não tem mais contato)
Não Gosto	Ninguém	Ninguém	Diretora	Amiga G

*Referente à escola em que estudou antes do acolhimento.

A adolescente ficou muito indecisa nos contextos onde não colocou ninguém

nos níveis de afeto, ela pensava em alguém e em seguida desistia, por fim seu tapete foi montado como exposto no Quadro 16.

No contexto familiar Elisa incluiu o pai no nível (amo), porém diz que não conviveu com ele, apenas teve breves contatos quando ainda era criança, pois desde seu nascimento o genitor esteve recluso (relatou lembranças de quando visitava o pai na penitenciária) e, há aproximadamente dois anos, se encontra foragido. A adolescente foi criada pela mãe, é compreensível, portanto, que os conflitos se polarizem entre as duas, enquanto o pai surge em seu ideal, como a figura que poderia lhe tirar desse ambiente familiar caótico. A adolescente relatou várias vezes que gostaria de conviver com o pai e acredita que se ele estivesse por perto não teriam tantas brigas. Moreira e Tonelli (2013) pontuam que em nossa sociedade atual há a figura do pai participativo, que cuida e está presente e a do pai tradicional, ausente dos cuidados. A questão do cuidado divide esses pais, e no caso de Elisa o que marca sua figura paterna é justamente a ausência de cuidados do genitor em relação a ela e a visão sonhadora de que seria melhor ser cuidada pelo pai do que tem sido pela mãe. Cúnico e Arpini (2014), em uma pesquisa sobre a ausência paterna, discutem os vários motivos para a falta do pai e destacam que a ausência física nem sempre pode acarretar a distância afetiva. Assim aconteceu com Elisa, pois mesmo distante fisicamente do pai ainda nutre amor por ele, seu vínculo com o genitor é alimentado pelas lembranças de quando a adolescente teve (embora muito raro) contato com o pai.

Ressalta-se que mesmo tendo sido a mãe a pessoa que provocou o acolhimento, há um forte vínculo afetivo entre elas, pois a mãe não abandonou a filha durante o cumprimento da medida protetiva e Elisa a alocou no nível de afeto mais positivo (amo). Isto mostra que o comportamento de apego adquirido na infância pela adolescente, em relação à mãe, continua presente, pois mesmo com divergências e conflitos o vínculo estabelecido entre elas não se desfez.

Já na instituição de acolhimento a adolescente expandiu seus vínculos afetivos tanto com outras crianças e adolescentes acolhidos como com os funcionários.

“A Elisa aqui no abrigo é mais apegada a S, a Yanca e ao T.(criança abrigada), eles estão sempre juntos, brincando, às vezes ela e a Yanca se estranham, mas é normal de adolescente, depois já estão juntas de novo conversando pra lá e pra cá” (psicóloga do abrigo).

O contexto escola e amigos se referiram à escola em que a adolescente

estudou antes do acolhimento. Segundo a coordenadora pedagógica dessa escola a jovem:

“Ela não tinha muitos amigos e na sala de aula não gostava que os professores chamassem a atenção, quando isso acontecia, ela respondia” (coordenadora pedagógica).

A professora coordenadora pontuou que Elisa sempre estava envolvida com pequenas brigas na escola, geralmente por causa de namorado. Devido a isto ela não tinha muitas amigas, era uma adolescente mais introspectiva, ou era vista com algum namorado ou sozinha.

No Quadro 17 apresentam-se as notas da adolescente para ilustrar seu rendimento escolar antes do acolhimento. Elisa foi transferida de escola no 4º bimestre quando foi para o abrigo.

Quadro 17 - Notas da adolescente no ano letivo de 2015.

Disciplinas	1º	2º	3º	4º
	Bimestre	Bimestre	Bimestre	Bimestre*
	Notas	Notas	Notas	Notas
Arte	10	10	7	8
Ed. Física	8	6	5	9
Geografia	6	5	6	7
História	10	4	5	9
Inglês	5	7	6	8
Ling. Port.	7	3	4	8
Matemática	9	7	6	8
Biologia	10	10	5	8
Filosofia	5	8	6	10
Física	7	5	6	5
Química	9	5	5	9

* As notas do quarto bimestre são referentes à escola em que a adolescente se mudou após o acolhimento.

Analisando as notas é possível perceber que no 3º bimestre do ano letivo o rendimento da adolescente decaiu coincidentemente, nesta época aumentaram os problemas com a mãe e na escola os problemas de comportamento de Elisa se iniciaram. De acordo com a professora-coordenadora a adolescente se envolveu em várias brigas nesse período.

“Ela se envolveu em muitas brigas aqui, mas eram coisas que aconteciam lá fora e eles tiravam satisfação aqui. Ela dava em cima dos namorados e as meninas iam tirar satisfação” (professora coordenadora).

Em relação ao desempenho escolar da adolescente, a professora relatou que ela não apresentava dificuldades, o grande problema de Elisa era seu comportamento. Isso pode ser verificado pelas notas da adolescente, que em geral, são acima da média (a média na rede estadual de ensino é a nota 5). A profissional também acrescentou que a mãe sempre comparecia na escola quando era requisitada.

Análise segundo o modelo bioecológico do desenvolvimento humano:

NÚCLEO PESSOA: a adolescente tem 15 anos e cursa o 1º ano do ensino médio. É a segunda filha de quatro irmãos. Foi criada pela mãe, pois seu pai esteve recluso por muito tempo, devido a isto foi uma figura ausente na vida da filha. Aparenta tristeza quando fala do assunto, não sabe muito sobre sua história, principalmente fatos de quando era criança. Mostra-se ambivalente em relação a seus sentimentos. Diz que ama a mãe, mas às vezes não gosta dela, ama o pai, mas também tem raiva por tê-la abandonado. As questões familiares, como a ausência paterna e os conflitos com a mãe marcaram profundamente a vida emocional da adolescente, que apresenta uma carência afetiva imensa.

Aspectos positivos: a adolescente é uma pessoa inteligente que conseguiu se adaptar no abrigo e manteve sua capacidade crítica, pois consegue interpretar o momento em que vive de forma objetiva e reflexiva, trazendo os problemas e em seguida as soluções. Estes aspectos contribuíram para a manutenção do vínculo familiar e também para a construção de novas relações afetivas.

Aspectos negativos: segundo a adolescente ela é introspectiva e impulsiva. Essas características podem atrapalhar seus relacionamentos sociais e afetivos (como seu comportamento na escola, permeado por brigas com colegas e na família, com a própria genitora).

NÚCLEO PROCESSO: a transição ecológica família-abrigo possibilitou, para a adolescente, experiências novas, como a convivência em grupo com pessoas desconhecidas, que oportunizou novas relações sociais e afetivas para sua vida, e o apoio psicológico oferecido pelo abrigo.

NÚCLEO CONTEXTO:

a) Microsistema:

- **FAMÍLIA:** o relacionamento da adolescente com a mãe era permeado por

conflitos, o que desembocou em seu acolhimento. Com os irmãos a relação também não era saudável, havia muitas brigas e disputas, provavelmente pela atenção da genitora. A adolescente foi criada sem a figura paterna, pois o pai ficou um longo período recluso e há alguns anos encontra-se foragido. A mãe constituiu novo relacionamento, porém a relação de Evelyn com o padrasto também não era boa. Inclusive, segundo a genitora, o relacionamento dela terminou devido o comportamento da filha. O acolhimento da adolescente foi um pedido de socorro de sua mãe, entretanto, esta não abandonou a filha neste período, ao contrário, realizou as visitas regularmente, procurou acompanhamento psicológico para aprender a lidar e ser mais paciente com a filha, enfim, houve um movimento de mudança, tanto da mãe quanto da adolescente, que no abrigo era atendida pela psicóloga da instituição. Assim, as visitas familiares e a gradual aproximação familiar contribuíram para a manutenção dos vínculos afetivos já existentes, pois embora a relação entre mãe e filha fosse tumultuada era perceptível a existência de um grande afeto entre elas, os discursos demonstravam a presença deste aspecto afetivo.

Aspectos positivos: união, mesmo com os conflitos a mãe se manteve ao lado da filha, mantendo assim a vinculação afetiva.

Aspectos negativos: conflitos permeados por brigas que provocam sofrimento para toda a família.

- **ESCOLA:** no contexto escolar Elisa reproduzia seus conflitos familiares e seu comportamento desafiador, possivelmente esta atitude a distanciava dos profissionais da escola, pois era vista como uma aluna “problema”. Com os colegas também apresentava dificuldades, pois houve o envolvimento em várias brigas com colegas de sala, em geral, o motivo era banal, como discussões por causa de namorados. Logo, a escola em que estudou antes do acolhimento, não se caracterizou como um ambiente acolhedor, mas sim como um lugar também de conflitos.

Aspectos positivos: a adolescente apresenta boas notas, principalmente nas matérias dos professores com quem ela se identificava mais.

Aspectos negativos: a instituição escolar (em que estudou antes do acolhimento) não conseguiu acolher a adolescente em suas demandas, criando estigmas acerca da adolescente, pois era vista neste contexto como aluna-problema.

- **AMIGOS:** o grupo de amigos de Elisa se referia à escola em que ela estudou antes do acolhimento. Relatou que não tinha mais contato com nenhum deles. Sobre a qualidade das amizades, disse que eram amigos de baladas, para sair, mas que dificilmente compartilhava com eles seu sofrimento ou conflitos familiares.

Aspectos positivos: convívio social entre os pares.

Aspectos negativos: influência para comportamentos ruins e falta de apoio durante o acolhimento.

- **ABRIGO:** o serviço de acolhimento, em um primeiro momento, sanou uma questão familiar urgente, que eram as brigas e desavenças. Porém, neste contexto a adolescente também reproduziu alguns comportamentos que geraram conflitos, ela se desentendeu com outra adolescente acolhida e desrespeitou alguns funcionários da instituição. Esta atitude de Elisa ensejou dos profissionais do abrigo uma atenção especial a ela, no sentido de trabalhar algumas questões emergenciais. A adolescente foi a que ficou mais tempo acolhida, foram dez meses. Neste período o SAI favoreceu a construção de vínculos no ambiente do abrigo com trabalhos em grupos e atendimentos individuais. Elisa conseguiu se vincular a uma criança acolhida, a ponto de ajudar as educadoras nos cuidados e atenção com a criança. Suas relações afetivas foram expandidas com pessoas com as quais ela se identificou, ou pela idade similar ou pelo aspecto de maternagem do profissional, ou seja, as auxiliares de educação com quem ela se afeiçãoou a tratavam com mais carinho e atenção do que os demais profissionais do abrigo.

Aspectos positivos: proporcionar as visitas familiares semanalmente, a permanência da adolescente com a família nos finais de semana e o acompanhamento durante o estágio de convivência. Estas medidas de incentivo a convivência com a família natural, possivelmente contribuíram para a manutenção dos vínculos afetivos familiares. Já a convivência no abrigo de forma harmoniosa e os cuidados dispensados pelos funcionários à adolescente provavelmente facilitaram a construção de novos vínculos afetivos dentro da instituição.

Aspectos negativos: incompatibilidade entre o horário de visita do abrigo e o horário de aula dos irmãos, o que impossibilitou as visitas dos irmãos para a adolescente.

b) Mesosistema: Houve interação do abrigo com a família e a mãe sempre foi uma figura constante na escola da filha.

c) Exossistema: tanto a adolescente quanto sua mãe foram acompanhadas

pela rede de apoio municipal. Ambas fazem tratamento psicoterápico com o objetivo de melhorar o relacionamento entre elas.

d) Macrossistema: O acolhimento institucional de Elisa se deu por problemas de relacionamento entre ela e a mãe. A adolescente estava vulnerável fora de casa, devido às suas companhias. O ambiente familiar era conflituoso e poderia colocar a vida da adolescente em risco, por isso o acolhimento foi necessário para que a família pudesse ser ajudada e voltasse à convivência harmoniosa. Neste caso houve um envolvimento não só do CREAS, mas também do serviço de saúde do município, pois era fundamental que a adolescente e sua genitora fizessem um tratamento psicológico, o que foi concretizado através do trabalho de rede.

NÚCLEO TEMPO: a mudança na legislação com o ECA (BRASIL, 1990), PNAS (BRASIL, 2004), CONANDA (BRASIL, 2009a), que priorizaram a convivência familiar e a preservação e o fortalecimento dos vínculos afetivos familiares, possibilitaram um acolhimento mais próximo da família, onde aspectos que geraram a medida puderam ser trabalhados com vistas à reintegração familiar.

5.4 Reflexões sobre a manutenção e expansão dos vínculos afetivos de adolescentes acolhidas

Pode-se perceber que os casos são singulares e trazem questões muito particulares, porém alguns aspectos relacionados aos vínculos afetivos são comuns entre eles. Considerando a dificuldade em realizar uma análise global dos estudos, alguns fatores recorrentes serão destacados visando uma compreensão mais ampla do tema estudado. É importante compreender os aspectos vinculares comuns nos três estudos de casos, em relação ao ambiente e as figuras de apego:

No contexto familiar: a mãe foi a figura comum no nível (amo) das três adolescentes. Segundo Bowlby (2002), a mãe é a primeira figura de apego construída pela criança e esse vínculo tende a se manter durante toda a vida. Uma pesquisa realizada por Bortolini e Piccinini (2015) mostrou que as mães que tiveram boas relações com seus cuidadores conseguem desempenhar uma boa figura de apego aos seus filhos. Nos casos estudados fica evidente o comportamento de apego entre as adolescentes e suas genitoras. Provavelmente o padrão de apego estabelecido entre as adolescentes Yanca e Evelyn e suas mães foi o apego seguro,

pois ficou muito claro a necessidade que elas sentiram umas das outras e provavelmente possibilitou que as acolhidas pudessem estender seus vínculos para outros ambientes.

Camps-Ponts, Castillo-Garayoa e Cifre (2014) concluíram que adolescentes que tinham estabelecido o apego seguro com suas figuras de apego iniciais eram mais confiantes e apresentavam mais facilidade em estabelecer vínculos com pessoas de fora do círculo familiar. Como aponta Delgado (2011), as primeiras figuras de apego são basilares para o posterior comportamento de apego do adolescente com seus pares e com outras pessoas. Portanto, o comportamento de apego, principalmente o seguro, estabelecido entre as adolescentes e suas genitoras possibilitou a construção de novas relações afetivas em contextos mais amplos, como o abrigo e a escola, por exemplo.

Além disso, apesar da fase de turbulência da adolescência, o bom relacionamento entre mães e filhas, no caso da Yanca e da Evelyn, fortalece a hipótese de apego seguro, uma vez que há afeto, harmonia e compreensão entre elas.

No caso da Elisa, embora exista o vínculo afetivo entre mãe e filha, esse é bem mais conflituoso, indicando a possibilidade de um apego inseguro. A terapia que ambas estão fazendo pode ajudar a melhorar esse vínculo e fortalecê-lo, com ganho para ambas e para a família como um todo.

Quando indagadas sobre o futuro, as adolescentes responderam de forma unânime, que gostariam de trabalhar, casar e ter filhos. A independência financeira foi consenso entre elas e todas disseram que gostariam de ter uma vida melhor do que suas mães. Todas sonham com a estabilidade financeira e com a felicidade na vida amorosa.

É importante destacar que as três adolescentes, além de manterem os vínculos com as mães e os irmãos, foram capazes de expandir suas relações afetivas com funcionários e acolhidos, permitindo inferir que todas estabeleceram a figura de apego (a mãe), originada na infância, que possivelmente contribuiu para a expansão dos vínculos afetivos das adolescentes. Barros e Fiamenghi Júnior (2007), embasados em Bowlby (2002), frisam o caráter evolutivo e de sobrevivência do apego que mantém a capacidade dos indivíduos se relacionarem uns com os outros. No mesmo sentido, Mota e Matos (2008) ressaltam a importância das primeiras relações afetivas para a adolescência, período em que o jovem busca figuras de

apego seguro, que possam lhe proporcionar segurança e cuidado.

Os irmãos foram, para Yanca e Evelyn, suportes emocionais, auxiliando-as no período de acolhimento, embora não recebessem visitas, elas tinham notícias dos irmãos. Como destaca Almeida (2009) o vínculo afetivo entre os irmãos é saudável e necessário, pois é fonte de apoio, principalmente no período de acolhimento.

A presença familiar no período de acolhimento foi fundamental para a manutenção dos vínculos nos três casos, pois as visitas familiares iniciaram-se logo na primeira semana após o acolhimento. A família, de acordo com uma pesquisa realizada por Siqueira, Betts e Dell`Aglio (2006) com adolescentes institucionalizados, foi apontada como fonte de apoio e proteção para os acolhidos contribuindo assim, para o desenvolvimento emocional saudável dos adolescentes.

Em relação aos motivos para o acolhimento institucional, percebe-se que os três casos apresentam causas distintas para a medida, porém os três motivos vão ao encontro com os achados na literatura. A situação de risco é citada por Ferreira (2014) como um dos principais motivos para o acolhimento de crianças e adolescentes no Estado de Minas Gerais. Em uma pesquisa com crianças acolhidas, Melchiori e Lima (2012) identificaram o conflito familiar e o abuso sexual como motivos para o acolhimento. No entanto, ressalta-se uma vez mais que tudo deve ser feito para evitar que a criança e o adolescente sejam acolhidos (BRASIL, 1990).

Os contatos familiares feitos através das visitas ao abrigo e, posteriormente, a passagem aos finais de semana com a família foi fundamental para a reintegração familiar nos três casos estudados. A família constitui um microssistema presente e importante para as adolescentes, pois nele há pessoas significativas do ponto de vista social e afetivo. Portanto, a convivência familiar foi positiva para as adolescentes, corroborando com uma pesquisa realizada por Rosa et al. (2012) com oito adolescentes em processo de desacolhimento institucional, que constatou que a manutenção dos vínculos familiares contribuiu positivamente para o retorno ao convívio familiar.

No contexto do abrigo: a psicóloga foi indicada por duas adolescentes no nível (amo). Segundo as jovens, a profissional é compreensiva, escuta, dá conselho e é muito atenciosa. De acordo com Marques e Czermark (2008) um das funções do psicólogo no abrigo é possibilitar a emergência da subjetividade, é criar espaços para a construção de novos projetos de vida, de novas possibilidades e esse trabalho pressupõe que o psicólogo tenha a capacidade de ouvir e acolher o adolescente em

suas demandas. Possivelmente essa atitude por parte da psicóloga do abrigo possibilitou a construção do vínculo afetivo entre a profissional e as adolescentes.

A mesma auxiliar de educadora também foi citada pelas três adolescentes, o motivo é muito parecido com os da escolha da psicóloga. A monitora, como é chamada pelas adolescentes, foi escolhida por ser paciente, carinhosa e dar atenção a elas. Percebe-se uma maneira quase maternal no trato com as adolescentes, possivelmente esse fato contribuiu para a vinculação e o estabelecimento de comportamentos de apego por parte das jovens e auxiliar de educadora. Esses dados corroboram com os achados da pesquisa realizada por Furlan e Souza (2013) com funcionários de um abrigo que relataram a importância do afeto no contexto de acolhimento, devido à carência que os acolhidos sentem por causa da distância familiar. Os funcionários tentam suprir essa carência com atenção, cuidado e respeito, os profissionais destacam que a afetividade permeia o trabalho, porém não há intenção de substituir à família no papel de mãe, principalmente, a função do profissional é atuar como um apoio afetivo no período de acolhimento. De acordo com Prada, Williams e Weber (2007) o educador é responsável pelos cuidados gerais com o acolhido, desde a higiene e alimentação, acompanhamento das tarefas e rotinas escolares, até o afeto. Essas funções foram relatadas pela educadora entrevistada como fazendo parte de suas atribuições, esse contato direto, seria um dos motivos para a construção e manutenção do vínculo entre ela e as adolescentes.

Magalhães, Costa e Cavalcante (2011) realizaram uma pesquisa com educadoras de um abrigo para crianças de zero a seis anos e identificaram que as profissionais são figuras de referência para os acolhidos e que, comumente, despertam nas crianças sentimentos de carinho e uma busca constante por atenção. As educadoras da pesquisa citada atribuem esse comportamento ao fato dos acolhidos estarem distantes de suas famílias. Embora esse estudo se refira às adolescentes, esse movimento emocional também foi observado entre as jovens e as educadoras desse estudo. Percebe-se que as adolescentes compartilham, tanto com a educadora quanto com a psicóloga, os sofrimentos e a saudade pela distância familiar e paralelamente, as alegrias nos momentos das visitas. As profissionais fazem parte deste momento de forma intensa e ativa, o que provavelmente contribui para o fortalecimento do vínculo estabelecido entre elas. Situação semelhante foi observada por Forgearini e Arpini (2009) em um estudo com

cuidadoras de abrigos para crianças e adolescentes. As autoras constataram que as histórias dos acolhidos eram fator de sofrimento e preocupação para as cuidadoras, mostrando assim a participação integral das profissionais na vida dos acolhidos.

Ressalta-se que o SAI pesquisado contava com nove funcionários e uma média de 10 acolhidos na coleta de dados, isto mostra que a proporção entre profissional por acolhido era na proporção de quase 1:1, uma realidade muito singular, que provavelmente facilitou a construção de vínculos afetivos entre as adolescentes e os funcionários, pois os profissionais tinham uma demanda pequena que possibilitava uma atenção e um cuidado individualizado, qualitativamente muito melhor do que num contexto onde há um número grande de acolhidos para poucos profissionais.

Ainda no âmbito institucional, chama atenção o fato de as adolescentes terem construído um vínculo entre elas e as crianças acolhidas. Cada adolescente se vinculou a uma criança e a ela dispensava cuidados e atenção. Em um estudo acerca dos tipos de vínculos estabelecidos na situação de acolhimento, Alexandre e Vieira (2004) constataram que as meninas mais velhas apresentavam comportamento de cuidado e proteção em relação aos mais novos, mostrando que a vinculação afetiva no abrigo contempla não só os funcionários, mas também os abrigados.

Portanto, pode-se considerar o abrigo como um possível contexto para a construção de novos vínculos afetivos, confirmando o que apontam Rosseti-Ferreira, Serrano e Almeida (2011) em uma pesquisa que realizaram com crianças acolhidas. Coutinho e Sani (2010) também realizaram um estudo sobre acolhimento e identificaram que os vínculos construídos na instituição foram avaliados como positivos, suscitando sentimentos de esperança, respeito e elevação da autoestima.

Bronfenbrenner (2011) enfatizou que além das características físicas do ambiente, a relação afetiva que pode haver entre as pessoas contribui significativamente para o estabelecimento de processos proximais, portanto nos casos estudados pode-se perceber que o abrigo atuou como fator de proteção para as adolescentes, pois cumpriu com um dos seus papéis sociais atribuídos pela legislação (BRASIL, 1990; BRASIL, 2009a), de preservação e fortalecimento dos vínculos familiares, além de promover a expansão das relações afetivas, essencial para a saúde mental do adolescente no período de acolhimento.

No contexto escolar: O ambiente da escola também proporcionou para as

adolescentes a oportunidade de construir novos vínculos afetivos não só com colegas de sala, mas com os funcionários da instituição. A diretora escolar foi citada por duas adolescentes como uma figura importante nesse ambiente, além da coordenadora pedagógica e das inspetoras. Os professores também foram lembrados como pessoas queridas. No caso de uma adolescente a professora é lembrada com muito carinho, demonstrando a relação afetiva que pode ser construída nesse ambiente. Portanto, a escola proporcionando um ambiente acolhedor, de apoio e receptivo aos adolescentes, possivelmente facilitará a construção de novos vínculos afetivos e a sua posterior manutenção.

É importante frisar que os motivos para o acolhimento institucional foram vivenciados também no âmbito escolar, mostrando que os contextos ecológicos (Bronfenbrenner, 1996) estão interligados (mesossistema), influenciando e sofrendo as influências das experiências do indivíduo. No caso de Evelyn, a escola a ajudou quando soube do abuso, foi a escola quem fez a denúncia ao conselho. A adolescente também teve o apoio da vice-diretora escolar para contar sobre o ocorrido para a genitora.

Grupo de amigos: os amigos com quem as adolescentes mantêm vínculos são do contexto escolar, Yanca ainda estuda na mesma escola para onde foi matriculada depois do acolhimento, e por isso o contato é presencial, as outras duas se mudaram de escola e devido a isso, uma mantém contato por meios eletrônicos e a outra relata que não mantém mais contato, mas ainda gosta muito deles. Assim, o vínculo perpassa o contato e se mantém pelo sentimento que foi construído e pelas lembranças guardadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo geral investigar se os vínculos afetivos do adolescente acolhido são mantidos e/ou expandidos. Ao final do estudo foi possível concluir que esse objetivo foi alcançado. Foram identificados os contextos de desenvolvimento que permeiam a vida do adolescente acolhido e delinear-se os fatores que contribuem para a manutenção e/ou construção dos vínculos afetivos.

As três adolescentes acolhidas mantiveram preservadas suas capacidades de vinculação, fato que pode ser observado através da coleta de dados com a técnica do modelo esquemático do tapete. A aplicação deste instrumento despertou diversos sentimentos nas adolescentes, lembranças e histórias que foram contadas com risos ou lágrimas. Ao final, o agradecimento pela escuta, elas saíam felizes por que tiveram a oportunidade de simplesmente serem ouvidas. Manifestaram o desejo em ler este trabalho, em verificar o que um terceiro dizia sobre elas. Foi uma grande satisfação poder construir um vínculo de respeito e admiração a essas adolescentes tão disponíveis emocionalmente e tão cheias de sonhos!

Este trabalho foi realizado em um serviço de acolhimento institucional, na modalidade de abrigo, de pequeno porte. Esta condição traz implicações e singularidades.

O primeiro ponto a ser destacado é a condição que este abrigo oferece para a construção de vínculos, pois o número de funcionários e o número de acolhidos, em geral, foram muito próximos, o que possibilitou um atendimento mais individualizado, facilitando a construção de novos vínculos afetivos entre os funcionários e os acolhidos.

Como eram poucas as crianças e os adolescentes acolhidos, a convivência se tornou mais próxima, assim as pessoas conseguiam se identificar com uma ou outra e amizades foram construídas e, conseqüentemente, os vínculos puderam ser expandidos.

Deve-se ressaltar que este estudo não representa a maioria dos SAI no Brasil, em geral as situações são bem piores, com abrigos lotados e poucos funcionários, logo, a construção de vínculos possivelmente fica prejudicada.

Outra questão de destaque se refere aos motivos para o acolhimento. Dois deles poderiam ter sido evitados, pois havia convivência e vínculos com a família

natural e também com a extensa. Na maioria dos casos de acolhimento é o Conselho Tutelar quem faz a retirada do adolescente da família e leva para o abrigo, posteriormente é feita a comunicação para os órgãos judiciais. Nesse caso alerta-se para a necessidade de um trabalho de formação e capacitação com os Conselhos Tutelares no sentido de cumprirem o que diz o ECA, isto é, de que o acolhimento ocorra apenas nos casos em que há necessidade da retirada da criança e/ou adolescente da família natural, e ainda assim, caso a família extensa não possa assumi-los temporariamente.

Os motivos para o acolhimento são amplos e alguns fatores englobam várias situações, como a negligência e a situação de risco, por exemplo. Deixar um adolescente conviver com usuários de drogas é negligência? Coloca sua vida em risco? O Estado deve intervir para protegê-lo?

Como visto exaustivamente neste trabalho, o acolhimento é uma medida protetiva que deve preservar e fortalecer os vínculos familiares. Afinal, o objetivo é a reintegração familiar ou, na sua impossibilidade, a colocação em família substituta.

Portanto, enquanto o adolescente está no SAI ele deve manter, sempre que possível, os vínculos já estabelecidos. Por outro lado, a rede de atendimento municipal, junto com os profissionais do SAI devem trabalhar com a família, principalmente os motivos que ensejaram o acolhimento. É necessário um trabalho conjunto, com o adolescente e sua família. Inclusive um período de acompanhamento após o desacolhimento.

Há várias ações previstas com o objetivo de reorganizar as famílias dos acolhidos, como as visitas domiciliares, o acompanhamento social, o plano individual de acolhimento, a inserção em programas oficiais ou comunitários de auxílio ou proteção à família, mas para que essas ações se concretizem com a família do acolhido é fundamental que ela seja protagonista destas ações. A família deve entender os motivos para as medidas, deve ser informada sobre os procedimentos e as consequências do processo. Quando ela entende e se apropria das informações, esse conhecimento se torna parte dela e então faz sentido para sua vida. Do contrário ela só receberá indicações e agirá como um robô. Esta atitude é ruim, pois traz grandes riscos de ser ineficaz.

É importante lembrar que o adolescente acolhido não deve ficar isolado, ele tem que manter sua vida social ativa, frequentando a escola, mantendo o contato com os amigos, além da família natural e extensa. Estes microssistemas constituem

contextos de desenvolvimento e devem ser explorados pelo adolescente.

Esta pesquisa procurou mostrar como cada contexto pode contribuir para as questões vinculares do adolescente acolhido. A família fortalece os vínculos com as visitas semanais, com o apoio emocional e com as mudanças realizadas para a recepção do adolescente no período de convivência. Deve-se considerar sempre, as dificuldades e limitações que fazem parte deste processo.

A escola contribui quando mantém uma postura acolhedora, quando os profissionais conseguem perceber a situação peculiar daquele adolescente que está acolhido e se apresenta como um ambiente de suporte e de apoio. Para tanto, é fundamental que os profissionais da escola possam ser capacitados para trabalhar com esta questão, considerando que a escola é uma instituição em potencial para realizar denúncias ao CT, visto o trabalho diário e complexo com crianças e adolescentes.

O grupo de amigos é fundamental nesta fase da vida, pois implica identificação, companheirismo e compartilhamento. Infelizmente a presença dos amigos na vida dos adolescentes acolhidos é apenas no âmbito escolar. Eles não fazem visitas no abrigo e não mantém contatos por cartas ou outros meios. Às vezes os próprios familiares levam notícias dos amigos para os adolescentes no abrigo.

As medidas empreendidas pelo SAI para a manutenção dos vínculos familiares giram em torno do incentivo a convivência familiar, através das visitas, das passagens de final de semana do adolescente na casa da família e no tempo de convivência. Esta reaproximação engloba tanto a família natural como a extensa.

Compreender como cada contexto de desenvolvimento favorece as relações afetivas do adolescente acolhido nos ajuda a traçar ações concretas e efetivas de trabalho com esta população.

Este trabalho não teve o intuito de esgotar o tema, nem tampouco tratar de toda a demanda deste campo de atuação, pois foram elencados alguns pontos deste universo para a pesquisa. Escolheu-se uma fase do desenvolvimento humano: a adolescência; foi pesquisado um tipo específico do serviço de acolhimento institucional: o abrigo e por fim, destacou-se um aspecto do campo psicológico, o vínculo afetivo. Portanto, dentro do campo tão fértil de pesquisa, que é o acolhimento institucional, esta pesquisa restringiu-se a estes fatores, que com certeza não esgotam a temática, mas apontam para um horizonte com inúmeras possibilidades, desafios e descobertas.

REFERÊNCIAS

- ABAID, J.L.W.; DELL'AGLIO, D.D. Exposição a fatores de risco de adolescentes em acolhimento institucional no sul do Brasil. **Interação Psicol.**, Curitiba, v. 18, n. 1, p.47-57, 2014.
- AINSWORTH, M.S. Attachments beyond the infancy. **Am. Psychol.** Washington, v.44, n. 4, p.709-716, 1989.
- AINSWORTH, M. S. et al. **Patterns of attachment: a psychological study of the strange situation.** Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1978.
- ALEXANDRE, D.T.; VIEIRA, M.L. Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. **Psicologia em Estudo**, v.9, n.2, p.207-217, 2004.
- ALLEN, J.P.; TAN, J.S. The multiple facets of attachment in adolescence. In: CASSIB, J.; SHAVER, P.H. **Handbook of attachment: theory, research, and clinical applications.** 3ª ed. New York: Guilford, 2016, p.399-365.
- ALMEIDA, I.G. de. **Rede social e relacionamento entre irmãos: a perspectiva da criança em acolhimento institucional.** 2009. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/ USP, Ribeirão Preto, 2009.
- ALMEIDA, I.G. de. **Processo de recepção e acolhida da criança em instituições de acolhimento: proteção e/ou (re)vitimização.** 2014. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/ USP, Ribeirão Preto, 2014.
- ALMEIDA, I.G.de.; MAEHARA, N.P.; ROSSETI-FERREIRA, M.C. A perspectiva da criança em acolhimento institucional sobre sua rede social: a importância do relacionamento entre irmãos. In: M. C. ROSSETI-FERREIRA.; S. A. SERRANO.; I. G. de. ALMEIDA (Orgs.). **O acolhimento institucional na perspectiva da criança.** São Paulo: Hucitec, 2011. p.119-172.
- ALVES, C.F.; DELL'AGLIO, D.D. Apoio social e comportamentos de risco na adolescência. **Psico**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, pp. 165-175, abr.-jun. 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico>. Acesso em 06 de jun de 2016.
- AMMANITI, M.; SPERANZA, A.M.; FEDELE, S. Attachment in infancy and in early and late childhood. In: KERNS, K.A.; RICHARDSON, R.A. **Attachment in middle childhood.** New York: The guilford press, 2005.
- AMPARO, D.M.do.; et al. Adolescentes e jovens em risco psicossocial: redes de apoio social e fatores pessoais de proteção. **Estudos de Psicologia**, v.13, n.2, p.165-174, 2008.
- ARPINI, D.M.; QUINTANA, A.M. Família e instituições de abrigo: reconstruindo relações. In: ARPINI, D.M. (org). **Psicologia, família e instituição.** Santa Maria: Ed.

da UFSM, p.09-28, 2009.

ÂZOR, A.M.G.C.C.V.; VECTORE, C. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.25, n.1, p.77-89, 2008.

BARBOSA, A.J.G.; et al. Agressividade na infância e contextos de desenvolvimento: família e escola. **Psico**, v. 42, n.2, p.228-235, 2011.

BARROS, R.de C.; FIAMENGI JUNIOR, G.A. Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.12, n.5, p.1267-1276, 2007.

BARROS, N.S.; NAIFF, L.A.M. Capacitação para educadores de abrigo de crianças e adolescentes: identificando representações sociais. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.240-259, 2015.

BECKER, M.J. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S.M (org). **Família brasileira**, a base de tudo. 10 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2011, p.60-92.

BELFORT, P.B.; et al. Representações sociais de família no contexto do acolhimento institucional. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 17, n.3, p.42-51, 2015.

BENETTI, I.C.; GRISARD,E.; FIGUEIREDO, O. Redes de apoio: Estado, família e escola como contextos promotores de aprendizagem e desenvolvimento. **Roteiro**, Joaçaba, v.39, n. 1, p.241-260, 2014.

BIASOLI-ALVES, Z. M. A pesquisa psicológica – análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. In: ROMANELLI, G.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (org). **Diálogos Metodológicos sobre Prática de Pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998, p.135-157.

BORTOLINI, M.; PICCININI, C.A. Transmissão intergeracional do apego seguro: evidências a partir de dois casos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 2, p.247-259, 2015.

BOSMANS, G.; KERNS, K.A. Attachment in middle childhood: progress and prospects. In: BOSMANS,G.; KERNS, K.A. (orgs). **Attachment in middle childhood**: theoretical advances and new directions in an emerging field. San Francisco: Jossey-Bass: 2015, p.1-14.

BOTELHO, A.P.; MORAES, A.C.M.B.; LEITE, L.C. Violências e riscos psicossociais: narrativas de adolescentes abrigados em Unidades de Acolhimento do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n.1, p.7-16, 2015.

BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Apego e perda**: apego, v.1. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 15 de junho de 2015.

_____. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em 16 de junho de 2015.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF, 2004.

_____. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília, DF, 2006.

_____. CONANDA. Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente e CNAS. Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas**: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, DF, 2009a.

_____. **Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso em 05 de maio de 2016.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Trad. André de Carvalho-Barreto; revisão técnica: Sílvia. H.Koller. Porto Alegre: Artmed, 2011.

_____. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRUMARIU, L.E.; KERNS, K.A. Parent-child attachment in early na middle childhood. In: SMITH, P.K.; HART, G.H. **Handbook of childhood social development**. 2ª ed: Wiley-Blackwell, 2011, p.319-336.

BUFFA, C. G.; TEIXEIRA, S.C.de P. Crianças que estão em abrigos e a escola: o universo das corujinhas. In: M. C. ROSSETI-FERREIRA.; S. A. SERRANO.; I. G. ALMEIDA (Orgs.). **O acolhimento institucional na perspectiva da criança**. São Paulo: Hucitec, 2011. p.173-198.

CAMPS-PONS, S.; CASTILLO-GARAYOA, J.A.; CIFRE, I. Apego y psicopatología en adolescentes y jóvenes que han sufrido maltrato: implicaciones clínicas. **Clínica y**

Salud, v. 25, p.67-74, 2014.

CASSOL, L.; DE ANTONI, C. Família e abrigo como rede de apoio social e afetiva. In: DELL'AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H.; YUNES, M. A. M. (Orgs.). **Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p.173-2006.

CAVALCANTE, L.I.C.; COSTA, D.L.C. Comportamento de cuidado entre crianças institucionalizadas: aspectos conceituais e estudos empíricos. In: MAGALHÃES, C.M.C.; et al. **Contextos ecológicos do desenvolvimento humano**. Belém: Paka Tatu, 2011, p.69-91.

CAVALCANTE, L.I.L.; MAGALHÃES, C.M.C. Relações de apego no contexto da institucionalização na infância e da adoção tardia. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 30, n. 68, p.75-85, 2012.

CAVALCANTE, L.I.C.; SILVA, S.S .da. C.; MAGALHÃES, C.M.C. Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. X, N. 4, p.1147-117, 2010.

COSTA, N.R.A.; ROSSETI-FERREIRA, M.C. Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 22, n.1, p.111-118, 2009.

COUTINHO, M.J.; SANI, A.I. Casa Abrigo: a solução ou o problema? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26 n. 4, p.633-641, 2010.

CÚNICO, S.D.; ARPINI, D.M. Não basta gerar, tem que participar? um estudo sobre a ausência paterna. **Psicologia: ciência e profissão**, v.34, n.1, p. 226-241, 2014.

DALBEM, J.X.; DELL'AGLIO, D.D. Apego em adolescentes institucionalizadas: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 39, n. 1, p.33-40, 2008.

DELGADO, A.O. Apego en la adolescencia. **Acción psicológica**, v. 8, n. 2, p. 55-65, julio, 2011.

DESSEN, M.A. Questionário de caracterização do sistema familiar. In: WEBER, L.N. D.; DESSEN, M.A (Orgs). **Pesquisando a família: instrumentos para coleta e análise de dados**. Curitiba: Juruá, 2009, p.102-114.

DESSEN, M.A.; BRAZ, M. P. A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. In: DESSEN, M.A.; COSTA JR, A.L. (orgs). **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 113-131.

DESSEN, M.A.; POLONIA. A família e a escolar como contextos de desenvolvimento humano. **Paideia**, v.17, n.36, 2007, p.21-32.

DINIZ, E.; KOLLER,S.H. O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico.

Educar, Curitiba, n.36, p.65-76, 2010.

DUNN, J.; DEATER-DECKARD, K. **Children's views of their changing families**. Layerthorpe, Inglaterra: Joseph Rowntree Foundation, 2001.

FALEIROS, V. de P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F (orgs). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011, p.33-96.

FÁVERO, E. T.; VITALE, M.A.F.; BAPTISTA, M.V. (orgs). **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam**. São Paulo: Paulus, 2008.

FERNANDES, A.O.; OLIVEIRA-MONTEIRO, N.R. Psychological Indicators and Perceptions of Adolescents in Residential Care. **Paidéia**, v. 26, n.63, p.81-89, 2016.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S.M. A importância da família. In: KALOUSTIAN, S.M (org). **Família brasileira, a base de tudo**. 10 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2011, p.11-15.

FERREIRA, A.B.de. H. **Mini Aurélio: o dicionário da Língua Portuguesa**. 8ª.ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, F.P.M. Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 117, p.142-168, 2014.

FIGUEIREDO, N. da. S. A judicialização dos conflitos nas instituições de acolhimento institucional: breve reflexão Sobre as audiências concentradas. **[Syn]thesis**, Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v.7, n. 1, p.27-39, 2014.

FORGEARINI, B.C.; ARPINI, D.M. "Eu me doo para eles": a vivência de cuidadoras de abrigos para crianças e adolescentes em relação a seu trabalho. In: In: ARPINI, D.M. (org). **Psicologia, família e instituição**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2009, p.129-176.

FREIRIA, L.B.F.; CALDANA, R.H.L. Crianças e seu cuidado no acolhimento institucional: da infância das educadoras às práticas adotadas. In: M. C. ROSSETI-FERREIRA.; S. A. SERRANO.; I. G. ALMEIDA (Orgs.). **O acolhimento institucional na perspectiva da criança**. São Paulo: Hucitec, 2011. p.310-361.

FURLAN, V.; SOUZA, T.R. de P. Exclusão/Inclusão social: políticas públicas de acolhimento institucional dirigidas à infância e juventude. **Diálogo**, Canoas, n. 23, p.35-48, 2013.

GABATZ, R.I.B. et al. Fatores relacionados à institucionalização: perspectivas de crianças vítimas de violência intrafamiliar. **Rev Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 31, n.4, p.670-677, 2010.

GALLO, C.M.C.L.; et al. A teoria do apego e a formação e rompimento de vínculos:

perspectivas teóricas sobre os efeitos do abrigo em crianças e adolescentes. In: FRANCO, A.A de P.; MELÃO, M.J.R. (orgs). **Diálogos interdisciplinares: a psicologia e o serviço social nas práticas judiciais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p.117-146.

GARCIA, A.; DETTOGNI, F. G. Amizade e focos de atividade no ensino médio. *Interpersona: An International Journal on Personal Relationships*, v. 4, n. 2, p.291-317, dec. 2010. ISSN 1981-6472. Disponível em: <<http://interpersona.psychopen.eu/article/view/53>>. Acesso em: 30 jan. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5964/ijpr.v4i2.53>.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GOLDBERG, S. Attachment and childhood behavior problems in normal, at-risk, and clinical samples. In AT KINSON, L.; ZUCKER, K.J. (Eds). **Attachment and Psychopathology**. New York: Guilford Press, 1997, p.171-195.

GOLIN, G.; BENETTI, S. P. da. C. Acolhimento precoce e vínculo na institucionalização. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 3, p.241-248, 2013.

GOMES, A. de A.; MELCHIORI, L.E. **A teoria do apego no contexto da produção científica contemporânea**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GONTIJO, D. T. et al. Fatores Relacionados à Institucionalização de crianças e adolescentes acolhidos na comarca de Uberaba/MG. **Rev Bras Promoç Saúde**, Fortaleza, v. 25, n.2, p.139-150, 2012.

GONZALEZ, A.C.; ABAID, J.L.W.; DELL'AGLIO, D.D. Adolescência, acolhimento institucional e convivência familiar: um retrato sobre a garantia de direitos. In: MAGALHÃES, C.M.C.; et al. **Contextos ecológicos do desenvolvimento humano**. Belém: Paka-Tatu, 2011.

GUARÁ, I.M.F.R. Abrigo-comunidade de acolhida e socioeducação. In: BAPTISTA, M.V. (coord). **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. p.59-68. (Coletânea abrigar; 1).

HILDEBRAND, N.A. et al. Violência doméstica e risco para problemas de saúde mental em crianças e adolescentes. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 28, n. 2, p.213-221, 2015.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNELLI, A.M.; ASSIS, S.G.; PINTO, L.W. Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. **Ciência e Saúde Coletiva**, n.20, p.39-48, 2015.

IZAR, J.G. **A práxis pedagógica em abrigos**. 2011. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

JAUCZURA, R. Abrigo para crianças e adolescentes como medida de proteção: uma

controvérsia. **Rev. Pol. Públ. São Luis**, v. 12, n. 1, p.99-106, 2008.

JORDÃO, A.B.; RAMIRES, V.R.R. Vínculos afetivos de adolescentes borderline e seus pais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 26 n. 1, p.89-98, 2010.

KERNS, K.A.; BRUMARIU, L.E. Attachment in middle childhood. In: CASSIB, J.; SHAVER, P.H. **Handbook of attachment: theory, research, and clinical applications**. 3ª ed. New York: Guilford, 2016, p.349-365.

LAUZ, G.V. M.; BORGES J. L. Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. **Psicologia: ciência e profissão**, v.33, n.4, p.852-867, 2013.

LIMA, L.V.T.; AFONSO, M.L.M. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: gestão para proteção integral e defesa de cidadania. **Revista Tecer**, Belo Horizonte, v. 9, n, 16, 2016.

LOPES, M.D.C.; ARPINI, D.M. Retratos da infância: um olhar voltado às instituições de abrigo. In: ARPINI, D.M. (org). **Psicologia, família e instituição**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2009, p.89-128.

LUVIZARO, N.A.; GALHEIGO, S.M. Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. **Rev. Ter. Ocup. Univ.** São Paulo, v. 22, n. 2, p.191-199, 2011.

MACHADO, V.R. A atual política de acolhimento institucional à luz do estatuto da criança e do adolescente. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 13, n.2, p.143-169, 2011.

MADIGAN, S. et al. Representational and questionnaire measures of attachment: A meta-analysis of relations to child internalizing and externalizing problems. **Psychol Bull**, v.142, n.4, p.367-399, 2016.

MAGALHÃES, C.M.C.; COSTA, L.N.; CAVALCANTE, L.I.C. Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. **Rev Brasileira de Crescimento Desenvolvimento Humano**, v. 21, n. 3, p.818-831, 2011.

MAIN, M.; SOLOMON, J. Discovery of a new, insecure-disorganized/disoriented attachment pattern. In T. B. Brazelton & M. Yogman (Eds), **Affective development in infancy**, p.95-124. Norwood, New Jersey: Ablex, 1986.

MALFITANO, A.P.S.; SILVA, T.V.da. Abrigo como medida de proteção para crianças e adolescentes: um levantamento bibliográfico PÓS-ECA. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**, v.25, n.1, p.94-100, 2014.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARQUES, C. de C.; CZERMAK, R. O olhar da psicologia no abrigo: uma cartografia. **Psicologia e Sociedade**, v. 20, n. 3, p.360-366, 2008.

MELCHIORI, L. E. **Desenvolvimento e comportamento de bebês (de 0 a 2 anos) na rotina diária, segundo a visão das educadoras de ambiente coletivo.**

1999, Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP/ Ribeirão Preto, 1999.

MELCHIORI, L.E.; DESSEN, M.A. A teoria do apego: contribuições para a compreensão do desenvolvimento humano. In: CAPELLINI, V.L.F.; MANZONI, R.M (orgs). **Políticas públicas pedagógicas e ensino-aprendizagem: diferentes olhares sobre o processo educacional.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

MELCHIORI, L.E.; LIMA, A, B. de. Crianças e mães: como vivenciam a situação de abrigo. In: MELCHIORI, L.E.; RODRIGUES, O.M.P.R.; MAIA, A.C.B. (orgs). **Família e crianças: reflexões teórico-práticas sobre os cuidados com as crianças.** Curitiba: Juruá, 2012, p.119-134.

MINAYO, M.C.de.S.(org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28ªed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MORÉ, C.L.O.O.; SPERANCETTA, A. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. **Psicologia e Sociedade**, v. 22, n.3, p.519-528, 2010.

MOREIRA, E.L.; TONELI, M.J.F. Paternidade responsável: problematizando a responsabilização paterna. **Psicologia e Sociedade**, v. 25, n. 2, p.388-398, 2013.

MOREIRA, M.I.C. et al. As famílias e as crianças acolhidas: histórias mal contadas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p.59-73, 2013.

MOREIRA, M.I.C. Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. **Psicologia e Sociedade**, v. 26, n. 2, p.28-37, 2014.

MOREIRA, J.S.S.; MIRANDA, V.R. Reinscrição familiar: sim ou não? Diferentes facetas de uma longa e difícil história familiar. In: CARVALHO, M.C.N.de. (org). **Psicologia Jurídica: temas de aplicação.** Curitiba: Juruá, 2014, p.61-78.

MOTA, C.P.; MATOS, P. M. Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. **Psicologia e Sociedade**, v. 20, n. 3, p.367-377, 2008.

MOTA, C.P.; MATOS, P. M. Apego, conflito e auto-estima em adolescentes de famílias intactas e divorciadas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n.3, p.344-352, 2009.

MOTA, C.P.; ROCHA, M. Adolescência e jovem adulta: crescimento pessoal, separação-individualização e o jogo das relações. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 28, n.3, p.357-366, 2012.

NASCIMENTO, M.L. do.; LACAZ, A.S.; T,M.; TRAVASSOS, M. Descompassos entre a lei e o cotidiano nos abrigos: percursos do ECA. **Aletheia**, v. 31, p.16-25, 2010.

NASCIMENTO, M.L. do. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização.

Psicologia e Sociedade, v. 24, n.spe, p.39-44, 2012.

OLIVEIRA, A.P.G de.; SAPIRO, C.M. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 27, n.4, p.622-635, 2007.

PARRIGON, K.E et al. Attachment and Emotion in Middle Childhood and adolescence. **Psychological topics**, v. 24, n. 1, p.27-50, 2015.

PENSO, M.A.; MORAES, P.J.F.de. S. Reintegração familiar e múltiplos acolhimentos institucionais. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez e Juventud**, v.14, n.2, p.1523-1535, 2016.

PEREIRA, E.V. **A voz da criança institucionalizada**: representações sociais de família e abrigo. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Unesp, Franca, 2006.

PETZOLD, M. The psychological definition of the Family. In: CUSINATO, M. (org). **Research on family**: resources and needs across the world. Milão: LED- Edizioni Universitarie, 1996, p.25-44.

POLONIA, A.C.; DESSEN, M.A.; SILVA, N.L.P. O modelo bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. In: DESSEN, M.A.; COSTA JR, A.L. (orgs). **A ciência do desenvolvimento humano**: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005, p.71-89.

PRADA, C.G.; WILLIAMS, L.C. de. A.; WEBER, L.N.D. Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. **Psicologia: Teoria e Prática**, v.9, n. 2, p.14-25, 2007.

PRATTA, E.M.M.; SANTOS, M.A. dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p.247-256, 2007.

RAMIRES, V. R. R.; SCHNEIDER, M.S. Revisitando alguns conceitos da teoria do apego: comportamento versus representação? **Psic. Teor. e Pesq.**, Brasília, Jan-Mar, v. 26 n. 1, p.25-33, 2010.

RIBEIRO, V.T. **O adolescente em liberdade assistida, genitores e avós**: vinculação e práticas parentais. 2012. Dissertação (Mestrado). Unesp, Bauru, 2012.

RIZZINI, I. et al. **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESP, Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2006.

RIZZINI, I. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, I; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Loyola, 2004.

RIZZINI, I. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011, p.225-286.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I.; NAIFF, L.; BAPTISTA, R.(orgs). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2006.

ROCHA, P.J.; ARPINI, D.M.; SAVEGNAGO, S.D.O. Significados Atribuídos por Mães Acerca do Acolhimento Institucional, Reintegração e Rede de Atendimento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 1, p.111-124, 2015a.

ROCHA, P.J.; ARPINI, D.M.; SAVEGNAGO, S.D.O. Acolhimento institucional: percepções de familiares que o vivenciaram. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, v. 67, n.1, p.99-114, 2015b.

ROSA, E.M. et al. Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. **Estudos de Psicologia**, n.15, p.233-241, 2010.

ROSA, E.M. et al. O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento Institucional. **Estudos de Psicologia**, v. 17, n. 3, p.361-368, 2012.

ROSSETI-FERREIRA, M.C.; SERRANO, S.A.; ALMEIDA, I.G de. (orgs). **O acolhimento institucional na perspectiva da criança**. São Paulo: Hucitec, 2011.

ROSSETI-FERREIRA, M.C.; et al. Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 25, n. 2, p.390-399, 2012.

RUTTER, M. Clinical implications of attachment concepts: retrospect and prospect. In ATKINSON, L.; ZUCKER, K.J. (Eds). **Attachment and Psychopatology**. New York: The Guilford Press, 1997. p.17-46.

SALINA-BRANDÃO, A.; WILLIAMS, L. C. de A. O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. **Psicol. Reflex. Crit** [on line]. Porto Alegre, v. 22, n. 3, p.334-352, 2009. ISSN 0102-7972. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000300003>. Acesso em 21/04/2016.

SÁNCHEZ, P.V. La experiencia vinculante afectiva del sujeto adolescente infractor. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Niñez y Juventud**, v. 10, n. 1, p. 453-465, 2012.

SBICIGO, J.B.; DELL'AGLIO. D.D. Family Environment and Psychological adaptation in Adolescents. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 25, n. 3, p.615-622, 2012.

SERRANO, S. A. **O abrigamento de crianças de zero a seis anos de idade em Ribeirão Preto: caracterizando esse contexto**. 2008. Tese (Doutorado). Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/ USP, Ribeirão Preto, 2008.

SERRANO, S. A. Quem são as crianças institucionalizadas e suas famílias? Refletindo sobre os indicadores de abrigamento em Ribeirão Preto. In: M. C. ROSSETI-FERREIRA.; S. A. SERRANO.; I. G.de. ALMEIDA (Orgs.). **O acolhimento institucional na perspectiva da criança**. São Paulo: Hucitec, 2011. p.86-118.

SERRANO, S.A.; ALMEIDA, I.G de.; ROSSETI-FERREIRA, M.C. A criança no acolhimento institucional. In: MOREIRA, L.V.de C. **Psicologia, família e direito: interfaces e conexões**. Curitiba: Juruá, 2013.

SILVA, E. R. (org). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: Ipea/Conanda, 2004.

SILVA, M.L.; ARPINI, D.M. A nova lei nacional de adoção- desafios para a reinserção familiar. **Psicologia em Estudo**, v.18, n. 1, p.125-135, 2013.

SIQUEIRA, A.C. **Instituições de abrigo, família e redes de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência**. 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. **Crianças, adolescentes e transições ecológicas: instituição de abrigo e família como contextos de desenvolvimento**. 2009. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SIQUEIRA, A. C., DELL'ALGLIO, D. D. Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. **Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum**, v.17, n.3, p.134-146, 2007.

_____. Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 3, p.407-415, 2010.

SIQUEIRA, A.C. et al.,. Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.26, n. 3, p.407-415, 2010.

SIQUEIRA, A.C.; BETTS, M.K.; DELL'AGLIO, D.D. A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 40, n.2, p.149-158, 2006.

SOARES, L.C.E.C.; SOUZA, F.H.O.; CARDOSO, F.S. Convivência familiar em três cenários: acolhimento institucional, famílias recasadas e violência doméstica. **Psicol. Argum**, v, 82, n.33, p.330-345, 2015.

SOUZA, A.P. L. de. et al. Criando contextos ecológicos de desenvolvimento e direitos humanos para adolescentes. **Paideia**, v. 21, n.49, p.273-278, 2011.

SOUZA, M. de.; CARVALHO, M.C.N.de. Psicologia Jurídica nos abrigos: uma

análise sistêmica do direito à convivência familiar e comunitária. In: CARVALHO, M.C.N.de. (org). **Psicologia Jurídica**: temas de aplicação. Curitiba: Juruá, 2014, p.22-42.

SOUZA, F.H.O.; BRITO. L.M.T.de. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 27, n.1, p.41-57, 2015.

VALENTIM, N.dos S. YAMAMOTO, K. Estudo de aspectos adaptativos e psicológicos de mães de crianças acolhidas em abrigos. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 32, n. 77, p.53-62, 2014.

VASCONCELOS, Q. A.; YUNES, M.A.M., GARCIA. N. M. Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. **Paideia**, v. 19, n. 43, p.221-229, 2009.

VECTORE, C.; CARVALHO, C. Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos no contexto de abrigo. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRPEE)**, v. 12, n. 2, p.441-449, 2008.

VENNEAU, M.H.; TREMPÉ, S.C.; PAIVA, A.O. Risk and protection factors in the peer context: how do other children contribute to the psychosocial adjustment of the adolescent?. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.19, n.3, p.695-705, 2014.

VICENTE, C.M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção de vínculo. In: KALOUSTIAN, S.M (org). **Família brasileira**, a base de tudo. 10 ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2011, p.47-59.

WEBER, L.N.D. Questionário de investigação geral para crianças abrigadas. In: WEBER, L.N. D.; DESSEN, M.A (Orgs). **Pesquisando a família**: instrumentos para coleta e análise de dados. Curitiba: Juruá, 2009, p.148-157.

WENDHAUSEN, A.; PEREIRA, F.; JOHNSON, G.A. Os desafios cotidianos dos trabalhadores em um abrigo para crianças e adolescentes. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p.189-201, 2011. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso em 19 de jan de 2016.

WHO, World Health Organization. **Broadening the horizon**: balancing protection and risk for adolescents. Geneva. Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/hq/2001/WHO_FCH_CAH_01.20.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução: Daniel Grassi. 2ªed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YUNES, M.A.M.; MIRANDA, A.T.; CUELLO, S.S. Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In: KOLLER, S.H. (ed). **Ecologia do desenvolvimento humano**: pesquisas e intervenções no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p.197-218.

Conselho Nacional de Justiça. Apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes: entenda como funciona. Disponível em: <www.cnj.jus.br/noticias/cnj/77259> Acesso

em 29 de dez de 2016.

Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm Acesso em 30 de mar de 2017.

Declaração Universal dos Direitos da Criança. Disponível em
<https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html> Acesso em 30 de mar de 2017.

Recriar- família e adoção- apadrinhamento afetivo: transformando a realidade- uma vida de cada vez. Disponível em: <www.projetocriar.org.br/main/apadri/apadri.html> Acesso em 29 de dez de 2016.

Instituto Fazendo História- apadrinhamento afetivo. Disponível em:<
www.fazendohistoria.org.br/apadrinhamento-afetivo> Acesso em 29 de dez de 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SER APLICADO COM OS FAMILIARES QUE VISITAM O ADOLESCENTE

1. Para você, qual foi o motivo para o acolhimento?
2. Quem fez o acolhimento? Como foi?
3. Como você reagiu ao acolhimento?
4. Você tem realizado visitas? Com que frequência?
5. O que você acha que precisa fazer para reaver o convívio com seu filho/neto, sobrinho?
6. O que você tem feito para isto?
7. Você conta com algum apoio para que seu filho volte para casa?
8. O que mudou em sua vida depois do acolhimento?
9. Quais são suas perspectivas para a volta da criança/adolescente para sua casa?
10. O que imagina para o futuro da criança/adolescente?
11. E o futuro de sua família em geral?

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SER APLICADO COM O PSICÓLOGO DO ABRIGO E COM O PROFISSIONAL ESCOLHIDO PELA ADOLESCENTE

1. Com qual ou quais familiares o adolescente acolhido mantém contato?
2. O que o adolescente fala sobre sua família?
3. Como é o comportamento do acolhido antes da visita?
4. E após?
5. E o que expressa acerca do acolhimento?
6. Percebeu mudanças no comportamento do adolescente desde a chegada ao abrigo até os dias atuais?
7. Com quem, entre os adultos disponíveis, o acolhido tem mais vínculo na instituição?
8. Com quem, entre as crianças e adolescentes disponíveis, o acolhido tem mais vínculo?
9. Gostos/preferências no dia a dia: alimentos, música, amigos, adultos, brincadeiras preferidas.
10. Rotina do adolescente no abrigo.
11. O que o adolescente expressa sobre o futuro?
12. E sobre a vida escolar, os amigos e outros contatos sociais?
13. Outras percepções sobre a vivência do adolescente no abrigo:

**APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SER APLICADO COM O
PROFISSIONAL DA ESCOLA**

1. Você se lembra do/a adolescente X (nome do/a adolescente)?
2. Como era o desempenho acadêmico dele/a? Podemos ver as notas que ele/a tirou no ano passado?
3. Você se lembra de algum acontecimento relevante ocorrido com ele/a ou que ele/a estivesse envolvida?
4. Como era o relacionamento do/a adolescente com os outros alunos? E com os professores?
5. Quem da família acompanha/acompanhou a vida escolar do/a adolescente?

APÊNDICE D- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: INVESTIGAÇÃO DOS VÍNCULOS AFETIVOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ABRIGADO

Caro participante,

Gostaria de convidá-lo a participar como voluntário da pesquisa intitulada Investigação dos vínculos afetivos da criança e do adolescente abrigado, que se refere a uma Pesquisa de Mestrado, na área de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Faculdade de Ciência, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Bauru. Os objetivos desta pesquisa são: investigar como os vínculos afetivos da criança e do adolescente abrigados são mantidos ou expandidos, identificar e descrever os motivos para o acolhimento institucional e como crianças/adolescentes e os familiares sentiram a separação; conhecer as pessoas de diferentes ambientes que são importantes afetivamente para a criança e o adolescente e identificar e descrever os fatores que favorecem a manutenção do vínculo afetivo entre a criança/adolescente e sua família.

Sua forma de participação consistirá em responder um questionário que contém dados que incluem identificação e organização da família, dados demográficos (escolaridade, ocupação, renda familiar, religião, condições de moradia, número de filhos e constelação familiar) e dados referentes à caracterização do sistema familiar (lazer e rotina da família), além de um roteiro de entrevista acerca de sua percepção do abrigo, a finalidade da aplicação destes instrumentos é para que assim seja possível compreender a dinâmica familiar da criança e do adolescente que estão provisoriamente abrigados.

Ressalta-se que:

- sua participação é voluntária e uma eventual recusa não lhe trará qualquer prejuízo;
- as informações que você fornecer e possíveis resultados serão utilizados em trabalhos científicos, mas sua identidade sempre será preservada;
- caso aceite participar, e tenha dúvidas ao longo do processo estarei à disposição;
- sua participação na presente pesquisa se dará em um único encontro de aproximadamente uma hora;
- não existe nenhum risco significativo em participar desta pesquisa;
- não será cobrado nada e não haverá gastos;
- você é livre para desistir da participação no trabalho em qualquer momento.

Após ter tomado conhecimento dessas informações e aceitar participar voluntariamente do trabalho, sem ter sofrido qualquer pressão:

Eu, _____, aceito participar desta pesquisa, ciente de que minha participação é voluntária e estou livre para, em qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa sem nenhuma espécie de prejuízo.

Ciência

Bauru, ____ de _____ de 2015.

Desde já agradeço sua atenção e participação e coloco-me à disposição para maiores informações. Em caso de dúvida e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa você poderá entrar em contato com a responsável principal pelo contato:

Joyce Borges Romeiro: e-mail: borgespsico@gmail.com. Tel: (14) 99697-1627.

Orientadora: Profª Drª Ligia Ebner Melchiori

UNESP- Comitê de Ética em Pesquisa Tel. (14) 3526-9678

Eu, Joyce Borges Romeiro, psicóloga e pós-graduanda, declaro que forneci as informações acima ao participante

Bauru, ____ / ____ / ____ .

Assinatura _____.

ANEXOS

ANEXO A- AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA A PESQUISA

Ao Excelentíssimo Juiz de Direito da Infância e Juventude da Comarca de Pederneiras Drº Sérgio Augusto de Freitas Jorge

Prezado Juiz,

Vimos através deste documento solicitar autorização de Vossa Excelência para a realização da pesquisa de mestrado, descrita abaixo, na casa abrigo da cidade de Pederneiras/SP.

1. **Título do Trabalho:** O vínculo afetivo como fator de proteção para crianças e adolescentes abrigados.

2. **Objetivos:**

Os objetivos deste trabalho são:

- ✓ Identificar os motivos para o acolhimento institucional e como crianças/adolescentes e os familiares sentiram a separação;
- ✓ Identificar as pessoas de diferentes ambientes que são importantes afetivamente para a criança e o adolescente;
- ✓ Identificar os fatores que favorecem a manutenção do vínculo afetivo entre a criança/adolescente e sua família.

3. **Justificativa:**

Considerando-se que, quando a criança ou o adolescente são acolhidos, ocorrem mudanças no percurso de seu desenvolvimento, em diferentes níveis, que podem vir a favorecer ou prejudicá-lo, este trabalho tem como pressuposto que o vínculo afetivo familiar seria um fator de proteção que contribuiria para o desenvolvimento emocional das crianças e adolescentes provisoriamente abrigados. Portanto, faz-se essencial a compreensão de como as pessoas envolvidas nos diferentes ambientes, casa e abrigo, se estruturam ou se esforçam para proporcionar condições físicas e psicológicas para que os vínculos afetivos sejam mantidos após o abrigamento.

4. Método:

Participantes: a pesquisa será realizada com três crianças entre 04 e 11 anos de idade e três adolescentes, entre 12 e 17 anos, independentemente do sexo, que estejam abrigados e com até dois familiares que as visitam no abrigo, podendo ser mãe, pai, avós, tias, etc. Também participarão a coordenadora do abrigo, a psicóloga e uma pessoa da instituição indicada pelo acolhido.

Local: Os dados serão coletados no abrigo em que as crianças e adolescentes se encontram, localizado no interior de São Paulo. Os familiares poderão ser entrevistados na instituição ou em suas residências, em dia e horário combinado, de acordo com a preferência deles.

Instrumentos: serão utilizados com os participantes:

- Questionário de Caracterização do Sistema Familiar, adaptado de Dessen (2009), que contém dados que incluem identificação e organização da família, dados demográficos (escolaridade, ocupação, renda familiar, religião, condições de moradia, número de filhos e constelação familiar) e dados referentes à caracterização do sistema familiar (lazer e rotina da família), para ser aplicado com um ou mais familiares que aceitem participar da pesquisa.
- Questionário de Investigação Geral para Crianças Abrigadas (Weber, 2009), é dividido em duas partes, a primeira foca a vida institucional da criança, como motivos e tempo de abrigamento e dados relativos ao contato entre o abrigado e seus familiares. Esta parte será respondida pelo coordenador ou pessoa designada por ele. Na segunda parte são investigadas questões referentes à própria criança/adolescente, como histórias de vida, percepções acerca do abrigamento e perspectivas para o futuro. Esta segunda parte será respondida pelas crianças e adolescentes.
- Técnica do Modelo Esquemático do Tapete (Four Field Map), adaptado de Dunn e Deater-Deckard (2001). Esta técnica será aplicada às crianças e aos adolescentes e tem como finalidade identificar pessoas significativas em suas vidas em diferentes contextos.
- Entrevistas semiestruturadas com a psicóloga do abrigo e com um funcionário indicado pelo acolhido, com o objetivo de conhecer a “vida institucional”, nos campos sociais e psicológicos, das crianças e adolescentes abrigados.
- Também será realizada a análise dos prontuários das crianças e adolescentes pesquisados, que são organizados pelo abrigo e tratam da vida institucional da criança/adolescente acolhido e dos autos processuais de acolhimento, realizados pela Vara da Infância e Juventude. O objetivo destas análises será caracterizar o perfil das crianças e adolescentes abrigados do ponto de vista social e jurídico.

5. Observações:

A privacidade de todos os participantes será respeitada, todos os nomes verdadeiros serão substituídos por nomes fictícios. Esta pesquisa tem única e exclusivamente interesse científico, com o objetivo de ampliar a compreensão do tema estudado.

Após a expressa autorização de Vossa Excelência, este projeto será submetido à Plataforma Brasil e ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), segundo a resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Pederneiras, 29 de Maio de 2015.

Pesquisadora: Joyce Borges Romeiro- email: borgespsico@gmail.com

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Lígia Ebner Melchiori

De acordo



Dr^o Sérgio Augusto de Freitas Jorge
Juiz da Vara da Infância e Juventude

ANEXO B- AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Termo de Concordância do Abrigo

Esta pesquisa tem como objetivo identificar os motivos para o acolhimento institucional e como crianças/adolescentes e os familiares sentiram a separação; identificar as pessoas de diferentes ambientes que são importantes afetivamente para a criança e o adolescente; identificar os fatores que favorecem a manutenção do vínculo afetivo entre a criança/adolescente e sua família. O estudo prevê a participação de três crianças (entre 04 e 11 anos) e três adolescentes (entre 12 e 17 anos), de ambos os sexos e de até dois familiares que as visitam no abrigo. A coordenadora do abrigo, a psicóloga e uma funcionária escolhida pelo acolhido também participarão da pesquisa. Para a coleta de dados serão utilizados: Questionário de Caracterização do Sistema Familiar, que contém dados que incluem identificação e organização da família, dados demográficos (escolaridade, ocupação, renda familiar, religião, condições de moradia, número de filhos e constelação familiar) e dados referentes à caracterização do sistema familiar (lazer e rotina da família), para ser aplicado com um ou mais familiares que aceitarem participar da pesquisa. Questionário de Investigação Geral para Crianças Abridadas, que é dividido em duas partes, a primeira foca a vida institucional da criança, como motivos e tempo de abrigamento e dados relativos ao contato entre o abrigado e familiares. Esta parte será respondida pelo coordenador ou pessoa designada por ele. Na segunda parte são investigadas questões referentes à própria criança/adolescente, como histórias de vida, percepções acerca do abrigamento e perspectivas para o futuro. Esta segunda parte será respondida pelas crianças e adolescentes. Técnica do Modelo Esquemático do Tapete, esta técnica será aplicada às crianças e aos adolescentes e tem como finalidade identificar pessoas significativas em suas vidas em diferentes contextos. Entrevistas semiestruturadas com a psicóloga do abrigo e com um funcionário indicado pelo acolhido, com o objetivo de conhecer a "vida institucional", nos campos sociais e psicológicos, das crianças e adolescentes abrigados. Também será realizada a análise dos prontuários das crianças e adolescentes pesquisados, que são organizados pelo abrigo e tratam da vida institucional da criança/adolescente acolhido e dos autos processuais de acolhimento, realizados pela Vara da Infância e Juventude. O objetivo destas análises será caracterizar o perfil das crianças e adolescentes abrigados do ponto de vista social e jurídico. Os dados referentes à criança/adolescente serão coletados no abrigo e os familiares poderão ser entrevistados na

instituição ou em suas residências, em dia e horário combinado, de acordo com a preferência deles.

A privacidade de todos os participantes será respeitada, todos os nomes verdadeiros serão substituídos por nomes fictícios. Esta pesquisa tem única e exclusivamente interesse científico, com o objetivo de ampliar a compreensão do tema estudado.

Esta pesquisa já conta com a autorização do Juiz da Vara da Infância e Juventude da comarca de Pederneiras, Dr^o Sérgio Augusto de Freitas Jorge. Ressaltamos que este projeto será submetido à Plataforma Brasil e ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), segundo a resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Este estudo faz-se importante, considerando-se que, quando a criança ou o adolescente são acolhidos, ocorrem mudanças no percurso de seu desenvolvimento, em diferentes níveis, que podem vir a favorecer ou prejudicá-lo. Esta pesquisa tem como pressuposto que o vínculo afetivo familiar é um fator de proteção que pode contribuir para o desenvolvimento emocional das crianças e adolescentes provisoriamente abrigados. Portanto, faz-se essencial a compreensão de como as pessoas envolvidas nos diferentes ambientes, casa e abrigo, se estruturam ou se esforçam para proporcionar condições físicas e psicológicas para que os vínculos afetivos sejam mantidos após o abrigamento. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a psicóloga Joyce Borges Romeiro (CRP 06/88688) sob orientação da Prof^a Dr^a Lígia Ebner Melchiori, do programa de mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, da Faculdade Júlio de Mesquita Filho, UNESP, campus de Bauru/SP.

Pederneiras, 30 de Junho de 2015

Autorizo a participação das crianças e adolescentes, sob guarda, nesta instituição, a participarem da presente pesquisa, bem como a coleta de dados no espaço do abrigo.


Lucelene Gonçalves de Oliveira
Assist Social Coord Técnica
CRESS 38769

Responsável pela Instituição